

ANA SOFIA CARVALHO DE ALMEIDA

**A RÁDIO COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO DE
DIFUSÃO DOS DIREITOS HUMANOS:
A MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DA MULHER GUINEENSE**

Orientadora: Prof.^a Doutora Cláudia Álvares

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Departamento de Ciências da Comunicação e da Cultura**

**Lisboa
2014**

ANA SOFIA CARVALHO DE ALMEIDA

**A RÁDIO COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO DE
DIFUSÃO DOS DIREITOS HUMANOS:
A MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DA MULHER GUINEENSE**

Tese apresentada para a obtenção do Grau de Mestre
do Curso de Mestrado em Jornalismo, Política e
História Contemporânea, conferido pela Universidade
Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Orientadora: Prof^a. Doutora Cláudia Álvares

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Departamento de Ciências da Comunicação e da Cultura

Lisboa
2014

RESUMO

A hipótese de investigação para o desenvolvimento da tese cruza a igualdade do género no âmbito da participação política da mulher e a disseminação dos direitos humanos com o meio de comunicação mais abrangente e consequentemente influente, nos países subdesenvolvidos, tendo como país de estudo, a Guiné-Bissau, um dos 10 países mais pobres do mundo, segundo dados das Nações Unidas.

De que modo é que a rádio é um instrumento pedagógico no que concerne ao entendimento dos direitos humanos sob o ponto de vista do género, contribuindo para a participação política da mulher? É esta a questão à qual se pretende responder através do aprofundamento da análise quantitativa e qualitativa dos conteúdos radiofónicos que difundem temas ligados à igualdade de género, participação política da mulher e direitos humanos produzidos pela rádio de maior audiência na Guiné-Bissau, por forma a cobrir justamente todo o território continental e ilhas. A captação destes conteúdos foi realizada em períodos distintos, incidindo sobre as celebrações do dia da mulher no mês de Março, o período de campanha eleitoral e as comemorações do dia dos direitos humanos em Dezembro. Para uma melhor comparação e aferição do material recolhido, faz-se uma análise comparativa dos períodos homólogos em 2009 e 2012.

Por forma a alcançar os objectivos do estudo, foi utilizada uma tipologia de categorias que define conceptualmente o objecto de análise num sistema que pretende operacionalizar as variáveis inerentes à questão da investigação. A metodologia da análise de conteúdo respondeu às necessidades das prerrogativas quantitativas do estudo, não limitando a investigação a valores estatísticos, explorando ainda o valor conotativo através da análise comparativa.

Numa segunda fase, a investigação focou-se na realização de entrevistas a mulheres e homens representantes de grupos específicos, nomeadamente de organismos internacionais, instituições nacionais e da produção de programas, a fim de se explorar a forma como as mensagens são recepcionadas e assimiladas (ou não) quer por mulheres comuns como por mulheres politicamente activas.

Estes conteúdos foram alvo de análise, considerando sempre os programas enquanto amostra que espelha a participação da mulher na vida política e económica, promovendo o desenvolvimento do país, através do meio de comunicação social que continua a ser em nosso entender, o mais significativo no contexto da Guiné-Bissau, a rádio.

Palavras – Chave: Direitos; Mulher; Participação; Política; Rádio.

ABSTRACT

The research hypothesis for the development of the thesis crosses gender equality with the remit of women's political participation and the dissemination of human rights with the most comprehensive and influential means of communication in underdeveloped countries, namely Guinea-Bissau, one of the 10 poorest countries in the world, according to United Nations data.

How does the radio reveal itself as a pedagogical tool in relation to the understanding of human rights from the point of view of gender in favor of women's political participation? This is the central question that we intend to answer through the deepening of quantitative and qualitative analysis of radio broadcast content that concentrates on gender equality, political participation of women and human rights, produced by the radio with the largest audience in Guinea-Bissau, allowing for the coverage of, precisely, all the mainland territory and the islands. The uptake of these contents was performed during different periods in the month of March, during the celebrations of Women's Day, the campaign period and, in December, during the celebrations of Human Rights Day. For better comparison and measurement, the collected material refers to the year 2009 and the same periods of 2012.

In order to achieve the objectives of the study, a typology of categories that conceptually defines the object of analysis was used, as part of a system that aims to operationalize the variables inherent in the research question. The methodology of content analysis addressed the needs of the prerogatives of the quantitative study, not limited to researching the statistical values, but also exploring connotative values by comparative analysis.

In a second phase, the research focused on conducting interviews with women and men representatives from specific groups, namely representatives of international organizations, national institutions and radio producers, in order to explore how messages are received and assimilated (or not) by both ordinary women and politically active women.

These contents were subjected to analysis, always considering the programs as samples that mirror the participation of women in political and economic life, promoting the development of the country through the means of communication that, in our perspective, continues to be the significant within the context of Guinea-Bissau, that of radio.

Keywords: Rights; Women; Participation; Political; Radio.

ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Associação para o Desenvolvimento
AISI	<i>African Information Society Initiative</i>
ANP	Assembleia Nacional Popular
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação das Discriminações contra as Mulheres
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CNAPN	Comité Nacional para o Abanono das Práticas Nefastas à Saúde da Mulher e Criança
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRE	Comissão Regional de Eleições
DENARP	Documento de Estratégia Nacional e Redução da Pobreza
ECA	<i>Economic Commission African</i>
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDSR	Inquérito Demográfico de Saúde Reprodutiva
IMC	Instituto da Mulher e Criança
MGF/E	Mutilação Genital Feminina / Excisão
MICS	<i>Multiple Indicator Cluster Survey</i>
LGDH	Liga Guineense dos Direitos Humanos
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSG	Orçamento sensível ao género
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PIDCP	Pacto internacional dos direitos civis e políticos
PNIEG	Política Nacional para a Promoção da Igualdade e Equidade de Género
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRS	Partido de Renovação Social
RMP-CPLP	Rede das Mulheres Parlamentares da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
RMP-CV	Rede das Mulheres Parlamentares de Cabo Verde
SNV	<i>Stichting Nederlandse Vrijwilligers</i>

TIC	Tecnologias da informação e da comunicação
TV	Televisão
UA	União Africana
UDEMU	A União democrática das mulheres do partido africano para a independência da Guiné e Cabo Verde
UEMOA	União Económica e Monetária Oeste-Africana
UNIOGBIS	Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau
VBG	Violência baseada no género
WSIS	<i>World summit on the information society</i>

Índice Geral

Capítulo I - Introdução	9
Contexto geral	9
Enquadramento político.....	11
Contexto social e económico	12
Educação	13
Direitos humanos	14
Participação política	18
Capítulo II – Revisão da Literatura.....	21
Contexto.....	21
A plataforma transversal da rádio	21
A diversidade étnica no contexto dos media	23
Democracia e direitos humanos – programas educacionais não formais	24
O papel dos media na equidade e género	25
Participação política da mulher.....	27
Participação política no contexto nacional	28
Capítulo III – A rádio como motor de transformação social.....	32
Análise crítica	32
Metodologia.....	33
Programas radiofónicos.....	34
Entrevistas.....	36
Enquadramento.....	37
Capítulo IV – Análise de conteúdos	40
Análise de programas através de tipologias	40
Temas sobre a Mulher	40
Participação política no período pré-eleitoral	41
Direitos humanos no período eleitoral	43
Entrevistas em perspectiva.....	48
Capítulo V – Conclusão	51
Bibliografia	62
Apêndice I - Entrevistas	67

Índice tabelas e gráficos

Tabela1 - Programas de rádios transmitidos em 2009.....	44
Tabela2 – Programas de rádios transmitidos em 2012.....	46
Gráfico1- Valores comparativos dos termos citados nos programas de rádio	48

CAPÍTULO I

Introdução

A rádio enquanto meio de comunicação privilegiado, abrangente e eficaz disseminação de conteúdos que promovem a igualdade do género e a participação política da mulher, através da disseminação de conceitos que permitem a consciencialização dos direitos humanos num país em vias de desenvolvimento, é o tema a explorar nesta tese. Para esse efeito, optou-se por se efectuar um estudo de caso centrado num dos dez países mais pobres do mundo, a Guiné-Bissau, cujo contexto geográfico, político, social e cultural particular requer uma análise antecipada para a compreensão das multiplicidades conjecturais e estruturais que servem de pano de fundo à investigação empreendida.

O desenvolvimento do trabalho de campo veio confirmar a nossa hipótese de investigação que pressupunha a rádio como instrumento pedagógico importante em países em vias de desenvolvimento devido ao seu vasto alcance em termos geográficos, económicos e sociais. Este alcance de resultados confirma-se pelo facto dos organismos nacionais (bissau-guineenses), organizações não-governamentais e instituições internacionais apostarem principalmente na rádio para divulgar as estratégias a implementar ao nível dos direitos humanos.

Espera-se que esta investigação sirva de instrumento no desenho de abordagens e estratégias eficazes para a mudança de normas e convenções sociais que dificultam a mobilização política da mulher. O ponto de partida será a utilização da rádio enquanto meio pedagógico de mobilização política da mulher guineense, mobilização essa que assenta num ideário de igualdade de género como parte integrante de um mais vasto quadro de direitos humanos concebido segundo o legado da modernidade ocidental.

Contexto Geral

A Guiné-Bissau é um dos dez países mais pobres do mundo, segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD). (2011: 132) Este relatório procura estabelecer uma correlação entre a sustentabilidade e a equidade, estando este último conceito associado a questões de imparcialidade, justiça social e um Maior acesso a mais elevados padrões qualidade de vida. Nesta perspectiva, a Guiné-Bissau encontra-se num patamar muito frágil, demonstrando índices preocupantes de iniquidade e insustentabilidade.

O país é caracterizado por um mosaico cultural e étnico diversificado, distribuído por um pequeno território de 36,125Km², dos quais 8,425Km² representam água e 27,700Km² superfície imersa (Instituto nacional de Estatística, 2013). Situa-se na costa oeste de África, numa sub-região Maioritariamente francófona, um enquadramento geográfico que tem vindo a revelar-se influente na orientação política e económica do país, reforçada pela adesão da Guiné-Bissau quer à União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA) em 1997, por forma a estabilizar a moeda e facilitar as transacções comerciais entre os países da sub-região, e quer à Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental¹ (CEDEAO). (cf. http://www.inter-reseaux.org/IMG/pdf/guinee_bissau_etude_ape.pdf p. 40)

O tratado da CEDEAO foi revisto e assinado em Julho de 1993, de forma a acelerar a integração económica e aumentar a cooperação na esfera política, incluindo o estabelecimento de um parlamento oeste-africano, um conselho económico e social e um novo tribunal para assegurar a execução das decisões da Comunidade. Este novo tratado dá formalmente à Comunidade a responsabilidade de evitar e resolver conflitos na região (Gomes, 2009: 30).

Nesse sentido, a CEDEAO vem a desempenhar um papel determinante no desenrolar dos acontecimentos após o último golpe de estado na Guiné-Bissau, a 12 de Abril de 2012, marcado pela detenção do Presidente da República interino, Raimundo Pereira e do Primeiro-Ministro Carlos Gomes Junior, dando origem a um Governo e a um Presidente da República de Transição que lideram o país à data de hoje, Maio de 2014.

A Guiné-Bissau tem uma população total de 1,558,090, da qual 802,384 é do sexo feminino, correspondendo a 51,49%. Apesar de ter como língua oficial o português, a língua regional reconhecida e aplicada no quotidiano é o crioulo. Foram identificadas mais de 20 etnias, cada uma das quais com dialecto próprio, destacando-se dez pela sua representatividade populacional. Segundo o Recenseamento Geral da População e Habitação de 2009 do Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau (Censos do Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau, 2010), a população é representada, genericamente, pelas seguintes etnias: Fula (28,3%), Balanta (22,4%), Mandinga (14,6%), Papel (9%), Manjaco (8,3%), Beafada (3,4%), Mancanha

¹ Uma organização de integração regional que engloba 15 países da África Ocidental: Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, Togo. A CEDEAO foi estabelecida em Maio de 1975, com o Tratado de Lagos, para promover o comércio regional, a cooperação e o desenvolvimento na região. Desde então houve apenas duas mudanças entre os membros: a entrada de Cabo Verde em 1976 e a saída da Mauritânia em 2002.

(3,1%), sem etnia (2,7%), Bijagós (2,1%), Felupe (1,7%), Mansoanca (1,4%), representando as restantes menos de 1%.

Para além deste mosaico étnico, a complexidade é reforçada pela presença de três religiões, a muçulmana que representa 45,1% da população, a cristã cerca de 22% e a animista com 14,9%, sendo esta última transversal a todas as outras no que concerne às suas práticas, comportamentos e mentalidades. Constatações presentes em vários documentos que descrevem o quadro sócio-cultural da Guiné-Bissau (Ministério da Mulher, Família, Coesão Social e Luta contra a Pobreza, 2012: parte I: 4).

Enquadramento político

Os sucessivos golpes de Estado e tentativas, têm-se revelado estranguladores da sustentabilidade e da equidade, uma instabilidade político-militar que interfere em todas as esferas da sociedade impondo um descompasso que impede o desenvolvimento e os grandes esforços para o avanço do país.

Desde a luta da libertação nacional (1963-1974) que a Guiné-Bissau tem vindo a assistir a inúmeros acontecimentos, com realce para o golpe de Estado de 1980 que depôs o então Presidente da República Luís Cabral e conduziu à suspensão da Constituição e da Assembleia Nacional, levando à criação de um Conselho de Revolução. Este golpe marca ainda a ruptura com Cabo Verde. Em 1985, assiste-se a uma alegada tentativa de golpe de Estado e em 1991 a Guiné-Bissau adopta o multipartidarismo. Em 1993 há uma nova tentativa de golpe de Estado e em 1994 realizam-se as primeiras eleições multipartidárias. Dia 7 de Junho de 1998, o Brigadeiro Ansumane Mané comanda um levantamento militar que culmina numa guerra civil, deixando cicatrizes no país em todos os sectores e esferas da sociedade. Na sequência da guerra civil assiste-se à queda e deposição do então presidente, Nino Vieira, a 7 de Maio de 1999.

Na década de 2000, a vida pública na Guiné-Bissau foi marcada essencialmente pela persistência da instabilidade política, fragilidade do Estado e não observância dos preceitos do Estado de Direito democrático, particularmente no que se refere à submissão do poder militar ao poder civil.

Organizaram-se novas eleições legislativas em 1999, saindo vitorioso o Partido para a Renovação Social (PRS), ao qual pertenceu Kumba Yalá, eleito Presidente da República um ano mais tarde. Em 2003 um novo golpe de Estado depôs o presidente e conduziu o país a novas eleições. Em 2004, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) volta a comandar o executivo na figura de Carlos Gomes Júnior e em 2005, Nino Vieiro é eleito

Presidente da República. Passados dois anos, há uma alegada tentativa de golpe e realizam-se eleições legislativas que reconduzem Carlos Gomes Junior à liderança do Governo.

A 1 de Março de 2009 é assassinado o Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, Tagme na Waie, e apenas um dia sobre esse acontecimento é assassinado o Presidente da República Nino Vieira. Segue-se nova tentativa de golpe de Estado em Abril de 2010, a que se segue outro alegado golpe em Dezembro de 2011. Com o falecimento do então Presidente da República, Malam Bacai Sanhá, o Presidente da Assembleia Nacional Popular, Raimundo Pereira, é conduzido ao cargo de Presidente interino, conforme previsto na Constituição da República, e realizam-se eleições legislativas a 18 de Março de 2012 que culminam, na primeira volta, com o golpe de Estado de 12 de Abril de 2012, um dia antes do arranque oficial da campanha eleitoral para a segunda volta das eleições.

Um panorama de instabilidade permanente que interfere com tudo o que se refere à Guiné-Bissau, inclusivamente o desenvolvimento desta dissertação e do trabalho de campo, que sofreu reformulação completa em relação aos planos originalmente previstos, após este período de inacção, prolongado por muitos meses.

Esta instabilidade que passou a ser encarada com alguma “normalidade” e atitude corajosa – mas passiva – pela população guineense serve de justificação para a descontinuidade de muito trabalho, luta e conquistas. Uma constatação que pode ser comprovada não só pelos dados estatísticos, mas por depoimentos de homens e mulheres, nacionais e estrangeiros que demonstram, pela experiência da sua vida ou do seu trabalho, os retrocessos a que a Guiné-Bissau e, em particular, as mulheres deste país, estão sujeitas.

Contexto social e económico

Desde a independência do país que a Guiné-Bissau é palco de acontecimentos que enfatizam a instabilidade no país e confundem o poder político e o poder militar, alterando a hierarquia e subvertendo as posições e responsabilidades, numa incessante busca pelo poder, que coloca a Guiné-Bissau num curva descendente com o sétimo pior índice de mortalidade infantil, sendo, entre 165 países de todo o mundo, o quarto pior país para se ser mãe (Save the Children, 2012: 47). Atendendo ao facto de, há várias décadas, as instabilidades políticas não permitirem criar as melhores condições de execução das políticas públicas, o nível de desenvolvimento humano na Guiné-Bissau mantém-se fraco e precário.

A Guiné-Bissau encontra-se no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,353 pontos percentuais, ocupando o 164 lugar num total de 169 países (PNUD, 2011: 132, 135). Entre

2000 e 2010, a Guiné-Bissau registou uma taxa de crescimento médio anual do IDH de 0,9% contra uma média de 2,1% para a África Subsaariana e de 1,68% para os países com IDH muito baixo. Os dois factores que contribuem para o baixo IDH da Guiné-Bissau são a pobreza generalizada, com rendimento monetário muito baixo e a esperança de vida (48,6 anos) resultantes da ausência de oportunidades de melhoria dos rendimentos e de acesso aos serviços de saúde de qualidade (MEPIR, DENARP II, 2011: 8-9).

Tal situação está directamente ligada à taxa de crescimento populacional de 2,5% e à fraca taxa de crescimento económico, que entre 2000 e 2010 pouco excedeu uma média de 3%. Estes indicadores fracos afectam particularmente as mulheres, com um índice de desigualdade de género na ordem de 0,381 pontos percentuais em 2007, colocando o país no 148º lugar dos 155 países considerados (MEPIR, DENARP II, 2011: 20).

Desde a luta pela libertação nacional (1963-1974) até aos nossos dias que a Guiné-Bissau conta com muitos exemplos de mulheres que tiveram e continuam a ter um papel activo e determinante na acção política.

Para além do enquadramento geopolítico é preciso conhecer a real situação das mulheres guineenses nos vários quadrantes da vida activa e do mercado de trabalho, estendendo-se desde a educação, saúde, defesa e segurança até à política. Por fim, é vital conhecer os obstáculos concretos que, neste panorama, impedem a participação política das mulheres e identificar a melhor forma de ultrapassar os mesmos. Tal implica compreender a influência dos meios de comunicação e, em particular da rádio, enquanto instrumento pedagógico que apela à sensibilização política das mulheres com base num ideário de igualdade de género como parte integrante de um mais vasto quadro de direitos humanos concebido segundo o legado da modernidade ocidental.

Educação

Apesar da taxa líquida de escolarização ter evoluído ao ritmo de 7,6% por ano entre 1994 e 2000, apenas 43,6% das crianças matriculadas na primeira classe irá completar a sexta classe até ao ano 2004, uma vez que para além do número de inscritas ser inferior, a taxa de abandono escolar das raparigas é superior à dos rapazes (MEPIR, DENARP II, 2011: 23).

Esta tendência é confirmada pelo 1º Inquérito Demográfico de Saúde Reprodutiva (MEPIR, 2010: 108,110,114), revelando o aumento da taxa líquida de escolarização efectiva de 56,9% em 2003/2004 para 67,4% em 2009/2010 para crianças com idade para frequentar o ensino básico. Em relação ao secundário, a taxa líquida de frequência baixa para 24%, indiciando

que apenas 24% das crianças com idade para frequentarem este nível de ensino estão efectivamente no secundário. As meninas e os rapazes frequentam mais ou menos na mesma proporção ao nível básico, revelando um índice de paridade entre os sexos de 0,94 pontos percentuais.

Entretanto no nível secundário o índice de paridade baixa para 0,73 pontos percentuais, o que demonstra que temos menos meninas a frequentarem as escolas do ensino secundário comparativamente com os rapazes. A escolarização das raparigas ao nível secundário não atingiu os 15% em 2010, enquanto a mesma se situou em 23% para os rapazes no mesmo ano. No que concerne à posse de um diploma, profissional, médio ou superior, a disparidade aumenta, tendo 72,7% dos rapazes já alcançado o diploma em 2010 contra 28,3% das raparigas. Para as raparigas, a taxa de escolarização efectiva aumentou cerca de 10% em sete anos, passando de 55,9% em 2003/2004 para 65,4% em 2010. O abandono escolar é mais acentuado nas raparigas e aumenta à medida que se progride nos diferentes níveis do ensino. A taxa de escolarização no ensino secundário e superior quase duplica no que se refere aos rapazes, situando-se nos 65,9% contra os 33,8% para as raparigas, o que significa que 51 raparigas por 100 rapazes frequentam esse grau. As raparigas representavam cerca de 57% dos abandonos escolares em 2009 em comparação com os 43,6% para os rapazes. Estas disparidades são agravadas por outros factores que continuam a afectar mais as raparigas.

Segundo o 4º Inquérito por Amostragem dos Indicadores Múltiplos (MICS) na Guiné-Bissau (MEPIR, 2010), 40% das mulheres jovens, com idades compreendidas entre 15-24 anos, são alfabetizadas. No entanto, o condicionamento da alfabetização por género não obedece apenas a variáveis etárias mas também a variáveis económicas: entre as mulheres dos agregados mais pobres, somente 12% são alfabetizadas, estatística que contrasta com os 73% das mulheres que vivem nos agregados mais ricos, o que nos leva a inferir uma relação directa entre a taxa de alfabetização e o aumento do poderio económico.

Direitos humanos

Vários textos, convenções e protocolos internacionais e continentais sobre os direitos da mulher e a preservação da sua integridade física e mental têm vindo a ser assinados, adoptados e ratificados desde a década de 1970, assinalando uma crescente preocupação normativa em torno deste assunto ao nível global. A Convenção sobre a eliminação das discriminações contra as mulheres (CEDAW), publicada em 1979 e ratificada pela Guiné-Bissau em 1985, as Resoluções 1325 e 1820 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, aprovadas

respectivamente em 2000 e 2008, com o intuito de promover a participação das mulheres e sua protecção em situações de conflitos e pós-conflitos, bem como o Protocolo à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos relativo aos Direitos da Mulher em África, firmado durante a Conferência da União Africana decorrida em Maputo em 2003, assinado em 2005 e ratificada 3 anos depois, são alguns documentos que ilustram essa tomada de consciência da necessidade de promover valores associados à igualdade de género (Ministério da Mulher, Família, Coesão Social e Luta contra a Pobreza, 2012: parte I, 6).

Com efeito, existe na Guiné-Bissau uma vontade de promoção do estatuto da mulher, o que se traduz pela ratificação, por parte do Estado da maioria das declarações, convenções e resoluções internacionais relativas à promoção e protecção da mulher. Recentemente, foi ainda ultimada a Política Nacional de Igualdade e Equidade do Género (PNIEG), que servirá como quadro de promoção, coordenação e seguimento de todas as acções neste domínio (Ministério da Mulher, Família, Coesão Social e Luta contra a Pobreza, 2012: parte I, 9).

No entanto, regista-se ainda um desiderato entre o nível formal e a aplicação prática das intenções aí formuladas em benefício das mulheres e do desenvolvimento do país. Essa situação reflecte-se, de modo mais generalizado, no facto do país não ter ratificado outros instrumentos e convenções do sistema internacional de promoção e protecção dos direitos humanos, incluindo a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes bem como a Convenção para a Protecção das Pessoas com Deficiência, grupo esse que representa cerca de 1% da população guineense (INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010:1).

A fragilidade dos sistemas judicial e de segurança, a interrupção permanente de projectos e programas devido à instabilidade, favorecem algumas práticas sócio-culturais nocivas, em particular a violência baseada no género (VBG), incluindo-se aqui a mutilação genital feminina (MGF). No inquérito aos indicadores múltiplos na Guiné-Bissau que data de 2010 (MICS4), pelo menos 50% das mulheres com idade entre 15-49 anos declararam que foram submetidas a uma qualquer forma de mutilação genital feminina ou excisadas (MGF/E). Nas raparigas com idades compreendidas entre 0-14 anos, 39% foram submetidas a uma certa forma de mutilação genital, de acordo com as declarações das suas mães. As próprias mulheres compactuam com esta prática, pois 40% das mulheres com idades entre 15-49 anos apoiam a continuidade da MGF/E (MEPRI, MICS, 2010: 5). Apesar das estatísticas, porém, a Guiné-Bissau conta com muitos exemplos de mulheres que foram e são parte activa e determinante na acção política, desde a luta pela libertação nacional até aos dias de hoje. Existem igualmente

organizações de mulheres que têm desempenhado um papel crucial na luta por um melhor cumprimento e respeito pelos direitos humanos das mulheres, salientando-se o Comité Nacional para o Abandono de Práticas Tradicionais Nefastas à Saúde da Mulher e da Criança (CNAPN), cujos esforços contribuíram para a aprovação da lei contra a excisão feminina, em Março de 2012. No entanto, será necessário investir num esforço de continuidade já que a lei é apenas um dos instrumentos, num universo de crenças, práticas e costumes que precisam de uma transformação para que a realidade se inverta e se coadune à lei existente. A dificuldade em se inverter valores entre alguns grupos étnicos e de religião muçulmana no que toca à excisão feminina implica um forte e permanente esforço de persuasão da parte da comunicação social de modo a sensibilizar – e mudar as atitudes – da população relativamente a um tema polémico.

Na Guiné-Bissau a percentagem das mulheres com idade entre os 20-49 anos que foram casadas ou viverem em união de facto (com um homem como marido) antes de completar os 18 anos corresponde a 29%. Apesar de se poderem constatar algumas diferenças de acordo com os quintis do bem-estar económico, pois: 37% das mulheres dos agregados muito pobres casam-se antes dos 18 anos, mesmo assim 19% das mulheres dos agregados mais ricos continua a casar-se antes desta idade (MEPRI, MICS, 2010: 126). Verifica-se esta situação sem prejuízo de a Guiné-Bissau ter assinado, em 2005, o Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África, em que se estipula os 18 anos como idade mínima de casamento para as mulheres.

A instabilidade política que se traduziu sempre nas mudanças de governos e dos titulares de cargos públicos, da estrutura governativa, e consequente alteração constante e/ou ausência de políticas públicas constitui também um dos principais obstáculos à promoção e protecção dos direitos humanos, contribuindo significativamente para os défices estruturais nesta esfera fundamental.

Em relação às mulheres, o exercício dos seus direitos é posto em causa pelas permanentes lacunas jurídicas em torno da efectiva implementação das leis sobre o casamento precoce e forçado, o acesso difícil às instâncias judiciais, a falta de estruturas de acolhimento e de protecção das mulheres em situação de risco bem como a ausência de conhecimento quer dos seus direitos, quer de normas e convenções sociais.

Segundo uma pesquisa realizada em 2010 pelo Instituto da Mulher Criança (IMC) e Ministério do Interior, foi registado nos últimos cinco anos um total de 22.598 casos de violência baseada no género (VBG) em todo o território nacional, dos quais as violências físicas e sexuais representam uma média de 40% e 60% dos casos, respectivamente. Neste contexto, é de

salientar a aprovação pela Assembleia Nacional Popular da lei contra a violência doméstica em Julho de 2013, a qual se revela um instrumento normativo fundamental para impulsionar uma mudança das mentalidades das mulheres e homens da Guiné-Bissau.

Desde a independência da Guiné-Bissau que os dados estatísticos mostram uma realidade diferenciada e preocupante quanto à participação política da mulher. O número de deputadas quer na Assembleia Nacional Popular (ANP), quer nos governos centrais e locais tem vindo a decrescer drasticamente, com especial incidência no período depois da adopção do multipartidarismo em 1991, altura em que a expectativa era de reforço da presença das mulheres devido à multiplicação do número de partidos. Paradoxalmente, sucedeu precisamente o oposto.

O contributo das mulheres guineenses nas actividades económicas, obtenção de progressos sociais e equilíbrio da unidade familiar é essencial. De acordo com o último censo populacional de 2009, as mulheres da Guiné-Bissau constituem 51,49% da população total do País. A sua participação na produção de bens e serviços, nomeadamente ao nível de produção rural familiar e no quadro do sector informal nas zonas rurais e urbanas, é essencial na garantia da subsistência familiar. Mais, têm um papel importante na educação das crianças e na preservação da saúde dos membros da família.

As disparidades e a falta de oportunidades das mulheres são observadas em todos os domínios e sectores. Contrariando a sua reconhecida contribuição em todos os domínios, a mulher é claramente preterida nas condições e acesso à saúde, na escolarização e literacia efectivas, o que promove a falta de competências. Assim, as mulheres continuam a ter um acesso limitado à informação em virtude dos seus baixos níveis de alfabetização e de rendimento. Os problemas de desemprego, dificuldade de acesso às infra-estruturas sociais de base são bastante mais evidentes para a mulher do que para o homem. No plano do exercício de direitos, seja por desconhecimento da lei ou dos serviços disponíveis, o número de mulheres que recorre à justiça é pouco significativo em relação aos homens.

Disparidades, oportunidades desperdiçadas e discriminações são resultado da situação social diferenciada da mulher em relação ao homem, tal como previsto pelo sistema social dominante. Assim, qualquer redução de disparidade de género implicará necessariamente uma acção sobre esta desigualdade estrutural.

A Guiné-Bissau está mal posicionada para atingir os Objectivos para o Desenvolvimento do Milénio (ODM) até 2015. Os atrasos registados na implementação das políticas públicas ambiciosas e ineficazes, motivados pelas instabilidades institucionais que permanecem há mais de duas décadas, explicam a acumulação do défice social e agravamento da pobreza em todas

as regiões do país. Todos estes indicadores e contextos conduzem a um cenário cada vez mais desfavorável à mobilização política da mulher guineense num quadro genérico de promoção dos direitos humanos concebido segundo o legado da modernidade ocidental.

Participação política

No contexto subregional supracitado, os passos dados no sentido da implementação da equidade e paridade têm sido visíveis com a União Africana (UA) a centrar o enfoque na abordagem de género nas suas actividades, primeiro com a criação do Departamento de Género, encarregue de promover a igualdade e a equidade de género em África, e posteriormente com a formulação de políticas e construção de indicadores continentais nesta matéria. Em Julho de 2003, a organização introduziu o princípio de paridade nos cargos de Comissários da União, passando mulheres e homens a estar representados em igual número (cinco/cinco).

Essa conquista atribuiu à organização um reconhecimento de carácter internacional e regional, na medida em que liderou um processo de afirmação desse princípio. Tal ficou patente na Terceira Sessão Ordinária da Conferência da União Africana, em Julho de 2004, em Maputo, evento esse assinalado pela aprovação de uma Declaração Solene sobre a Igualdade de Género, em que se afirma 'o compromisso de continuar, expandir e acelerar as acções da promoção da igualdade de género e de alargar e promover o princípio de paridade de género nos diferentes órgãos integrantes da UA, assim como nas Comunidades Económicas Regionais' (<http://www.icieq.cv/article/12>).

O desenvolvimento de acções para a transversalização da abordagem de género é fundamental (CPLP, Plano Estratégico Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres, 2010: 6). A adopção de estratégias de género como um dos pilares dos Programas dos Governos envolve a realização de acções de capacitação sobre Orçamentação Sensível ao Género (OSG), envolvendo os sectores das finanças, segurança e ordem públicos, justiça, agricultura, habitação, saúde, educação e cultura. Nesse sentido foi criada, em Maio de 2005, a Rede de Mulheres Parlamentares da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (RMP-CPLP), constituída pelas mulheres democraticamente eleitas dos Parlamentos de Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. O objectivo é a promoção de sinergias resultantes das afinidades linguísticas e culturais destas nações, bem como da sua história comum de luta pela liberdade e democracia, contra todas as formas de dominação e discriminação política, racial e de género.

Pretende-se que a acção concertada entre as Redes de Mulheres Parlamentares dos Estados Membros da CPLP contribua para o desenvolvimento ‘democrático, económico e social destes países’, conferindo um Maior grau de representatividade às mulheres parlamentares na esfera pública política e na protecção dos ideais da igualdade e equidade de género, reforçando as vozes das mulheres parlamentares no concerto das nações e na defesa dos interesses relativos à promoção da igualdade e equidade de género (<http://www.propalop-tl.org/phocadownload/handbook%20participante%20digital%20vf.pdf>). Como efeito final, pretende-se um aumento das capacidades das mulheres para intervir e participar na vida política nacional, particularmente na disseminação de um ideário de defesa dos direitos de igualdade entre sexos.

Neste sentido, a RMP-CV e suas congéneres promovem encontros com a finalidade de permuta de experiências e melhores práticas sobre questões relacionadas quer com a promoção da igualdade de género, quer com o combate à discriminação e desigualdade. Em Outubro de 2012 a RMP de Cabo-Verde organizou um ‘Seminário de capacitação sobre questões de género e empoderamento das mulheres’, com o objectivo de analisar a especificidade contextual de cada país membro e de pensar em estratégias e acções conjuntas tendo em vista a mobilização da população em torno de um ideário de protecção da igualdade de género que supera o papel de cada Rede nacional, indo ao encontro da RMP da CPLP no seu todo. Serviu para por um lado aprofundar os conhecimentos sobre a realidade de cada país membro e por outro possibilitar a nívelação das sensibilidades assim como a aquisição de novos conhecimentos, que possibilitarão a implementação de estratégias e acções concertadas, no quadro do trabalho pela igualdade de género, tendo como base a situação de cada país e o papel específico de cada Rede e da RMP da CPLP no seu conjunto (cf. <http://www.propalop-tl.org/phocadownload/handbook%20participante%20digital%20vf.pdf>).

Em suma, para que as mulheres parlamentares contribuam efectivamente para a esfera política nacional de modo a que esta possa alargar-se e democratizar-se, demonstrando receptividade aos princípios de igualdade de género, devem antes de mais ser conhecedoras quer dos debates travados sobre este tema ao nível internacional e mais especificamente do continente africano, quer dos instrumentos parlamentares e judiciais existentes para pôr em prática essa igualdade, e a representação desempenhada pelas deputadas.

O ‘Seminário de capacitação sobre questões de género e empoderamento das mulheres’, que proporcionou uma troca de experiências e de boas práticas sobre questões do

género entre as parlamentares da CPLP, não contou com a presença de parlamentares da Guiné-Bissau, fruto do impasse vivido após o golpe de estado de 12 de Abril de 2012. Este foi apenas um obstáculo a somar a tantos outros no que concerne ao atraso da Guiné-Bissau comparativamente com outros países congéneres no tocante à igualdade de género, apontando os indicadores sociais, políticos e económicos que ainda há muito a fazer para resolver as iniquidades entre homens e mulheres, sejam elas as construções estereotipadas da masculinidade e feminilidade ou as diferenças, condicionadas pelo género, na divisão do trabalho. Em resultado desta situação, assiste-se a uma escassa representação feminina em cargos de liderança e exíguas oportunidades de participação nas esferas política e económicas formais. Testemunham-se também desigualdades acentuadas no acesso e na permanência no mercado de trabalho, educação e formação profissional, bem como nos rendimentos auferidos.

CAPÍTULO II

Revisão da literatura

Contexto

Os meios de comunicação social têm o poder de agendar os temas que vão influenciar e formar os pensamentos das pessoas, uma vez que é a partir dos media que grande parte da população se mantém informada.

No que concerne aos actores da política, os media são na Maioria das vezes o único meio de informação e por conseguinte o único meio de contacto entre o político e o público. Informações, promessas e intenções são traduzidas para formatos apelativos dos media, para influenciar pensamentos e atitudes do público (McCombs & Shaw, 1972).

O contexto global da Guiné-Bissau, confere uma relevância destacada à rádio como meio de comunicação que dita o agendamento mediático. A ausência de uma rede eléctrica no país, os elevados níveis de pobreza conjugados com o analfabetismo referido no anterior capítulo remetem a imprensa escrita para uma elite da capital e a televisão para uma parte ainda mais ínfima, que, apesar de não contabilizada por falta de meios, o instituto da comunicação social da Guiné-Bissau estima a título informal em cerca de 5% da população.

A plataforma transversal da rádio

A rádio é o meio de comunicação mais popular na Guiné-Bissau, constituindo a única fonte de informação para uma população com cerca de 50% de adultos analfabetos. Essa popularidade fica a dever-se ao seu baixo custo, mobilidade, fácil acesso, flexibilidade e capacidade de adaptação às línguas e dialectos.

“A rádio é um meio barato, de fácil aprendizagem, que funciona predominantemente em directo, exigindo condições de produção mínimas em comparação com a televisão, e, por ser aural, alivia questões relacionadas com a alfabetização, tendo ainda por cima uma qualidade aparentemente intemporal de imediatismo e intimidade que se repercute junto das audiências.” (Coyer, 2007: 2)

A análise e exploração dos media sob o tema das rádios comunitárias é vasta e reafirma a influência deste meio nas mais diferentes áreas das sociedades, independentemente do seu grau de desenvolvimento.

“... os modelos [de comunicação] geralmente assumiam que a educação e desenvolvimento rurais massivos só podiam ser possibilitados em sociedades não industrializadas através da aplicação de sistemas de media ocidentais, particularmente a rádio.” (Ansu-Kyeremeh, 1992: 114)

A rádio impõe-se como instrumento de disseminação em diferentes vectores, sendo muitos os autores que analisarem o tema. No entanto, a concepção da rádio enquanto ferramenta pedagógica que pode ser utilizada para fomentar a consciencialização sobre os direitos humanos e a mobilização política da mulher em países em vias de desenvolvimento encontra lacunas na bibliografia existente, lacunas essas que esta tese procura de alguma forma colmatar.

Muitos autores que realçam o papel da rádio enquanto instrumento pedagógico em prol da modernização das sociedades rurais referem a capacidade de alcance da rádio, nomeadamente a “cobertura de longas distâncias (mesmo antes da radiodifusão por satélite); transmissão multilingue; o facto de ser uma operação que não requer aos ouvintes nenhum conhecimento técnico prévio e o seu baixo custo” (Ansu-Kyeremeh, 1992:114). Saliente-se ainda que a associação frequente entre rádio e oralidade faz com que esse meio seja considerado particularmente adequado às culturas de expressão oral de comunidades predominantemente analfabetas (Ansu-Kyeremeh, 1992:114).

A proliferação de rádios comunitárias por todo o continente e ilhas que difundem essencialmente em dialectos locais, bem como a adaptação das rádios nacionais a um mosaico cultural e étnico complexo, ampliando o sinal e garantindo a cobertura de todo o país, com noticiários e programas seleccionados transmitidos em português ou crioulo e posteriormente disseminados em dialectos locais, proporciona uma oportunidade única de ligação entre os diferentes elementos da população guineense.

A realidade da África subsaariana torna inequívoca a relevância da rádio em comparação com os outros meios de comunicação, quer pelo alcance, quer pela eficácia na transmissão de conteúdos.

“Informação local, nacional e internacional é transmitida através de mais de 100 milhões de aparelhos de rádio na África subsaariana, fazendo da rádio um dos Maiores disseminadores de notícias e informações do continente.” (Bessire, 2004: 490)

A importância dada à rádio e o seu reconhecimento global é reforçado em planos e programas da Iniciativa da Sociedade de Informação Africana (AISI), sob liderança da Comissão Económica Africana (ECA, 2008), realçando o papel da comunicação para a equidade de género. Lançada em 1996, a AISI procurou fornecer um enquadramento regional para o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação (TIC) num contexto digital e global, constituindo a base de referência para o Plano de Acção de Genebra do World Summit on the Information Society (WSIS) (2003) e o Compromisso WSIS de Tunes (2005) (<http://www.uneca.org/fr/publications/african-information-society-initiative-aisi-decades-perspective>). Entre os objectivos estratégicos do AISI (African Economic Commission, 1998) que cada Estado-membro do ECA terá de concretizar ao nível nacional, destacamos os seguintes:

“Adoptar políticas e estratégias para incrementar o acesso aos recursos de informação e comunicação, com prioridade para servir as áreas rurais, populares e outros grupos desfavorecidos, em especial mulheres e jovens;

Realizar esforços especiais para consciencializar aqueles que não estão familiarizados com os potenciais benefícios da infra-estrutura de informação africana, com particular atenção à equidade de género.” (Opoku-Mensah, 2004: 255)

A diversidade étnica no contexto dos media

A partir da percepção da rádio como um meio de comunicação capaz de gerar e fixar representações acerca de factos, pessoas, espaços e datas e constituindo um lugar de memória, é preciso compreender como é disseminado um ideário que valoriza a implementação dos direitos humanos em prol da mulher bem como a promoção da participação política feminina. Assim, o nosso enfoque deve agora incidir sobre a construção da representação das mulheres na rádio de Maior audiência do país: rádio Sol Mansi. A funcionar desde 2001, a Rádio Amanhecer, traduzindo do crioulo para português, garante a cobertura total da Guiné-Bissau e traduz diversos programas para os dialectos locais. Esta rádio emite em português (língua oficial), crioulo (língua fanca, utilizada pela Maioria da população) e em alguns dialectos regionais e locais como o fula, mandinga e balanta. Constituirá assim o reflexo da diversidade étnica e complexidade cultural

que tem vindo a crescer nesta área de África. Tendo começado por ser uma rádio comunitária na região de Oio, Mansoa, em 2008 foi obrigada por lei a alterar o seu estatuto de rádio comunitária para rádio privada por ter aumentado a sua transmissão para todo o país. Mesmo assim, cobrindo as 8 regiões da Guiné-Bissau e os 38 sectores administrativos do país (incluindo o sector autónomo de Bissau), mantém características de uma rádio comunitária, uma vez que os 41 correspondentes são membros das comunidades a partir das quais fazem as suas contribuições. Nos últimos anos a diversidade étnica da África subsaariana tem vindo a ser considerada por parte de diversos académicos como um dos factores conducentes à instabilidade económica e política do continente. Efectivamente, alguns investigadores apontam uma correlação entre o facto dessa região ser a mais etnicamente diversa do globo, ao mesmo tempo que revela os mais elevados índices de pobreza do mundo (Miguel & Gugerty, 2005: 2325-2326). Citando um estudo conduzido por Fearon em 2003, que se baseou na recolha de um conjunto de dados sobre a diversidade étnica, Green afirma que ‘o desvio padrão africano no número de grupos étnicos por país é 35% mais elevado do que em qualquer outra região’ (2011: 2).

Democracia e direitos humanos – programas educacionais não formais

A rádio é ainda considerada a plataforma por excelência de transmissão de programas que procuram alertar para um ideário de direitos humanos e igualdade de género por organizações como a ONU, ou ONGs como a Tostan, cuja estratégia de transformação de consciências se apoia no uso da rádio, enquanto instrumento educativo. Segundo Gillespie & Melching (2010), a rádio teve um importante papel nas próprias origens da abordagem pedagógica da Tostan no Senegal, com a produção de um programa infantil, em 1976, que recorria a ‘canções, histórias e provérbios’ recolhidos e gravados de modo quase etnográfico em todo o território (2010: 483).

“À medida que aumentava a popularidade dos programas de rádio, a equipa recolhia mais material cultural e integrava informações sobre higiene, saúde e ambiente em músicas e histórias familiares”. (Gillespie & Melching, 2010: 483)

A aprendizagem baseada na interacção e integração de práticas culturais, mediante as quais a Tostan procura assimilar produtos da cultura popular local de modo a favorecer a sua acção pedagógica, também tem sido utilizada como estratégia para disseminar valores que assentam numa concepção democratizante dos direitos humanos (2010: 479). A introdução de

temas como democracia e direitos humanos nos programas educacionais da Tostan e a sua disseminação através da rádio foi uma opção estratégica também seguida na Guiné-Bissau. No entanto, embora a realidade guineense se assemelhe à do Senegal, descrita por Gillespie & Melching, julgamos que a perspectiva da análise destas autoras não permite ainda suficientemente compreender o papel da rádio enquanto instrumento pedagógico na consciencialização dos direitos humanos e consequente incremento da mobilização e participação política da mulher.

Os meios de comunicação de massa, entre os quais a rádio, desempenham um papel importante na construção da realidade, ajudam a estruturar a imagem do contexto social, informam e, neste processo, contribuem para a formação da chamada 'opinião pública'. No entanto, os media comunitários têm uma especificidade própria na medida em que se distinguem pelo seu empenho, frequentemente de cariz activista que se estende por várias frentes, no sentido de alterar o modo como o indivíduo e a sua comunidade se relacionam com o mundo circundante (Rennie, 2012: 12) Esta capacitação é realizada ao "reforçar a dimensão simbólica da vida quotidiana, ou seja, abrindo espaços sociais para o diálogo e participação de modo a quebrar o isolamento do indivíduo, incentivando a criatividade e a imaginação bem como a redefinição de linguagens e símbolos sociais compartilhados, o que favorece a desmistificação dos media de massa (Rodriguez in Rennie, 2012:12). Dadas as características, já referidas, da rádio, nomeadamente a simplicidade de produção técnica, mobilidade, baixo custo e fácil disseminação, este meio é tido por muitos como o mais adequado ao espírito de capacitação comunitária (Brunetti, 2000: 120).

O papel dos media na equidade de género

As representações de género presentes no imaginário de uma época são construídas socialmente e criam modelos distintos para os homens e para as mulheres. Para as mulheres, as sociedades tendem a difundir a função reprodutiva do âmbito doméstico, descartando o seu potencial de intervenção no espaço público. Por intermédio da rádio, tal como acontece com outros *mass media*, são estabelecidos os códigos de conduta e as sociabilidades que norteiam, também, os comportamentos de género. Conforme afirmam Paulo Lobo e Rosa Cabecinhas, fundamentando-se em Amâncio, 1998; Bonnot and Croizet, 2007; Tuchman, 1978, "o desenvolvimento de uma consciência crítica de género sobre a participação pública é agora tão ou mais necessário que antes, uma vez que a indiferença social caracterizada pelo consentimento

implícito da discriminação e pela internalização generalizada de estereótipos de género se constituíram como barreiras invisíveis mas persistentes à mudança” (2013: 197).

Esta investigação propõe a rádio como instrumento para ultrapassar alguns desses obstáculos no contexto de um país em vias de desenvolvimento, conferindo poder à mulher ao promover a sua participação de modo activo e não passivo. Nesse sentido, Gallagher defende que se os media podem retirar poder aos indivíduos, ao representarem-nos de modo iníquo, certamente que poderão também ser usados para o devolver. Os media têm provado ser um espaço útil à afirmação de reivindicações políticas várias de movimentos sociais e, em particular, dos movimentos feministas. Gallagher destaca a importância da iniciativa da Década Internacional das Nações Unidas para a Mulher (1975-1985) por ter incentivado quer o activismo, quer a investigação sobre as mulheres e os media. Esta investigação tem vindo a desenvolver-se sob dois eixos principais: por um lado, “a crítica à forma como os conteúdos dos media projectam as mulheres enquanto objectos e não sujeitos activos” e, por outro lado, “a análise das estruturas institucionais e sociais de poder através das quais as mulheres são sistematicamente marginalizadas dentro das organizações dos media” (Gallagher, 2001: 3).

Em tempos mais recentes, tem-se vindo a apontar a importância dos media comunitários no combate à desigualdade social, entre a qual destacamos a de género, são plataformas de excelência para dar voz e visibilidade a determinados grupos, como as mulheres, promovendo alterações à reprodução irreflectida de normas sociais e mudanças culturais.

“Os media comunitários pertencem à esfera da sociedade civil, na medida em que são construídos por grupos que compartilham um interesse ou têm algo a dizer. Os seus criadores vão desde amadores a activistas e tudo o que estiver entre estes. Alguns deles são altamente organizados, enquanto outros evitam qualquer tipo de estrutura formal. Quando as pessoas fazem media comunitária é muitas vezes “por amor à causa”. A única generalização que se pode tecer é que dá voz a quem seria negada a oportunidade de participar de outra forma. Mas esta oportunidade proporciona muitas coisas extremamente úteis, abrangentes e inovadoras, tais como a programação de rádio das mulheres no Nepal, a qual tem ajudado a mudar as práticas patriarcais ao fornecer às mulheres um fórum público para se expressar.” (Walker in Rennie, 2012: 10)

A rádio estabelece-se assim como meio comunitário prioritário que informa e dá voz às mulheres, incentivando-as a questionar normas e convenções sociais, abrindo caminho a uma

alteração gradual de mentalidades. Afigura-se essencial analisar a visibilidade do tema da participação política da mulher, enquadrado no âmbito de um ideário democrático de direitos humanos, nas rádios guineenses de modo a entender como o jornalismo, nas suas vertentes *mainstream* e comunitária, pode contribuir para romper com práticas culturais e sociais discriminatórias que são muitas vezes consensualmente aceites devido ao peso da tradição.

A condição de género é, segundo Fraser, determinante para a exclusão feminina da participação na esfera pública política: “mulheres de todas as classes e etnias foram [tradicionalmente] excluídas da participação política oficial em função da sua condição de género, enquanto a exclusão de homens plebeus ficava a dever-se à ausência de qualificações formais” (Fraser, 1990: 63). Inspiradas nesta observação de Fraser, propomo-nos entender a projecção das mulheres no actual contexto da esfera pública política guineense, indagando do seu espaço de representação e visibilidade, enquanto protagonistas e ouvintes, nas rádios locais.

Participação política da mulher

No caso da TV guineense, as mulheres são na Maior parte das vezes representadas junto à multidão, num plano subalterno e com pouco tempo de emissão, enquanto os homens aparecem geralmente em grandes planos, ou com muito tempo de antena. Quando efectivamente se envolve a mulher nas campanhas políticas, é apenas para assegurar mais votos aos políticos, reforçando o seu poder nas esferas de decisão. Da mesma forma, as relações de género que perpassam na rádio são organizadas ideologicamente, apoiando-se em determinados padrões e paradigmas que vigoram na sociedade guineense.

‘Desse modo, o discurso de género diferencia ideologicamente os sexos e discrimina as mulheres ao excluir a sua presença “séria” “poderosa” e “militante” do espaço público na sociedade, relegando-a para uma condição passiva e/ou doméstica.’ (Barros & Costa Semedo, 2012: 34)

Assim, no que toca à participação das mulheres neste processo, existem ainda muitos obstáculos culturais, sociais, religiosos e psicológicos, sendo que a promoção da igualdade no acesso das raparigas à educação e emprego, bem como a tentativa de implementar respeito pelo ideário dos direitos humanos, entre os quais o direito à integridade física, são objectivos que se opõem a uma tradição arraigada, a qual dificulta a alteração do *status quo*.

Participação política no contexto nacional

No contexto nacional é também através da Constituição da República que devem ser garantidas a igualdade dos direitos civis e políticos a cada pessoa, de forma não discriminatória. O Título II da Lei de Base do país está reservado à salvaguarda dos direitos, liberdades, garantias e deveres fundamentais. Neste âmbito, o Artigo 23º da Constituição da República da Guiné Bissau estipula o seguinte: “Todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção de raça, sexo, nível social, intelectual ou cultural, crença religiosa ou convicção filosófica”. O Artigo 24º incide especificamente sobre a igualdade de género, ao salientar que “homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural”. Apesar de o Artigo 49º prever que “todo o cidadão tem o direito e o dever à educação”, as normas e convenções sociais reduzem a mulher a um papel limitado, fazendo aumentar a disparidade e iniquidade.

A participação política das mulheres é consideravelmente baixa. No parlamento, a média corresponde a apenas 10% de deputadas. Por sua vez, a presença de mulheres no executivo ascendia, em 2009, a 18,7% no cargo de ministras e 8,3% enquanto secretárias de Estado. No poder judicial a disparidade mantém-se com 28% de juízas e 13% de delegadas do ministério público (Ministério da Mulher, Família, Coesão Social e Luta contra a Pobreza, PNIEG, 2012: 4).

De salientar que os valores tendem a baixar, constatando o número de mulheres no executivo do Governo em 2012, por Decreto Presidencial de 09/2012, com apenas duas mulheres nas estruturas do poder. Apesar de alguns esforços, ainda não se conseguiu implementar um sistema de quotas para mulheres na Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau. (Barros & Semedo, UNIOGBIS, A participação política das mulheres na política e na tomada de decisão na Guiné-Bissau, 2013:45)

As eleições democráticas tornaram-se um elemento central da construção da paz em sociedades pós-conflito. O apoio popular, as instituições legais e legítimas podem ser a chave para soluções duradouras para conflitos. Somente quando as instituições são democráticas e representativas de todos os grupos da sociedade, procurando combater as desigualdades sexuais, económicas e étnicas, é que será possível almejar a paz e a estabilidade.

O modelo dos partidos políticos guineenses, cuja liderança gira em torno de uma figura masculina, coloca à mulher um conjunto de obstáculos à sua inclusão nas estruturas e no processo político para além da campanha eleitoral, como pode ser constatado na apresentação de resultados.

“Um pré-requisito para a Maioria das teorias da democracia do nosso tempo é a ideia de o cidadão bem informado, capaz e disposto a assumir desafios e de agir. Em muitos aspectos, há uma diferença acentuada entre os ideais da democracia representativa e os da democracia participativa, mas a este respeito as duas perspectivas da democracia não diferem muito. Ambas partilham de uma visão genericamente semelhante da cidadania. No entanto, a percepção das instituições sociais difere consideravelmente nessas duas categorias.” (Kivikuru, 2006: 6)

O autor Ullamaija Kivikuru analisou a rádio ao serviço da democracia, baseando-se nas experiências da África do Sul e Namíbia. A sua perspectiva evidencia o papel da rádio enquanto instrumento pedagógico, abordando a questão do género ao referir a escassa cobertura, nas eleições locais realizadas na África do Sul em 2000, às candidatas femininas e assuntos de relevância para as mulheres por um lado, bem como a temas relacionados com direitos humanos por outro lado (2006: 10). Apesar desta abordagem ser importante para nós, consideramos que a nossa perspectiva difere daquela que é apresentada por Kivikuru por eleger como objecto de análise o papel da rádio, nomeadamente de canais que versam uma pluralidade de temáticas, no incentivo à participação política da mulher.

“candidatos locais do sexo feminino foram negligenciadas, assim como questões que seriam motivo de preocupação para as mulheres. Os meios de comunicação também não forneceram uma perspectiva de género sobre temas como a pobreza, habitação e VIH/SIDA. Uma baixa cobertura de questões relacionadas com os direitos humanos também foi detectada, ao passo que a violência política pré-eleitoral e o processo no dia das eleições propriamente dito foram alvo de cobertura intensa.” (Kivikuru, 2006: 10)

No caso guineense, o direito à plena igualdade de género terá de ser necessariamente adoptado no âmbito da lei eleitoral, em conformidade com os tratados internacionais ratificados pelo Governo, nomeadamente o Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos (PIDCP), um dos três instrumentos que integra a Carta Internacional dos Direitos Humanos, o qual entrou em vigor em 1976, bem como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, datada de 1979. No entanto, até 2012, na Guiné-Bissau apenas uma mulher chegou a dirigir uma Comissão Regional de Eleições (CRE), em Bissau, entre 2000 e 2004. Durante os processos eleitorais um número pouco significativo de mulheres foi recrutado para presidir a mesas de voto, ocupando geralmente cargos administrativos. Mais, a Comissão

Nacional de Eleições (CNE) guineense nunca foi dirigida por uma mulher (Barros & Semedo, 2013:49)

Isto significa que a mulher está afastada, por vezes de forma subtil, dos lugares que simbolicamente representam o verdadeiro exercício do poder na esfera pública. Pode-se dizer que, apesar de estar presente em todas os domínios da vida, a mulher é quase sempre relegada para um segundo plano, sendo esta uma opinião recorrente em todas as entrevistas feitas ao longo desta investigação. As responsabilidades que lhe são incumbidas não são tidas como significativas nem de grande importância para a comunidade, apesar de as actividades subjacentes às suas responsabilidades serem vitais para a comunidade. Ela é assim dispensada da tomada das grandes decisões aos níveis colectivo, seja este nacional ou comunitário, e individual, no que toca a decisões que afectam a sua própria vida. (Fraser in Perlotto, 2012, p.83, 93) Infelizmente, esta situação reporta-se, não a séculos passados, nem a um passado recente da história de algumas comunidades, mas antes aos dias de hoje, no século XXI, sendo esta marginalização da esfera pública experienciada por milhares de mulheres em vários países do mundo (Albuquerque, 2006: 70-1, 92).

A realidade rural na Guiné-Bissau demonstra que as tarefas multiplicam-se para as mulheres e os benefícios reduzem-se, pois, apesar de representarem 51% da população e de contribuírem com cerca de 55% da produção agrícola (Federação KAFO, 2006: 3), as mulheres e raparigas que vivem nessas áreas aparecem sempre no fim da tabela dos indicadores sociais, económicos e políticos, vivendo num contexto de desigualdade que perpassa o rendimento, saúde, educação e participação nas esferas de decisão. A sociedade, nomeadamente as suas normas e convenções, é um espelho dos valores e atitudes cultivadas na família e na escola. Constituindo esta última um lugar de socialização das crianças e jovens, oferece um espaço potencial de educação para a cidadania, contribuindo para reforçar princípios, revalidar valores e questionar comportamentos. Na Guiné-Bissau não só a escola mas também a vida é feita na e em comunidade. Assim, se a desigualdade de papéis é acentuada na comunidade, tendo os líderes comunitários e religiosos um papel decisivo na criação de um consenso normativo constituído em torno da marginalização da mulher da participação política na esfera pública, verifica-se essa mesma iniquidade no seio da família, onde a mulher é relegada ao privado, à casa e aos trabalhos domésticos, sem competência para tomar decisões na esfera pública, enquanto o homem se afirma como sujeito público com direitos de pleno exercício activo de cidadania.

No domínio simbólico, a mulher aparece ligada ao lar, divorciada da produtividade económica da esfera pública, discriminada devido à invisibilidade do seu trabalho, apesar de essencial e da qual frequentemente depende a subsistência da família. Analisando todos os dados apresentados no tocante às dificuldades de acesso à educação, emprego e mecanismos de participação política, constata-se que existem ainda muitos obstáculos culturais, psicológicos e sociais para a promoção da igualdade de género e afirmação dos direitos da mulher, enquadrados no âmbito de uma conceptualização mais alargada dos direitos humanos.

A educação revela-se um elemento essencial na concretização de um ideário de direitos humanos, do qual faz parte a participação política da mulher. Sugere-se, no âmbito desta dissertação, que no contexto da Guiné-Bissau a rádio tenha um papel importante enquanto instrumento pedagógico na tomada de consciência dos direitos da mulher e na sua mobilização política. É este o tema do próximo capítulo, em que se explora a eficácia da rádio na alteração do *status quo* e na promoção da participação activa da mulher na esfera pública. De forma mais específica, esta tese vai analisar a importância da rádio enquanto motor de transformação social, procurando-se reflectir quer perspectivas diferenciadas de organizações, quer experiências individuais nacionais e estrangeiras sobre o tema, com base na análise da representatividade de temas relevantes para a mulher, o tempo de antena que lhes é conferido, bem como o espaço que ocupam. Ao avaliar a forma como é disseminada a informação, pretende-se abrir uma janela de oportunidade para a inclusão de novas abordagens e estratégias, que visem a mudança de normas e convenções sociais na Guiné-Bissau, nos meios de comunicação em geral e na rádio em particular.

CAPÍTULO III

A rádio como motor de transformação social

O tema desta dissertação centra-se na rádio como motor de transformação social e instrumento pedagógico de mobilização política da mulher guineense como parte integrante de um ideário de direitos humanos.

A importância da rádio enquanto plataforma de disseminação de informação, de canal de educação informal ou mesmo como meio de influência de massas no domínio público tem sido analisado sob outras perspectivas que não respondem à questão colocada. Diversos autores exploram a participação política numa abordagem focada nos novos media, ou na democracia como sendo reforçada pelos meios de comunicação social. A questão do género é frequentemente abordada no contexto das discussões sobre participação política mediatizada, estando algumas vezes associada a algo intrínseco aos direitos humanos. O fio condutor entre os estudos da rádio, nessas três vertentes aludidas acima, e o trabalho de campo efectuado, centrando-se em questões de participação política no feminino, vão contribuir para fomentar o conhecimento geral sobre o tema.

Análise Crítica

Bruce Girard e Jo van der Spek exploram a importância das rádios comunitárias, enfatizando factores comuns a países subdesenvolvidos, cujas taxas de analfabetismo e baixo índice de lares com energia eléctrica conduzem a outras opções de comunicação (2002: 2). Esta abordagem enquadra parcialmente a rádio escolhida para a recolha de programas no âmbito deste trabalho, uma vez que se parte de uma rádio comunitária para uma rádio privada. Justifica-se essa transição com base na ampliação do sinal, o que garantiu a cobertura nacional das oito regiões, incluindo o sector autónomo de Bissau e ilhas e a manutenção de características basilares de uma rádio comunitária.

Kwasi Ansu-Kyeremeh (1992) reforça a característica da oralidade como transversal e abrangente, convergindo com os problemas culturais, económicos e sociais que culminam em taxas de analfabetismo muito elevadas, exponenciadas pela diversidade étnica, acima da média de outras regiões africanas, expostas por Fearon (2003, in Green, 2011). Apesar de determinantes, estes temas são explorados sem atender à participação política da mulher como espelho de uma educação informal sobre direitos humanos, para a qual a rádio contribui significativamente em países em vias de desenvolvimento.

Diane Gillespie e Molly Melching (2010) aprofundam a abordagem da ONG Tostan através da inserção de temas como democracia e direitos humanos na educação ministrada ao nível informal, elegendo a rádio como um dos veículos transmissores por excelência. Apesar desta análise partilhar temas comuns à nossa, ela situa-se numa região mais abrangente e pauta-se por objectivos distintos, claramente vocacionados para os direitos humanos das mulheres em regiões fortemente demarcadas por etnias específicas.

Gallagher (2001) defende que os media podem retirar, mas também devolver, poder às pessoas, sendo esse domínio exercido na forma como os conteúdos projectam as mulheres como objectos e não como sujeitos activos. Destaca ainda as estruturas institucionais e sociais de poder através das quais as mulheres são sistematicamente marginalizadas dentro das organizações dos media.

Nesta tese, inspirámo-nos nos autores acima referidos mas procuramos inovar em relação ao que tem sido redigido neste âmbito ao centrar-nos mais pormenorizadamente no modo como a participação política feminina é alvo de uma mobilização através da disseminação radiofónica de um ideário de direitos humanos, defensor da igualdade de género.

Metodologia

A análise de conteúdo, “é definida como uma metodologia através da qual o investigador procura determinar o conteúdo manifesto da comunicação oral ou escrita mediante uma análise sistemática, objectiva e quantitativa” (Zito, 1975: 27). Sendo uma metodologia particularmente indicada quando se pretende analisar o modo como determinado fenómeno é representado nos media, optou-se, na primeira parte da investigação, pela realização de análise de conteúdo a dois programas de rádio que dissessem respeito a cada um dos seguintes temas, nos anos, de 2009 e 2012 respectivamente:

- Período pré-eleitoral
- Direitos Humanos
- Mulheres

Os programas foram transmitidos pela rádio Sol Mansi, permitindo uma análise comparativa assente na recolha em período homólogo, mediante a criação de uma grelha de tipologias. Após inúmeras diligências, solicitações e pedidos à rádio, foram disponibilizados quase todos os programas solicitados, à excepção do programa de direitos humanos relativo ao ano de

2012, pelo facto de o computador que servia de arquivo ter tido uma avaria técnica em Janeiro de 2013. Na tentativa de colmatar essa contingência, identifiquei os autores dos programas sobre direitos humanos a fim de conseguir um arquivo de Dezembro de 2012, mas após vários contactos com as duas organizações envolvidas, não foi possível identificar nenhum programa, por uma miríade de razões: ausência de responsáveis, alteração de apresentadores, desconhecimento do local de arquivo, entre outras. Volvidos sete meses de tentativas sem sucesso, definiram-se os programas com base nos arquivos existentes e já seleccionados, consistindo o nosso acervo num programa sobre participação cívica no período pré-eleitoral de 2009, outro sobre participação política das mulheres no período pré eleitoral de 2012, dois sobre a temática do género, um de 2009 e outro de 2012 respectivamente. Relativamente ao programa sobre direitos humanos, serviu para análise o arquivo de 2009, no período pré-eleitoral.

A elaboração de uma tipologia de categorias é fundamental para a análise de conteúdo, uma vez que aquela define conceptualmente o objecto de estudo. Deste modo, atribui-se uma ou mais categorias a cada unidade de texto por forma a quantificar a frequência dessas categorias. Para Stefan Titscher, Michael Meyer, Ruth Wodak e Eva Vetter, a formulação de qualquer tipologia baseia-se na colocação de questões concretas sobre o tema em análise (2000: 58), sendo que o sistema de categorias pretende operacionalizar as variáveis inerentes à questão de investigação. Neste caso específico, a nossa questão de investigação pode ser definida da seguinte maneira: de que modo é que a rádio surge como instrumento pedagógico de mobilização política da mulher guineense no âmbito de um ideário mais alargado de defesa dos direitos humanos?

Programas radiofónicos

No sentido de aprofundar a nossa hipótese de investigação, foi construída uma tipologia com base em oposições binárias, englobando um determinado universo de possibilidades. Quanto mais polarizadas forem as categorias, Maior será a clareza das definições, na medida em que abrangerão o Maior número de alternativas possível para cada categoria. A metodologia da análise de conteúdo responde, assim, às necessidades das prerrogativas quantitativas e comparativas do estudo, fundamentando-se na seguinte grelha tipológica:

- 1.Subtemas abordados
- 2.Quem tem voz
 - 2.1- Homem/Mulher
 - 2.2-Classe social - Alta/Média/Baixa

- 2.3-Religião - cristã/muçulmana/animista
- 3.Perspectiva Abordada
 - 3.1-Direitos humanos/Religiosa/Institucional UN
- 4.Tom jornalístico
 - 4.1- Pedagógico/Evangelizador
- 5.Quem é convidado
 - 5.1-Mulher/Homem
 - 5.2-Classe social - Alta/média-alta/baixa
 - 5.3-Religião - cristã/muçulmana/animista
- 6.Frequência da palavra
 - 6.1-Participação
 - 6.2-Direitos
 - 6.3-Mulher
 - 6.4-Política
- 7.Quantificação de indivíduos que participam no programa
 - 7.1-Mulher/Homem
- 8.Tempo de Antena dado às mulheres (")
- 9.Abordagem da participação política da mulher
 - 9.1- Informal - quotidiano, trabalho /sensibilização, transmissão de mensagens
 - 9.2- Formal - Participação em campanhas / cargos políticos
- 10.Público Alvo
 - 10.1-Mulheres/Homens
 - 10.2-Público urbano/público rural

A análise qualitativa de conteúdos é uma das vertentes aplicadas a análise de excertos de texto, excertos esses que poderão ter diferentes formatos, nomeadamente verbal, electrónico, impresso, devendo ser obtidos através de respostas narrativas, questionários de perguntas abertas, entrevistas individuais ou colectivas, entrevistas a grupos de foco, observações, ou artigos, livros ou manuais (Hsieh & Shannon, 2005: 1278).

Este tipo de abordagem, centrado numa análise de conteúdo de cariz mais qualitativo do que quantitativo, já foi utilizado em inúmeras investigações, provando ser eficaz para estudar diferentes temáticas.

“A análise de conteúdos é um método de analisar de forma sistemática a comunicação verbal ou escrita. Este método é útil para analisar, por exemplo, experiências pessoais. A análise de conteúdo implica dimensões de interpretação que vão desde a descrição do nível manifesto à inferência do nível latente, dependendo do propósito, qualidade e extensão dos dados analisados.” (Razavi *et al.*, 2011: 321)

Entrevistas

Numa segunda fase, seleccionaram-se três indivíduos em cada um dos cinco grupos-chave, realizaram-se entrevistas a três indivíduos de cada um dos cinco grupos-chave abaixo elencados, cifrando-se num total de quinze elementos:

- Mulheres comuns;
- Mulheres que integram partidos ou organizações políticas;
- Produtores de rádio;
- Representantes de instituições nacionais;
- Representantes de organismos internacionais.

Posteriormente, analisaram-se as entrevistas que deram origem aos resultados mais expressivos, não obstante ter-se sempre levado em conta que a resposta é condicionada pela pergunta colocada, não podendo ser analisada de forma isolada enquanto amostra que espelha a discussão na esfera pública sobre os temas em destaque, tais como a política, os media ou o género.

Após a aplicação das abordagens da análise de conteúdo do ponto de vista comparativo, com base em dados recolhidos mediante o relato, descrição, narração ou citação de eventos, cruzaram-se as respostas às mesmas perguntas, procurando-se as saliências quer ao nível dos discursos e narrativas comuns, quer ao nível dos discursos antagónicos entre os diferentes entrevistados, na qualidade de indivíduos pertencentes a um grupo específico. Nas conclusões, retratámos os consensos e divergências entre os quinze entrevistados, explorando o seu contributo para a definição dos conceitos de participação política, mobilização feminina e direitos humanos. A abordagem etnográfica que recorre à selecção de participantes, gravação de entrevistas e transcrição das mesmas para uma melhor análise, seja esta de conteúdo ou discursiva, é frequente no âmbito das ciências sociais.

Num estudo ‘qualitativo e exploratório’ que incidiu sobre a análise das construções mentais formadas pelos veteranos de guerra norte-americanos relativamente à terminologia empregue nos cuidados de saúde geriátricos, Young *et al.* (2003) recorreram a uma metodologia que envolveu entrevistas quer semi-estruturadas, quer abertas aos idosos que utilizavam o sistema de saúde de veteranos de guerra em Pittsburgh.

“Usámos a análise textual para analisar as transcrições e métodos provenientes da ‘Teoria Fundamentada nos Dados’ (*grounded theory*) para identificar temas e padrões.”
(Young *et al.*, 2003: 1043)

O recurso a entrevista para análise textual posterior, tendo por objectivo inferir algo sobre contextos culturais e sociais, é comum em diversas áreas das ciências sociais. Por exemplo, através de entrevistas com criadores e bloggers de sites e uma análise textual de mensagens nos blogs, Echchaibi (2013) foca as diferentes formas e práticas discursivas do activismo muçulmano digital.

Apesar da temática do nosso estudo diferir substancialmente das análises realizadas tanto por Young *et al.* como por Echchaibi, não deixam de partilhar pontos em comum em termos de metodologia empregue, tendo os respectivos artigos em que ambos expõem os seus trabalhos servido de guia de orientação para a condução da nossa análise textual das entrevistas (cf. Stemler, 2001: 1)

Enquadramento

Procuraremos responder à nossa hipótese de investigação com base no aprofundamento da análise quantitativa e qualitativa dos conteúdos radiofónicos que difundem temas associados à igualdade de género e aos direitos humanos no panorama geral e, muito particularmente, no contexto político da Guiné-Bissau. O nosso enfoque estará centrado numa rádio de âmbito nacional, com os Maiores índices de audiência no país. Conforme anteriormente exposto, é nosso objectivo aplicar a análise de conteúdo comparativa às respostas às várias entrevistas individuais realizadas com elementos que representem grupos-chave.

Numa primeira fase de planificação da tese, no início de 2012, propusemos realizar um trabalho de campo que incluía uma rádio comunitária por cada região da Guiné-Bissau, por forma a cobrir justamente todo o território continental e ilhas, tencionando analisar-se especificamente

o período eleitoral de Março de 2012. Com o golpe de Estado de 12 de Abril de 2012, a situação do país alterou-se: a Maioria dos projectos e programas foram suspensos, a circulação das pessoas dentro do país ficou mais limitada e condicionou todo o trabalho previsto e iniciado. Face à instabilidade descrita no primeiro capítulo e experienciada também na elaboração da dissertação, bem como às condições reais de funcionamento das rádios e das instituições de uma forma geral na Guiné-Bissau, fui obrigada a rever e readaptar o trabalho de campo aos constrangimentos do país e da cultura.

Saliento os vários obstáculos enfrentados fruto da falta de recursos, de condições, de pobreza, de instabilidade. A dificuldade e ausência de meios técnicos para arquivo de programas nas rádios comunitárias e a interrupção do processo eleitoral impediram a recolha de informação, excluindo assim, logo à partida, as rádios comunitárias do novo plano de trabalho, o qual exigia uma análise comparativa de programas emitidos em períodos específicos. Os programas contemplados como nosso corpus analítico consistem nos seguintes: dois programas sobre os direitos da mulher no âmbito do mês de Março em que se comemora o dia da Mulher, de 2009 e 2012, respectivamente; um programa sobre participação cívica no período pré-eleitoral de 2009 e um programa sobre participação política da mulher no período pré-eleitoral de 2012; por fim, um programa sobre direitos humanos no período pré-eleitoral e não dois, conforme inicialmente previsto.

Nesse sentido foi seleccionada uma rádio de âmbito nacional, cuja audiência fosse unanimemente e informalmente reconhecida, visto que não existe nenhum sistema nem método de audiometria. Foi confirmada a existência de arquivos digitais, parte dos quais inacessíveis fruto de uma falha técnica que ocorreu, no final de 2012, no computador que armazenava os dados. Por forma a alcançar os objectivos do estudo, foi utilizada uma tipologia de categorias que definem conceptualmente o objecto de análise num sistema que pretende operacionalizar as variáveis inerentes à questão da investigação. A metodologia da análise de conteúdo através da elaboração de uma grelha de classificação, com base no qual se codificou o corpus analítico, respondeu às necessidades das prerrogativas quantitativas do estudo, não tendo limitado a investigação a valores estatísticos devido à nossa exploração do nível conotativo através da análise comparativa, conforme anteriormente exposto.

As dificuldades ao nível de tecnologia redimensionaram o tipo de análise, visto que a velocidade da internet na Guiné-Bissau é muito fraca, o sinal irregular, ao que se acresce as falhas de energia. Constrangimentos concretos e reais que afectaram consideravelmente o desenvolvimento do trabalho, mas que não foram impedimento para a concretização da tese.

As marcações de entrevistas, remarcações, desencontros, atrasos, viagens inesperadas, prolongaram o período de entrevistas de Fevereiro de 2012 a Julho de 2013. Até ao final eram esperadas quinze entrevistas, mas o grupo das ‘mulheres comuns’ foi fechado apenas com duas – após desistência de duas entrevistadas que viajaram e permaneceram incontactáveis –, mais uma suplente para evitar sub-representação do grupo, contabilizando assim um total de treze entrevistas. As dificuldades que surgiram, impedindo e adiando a realização das entrevistas, foram muito superiores ao esperado. Nesse sentido, foram efectuadas treze entrevistas, para um total de catorze análises, devido à duplicidade de papéis de um entrevistado (representando este último, simultaneamente, uma ONG nacional e um produtor de rádio).

Numa segunda fase a investigação focou-se na realização de entrevistas a actores específicos da sociedade guineense, envolvidos na promoção dos direitos da mulher e da igualdade de género, representantes de organizações nacionais e internacionais. Estes conteúdos foram alvo de análise, considerando sempre os programas enquanto amostra que espelha a participação da mulher na política, na vida económica, promovendo o desenvolvimento do país, através do meio de comunicação social de excelência, a rádio.

Foi definida uma entrevista tipo que permitisse analisar os diferentes entendimentos, por parte dos entrevistados – representantes da sociedade e de organizações nacionais e internacionais –, de participação política, nomeadamente o actual nível de envolvimento político da mulher e a sua influência no desenvolvimento do país. Foi nosso objectivo apurar as estratégias e abordagens utilizadas por diferentes organismos para incrementar quer a participação política das mulheres, quer a sensibilização em torno dos direitos humanos. E, acima de tudo, desejámos identificar o meio de comunicação mais eficaz e abrangente para aumentar a participação política das mulheres e a promoção dos direitos humanos.

CAPITULO IV

Análise de conteúdos

A resposta à questão inicialmente colocada – de que modo é que a rádio consiste num instrumento pedagógico que promove a mobilização política da mulher guineense enquanto parte integrante de um ideário ocidental de direitos humanos - começa a ganhar contornos e forma concreta à medida que as análises são aprofundadas, os dados apurados, as discussões alvo de reflexão e as conclusões definidas.

Começaríamos aqui por demonstrar através da análise de conteúdo e da definição de uma tipologia assente em categorias que a rádio é um instrumento pedagógico, na medida em que todos os programas comprovam o tom didáctico utilizado para abordar qualquer um dos temas definidos – mobilização pré-eleitoral, direitos humanos, mulheres – no âmbito do nosso projecto.

Análise de programas através de tipologias

Considerando a análise de conteúdo realizada após a recolha dos programas de rádio, salientamos que em todas as temáticas analisadas (participação política pré-eleitoral, direitos humanos, mulheres) durante o período de 2009 e 2012, respectivamente, o género estava representado sob a forma de apresentação feminina radiofónica ou de ‘especialista’ convidada.

Temas sobre a Mulher

Aprofundando a análise aos programas de forma mais específica, fica demonstrado pelas tabelas utilizadas que no programa realizado no dia da mulher de 2009, cujo tema foi o ‘valor da mulher’, o tempo de antena foi totalmente dominado pela apresentadora e pela convidada, ambas do sexo feminino, de religião católica e provenientes da classe média-alta.

A perspectiva abordada focou os direitos humanos, alinhando o tema em termos de evolução histórica, e o tom jornalístico utilizado foi pedagógico, característica comum a todos os programas analisados.

Embora ligeira, a abordagem geral dos programas incentiva a participação da mulher de modo informal no que concerne ao trabalho quotidiano, reforçando o papel das mulheres enquanto receptoras mas também como transmissoras de mensagens, no papel de agentes de educação, e de sensibilizadoras da população em geral e dos seus pares em particular.

O público-alvo revelou-se transversal, sobressaindo aqui quer as mulheres, quer um público mais rural dentro da cidade como principal audiência. No programa cujo tema era 'o valor da mulher', emitido no dia 8 de Março de 2009, o termo 'mulher' foi efectivamente privilegiado, tendo sido referido quarenta vezes por oposição às palavras 'participação' e 'direitos', cada uma das quais foi mencionada apenas duas vezes ao longo de vinte e dois minutos. A palavra 'política', por seu turno, não recebeu qualquer menção em nenhum momento do programa.

Comparativamente com o programa emitido no mês em que se celebra o dia da mulher três anos mais tarde, mais precisamente em Março de 2012, salientamos a abordagem de um tema mais polémico e directamente relacionado com os direitos humanos, nomeadamente, o 'casamento forçado'. Este tema foi alvo de inúmeros projectos, planos e programas nacionais, com grande apoio internacional, apostando na sensibilização através das rádios como parte integrante da sua acção.

Este programa contou com a presença de três mulheres, uma apresentadora e duas convidadas, duas de classe média-alta, de religião católica e uma convidada de classe alta com responsabilidades formais na luta contra a violência na mulher e criança. A perspectiva adoptada foi a da defesa dos direitos humanos, num tom jornalístico pedagógico, reforçando a resposta à primeira parte da questão inicialmente colocada, relativamente ao papel da rádio enquanto instrumento pedagógico. Ao longo de vinte e cinco minutos, o tempo de antena foi totalmente cedido às mulheres e o vocábulo 'mulher' foi verbalizado trinta vezes, enquanto a palavra 'direitos' foi referida dez vezes. Mais uma vez, em nenhum momento do programa foram expressas as palavras 'participação' ou 'política'.

A actualidade do tema na Guiné-Bissau faz com que o público-alvo deste programa seja transversal aos sexos feminino e masculino, abrangendo famílias e sendo constituído tanto por elementos urbanos como rurais. É de salientar que apesar da capital Bissau ter cerca de 400 mil habitantes, entre um total de 1,520,830 de habitantes para o total do país, a grande Maioria vive como público denominado rural. (Censos do Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau, 2010)

Participação Política no período pré-eleitoral

Constatou-se que os programas que apelam à mobilização política no período pré-eleitoral de 2009 e 2012 não variaram significativamente em termos de estrutura, incluindo o mesmo tipo de convidado. A amostra recolhida pauta-se pela tentativa de manter um determinado grau de equidade de género, ao incluir um par de convidados homem/mulher, sendo, todavia, os

programas conduzidos por apresentadores masculinos. O tema do programa do período pré-eleitoral de 2009 foi 'participação cívica – a contribuição da sociedade civil'. O apresentador, de sexo masculino, classe social média-alta e de religião católica, definida durante uma entrevista ao próprio, adoptou um tom didáctico, agindo em consonância com o nosso pressuposto de que a rádio funciona como instrumento pedagógico. Neste formato de programa, os convidados tendem a ser de classe média-alta, pertencendo a uma minoria académica do país. A abordagem seguida procura promover uma concepção ocidental de direitos humanos, com referências históricas para reforçar a mensagem e salientar a forma pedagógica como são tratados os temas.

Ao longo de vinte e cinco minutos, a convidada do sexo feminino teve 27% do tempo de antena. A palavra 'política' foi referida vinte e cinco vezes, 'participação' foi focada onze vezes, 'direitos' cinco e 'mulher' apenas duas vezes. Quanto ao público-alvo, para além de homens e mulheres, destacam-se os políticos que figuram entre os elementos de um público urbano e rural.

Esta transversalidade, resultando num cruzamento de urbano com rural, é justificada pelo baixo nível de escolaridade no país, confundindo-se os níveis de Bissau com os de outras regiões do país. A ruralidade mais profunda é atingida por programas em crioulo, nalguns casos traduzidos para dialectos locais. Uma estratégia mantida pela rádio Sol Mansi, mesmo depois de mudar o estatuto de rádio comunitária para rádio privada.

O programa pré-eleitoral de 2012 foi dedicado ao tema 'participação política das mulheres'. O apresentador masculino católico, de classe média-alta, manteve-se, assim como o painel de convidados, consistindo numa mulher e num homem, ambos académicos, de classe média-alta e religião desconhecida. A perspectiva adoptada foi mais uma vez a pedagógica, num ângulo de abordagem histórico, destacando-se em relação a qualquer outro programa da amostra no acréscimo de referências à palavra 'mulher' – oitenta e seis vezes ao longo de vinte e quatro minutos. O termo 'política' foi referido trinta e seis vezes, enquanto 'participação' foi mencionada vinte e duas vezes. A palavra 'direitos' foi proferida oito vezes, sete das quais pela mulher convidada do programa.

A abordagem sobre a participação política da mulher na sociedade foi essencialmente enquanto cidadã activa, num âmbito formal de participação em campanhas e direito de voto. Foram poucas as referências à participação através do exercício de cargos políticos, mencionando-se esta, apenas num contexto histórico das monarquias europeias.

São de referir os principais obstáculos identificados pelo painel do programa: o convidado masculino reconheceu como primordial a necessidade de abolir preconceitos que são sobretudo originados e alimentados pelo homem, subestimando a capacidade, a inteligência e a

independência da mulher; por seu turno, a convidada feminina apontou a educação como um dos principais obstáculos à participação política da mulher, acrescentando-lhe a arraigada interiorização do estereótipo “o poder é masculino” e a maior exigência para com a mulher no enalço de objectivos iguais aos do homem.

Direitos humanos no período eleitoral

O programa radiofónico sobre direitos humanos, submetido a uma análise de conteúdo mediante a codificação com base na tipologia previamente apresentada, foi transmitido no âmbito das eleições presidenciais antecipadas de 2009, elegendo como tema específico ‘o respeito pelos direitos humanos nas eleições’.

O programa supracitado contou com a presença de um apresentador do sexo masculino, de classe média-alta, religião católica, acompanhado por um painel de dois convidados constituído por uma mulher licenciada, de classe média-alta e um homem de classe média-alta, correspondendo assim ao mesmo formato dos programas anteriormente analisados para os períodos eleitorais de 2009 e 2012. Ao longo do programa foram introduzidas informações sobre direitos humanos, intercaladas com uma voz *off* feminina e outra masculina, aumentando a presença dos homens para três e das mulheres para duas. O tom jornalístico adoptado foi, mais uma vez, essencialmente pedagógico, tendo-se mesmo recorrido à religião para esse efeito: adoptando uma estratégia evangelizadora sem especificar credos, o convidado masculino, por exemplo, citou alguns exemplos bíblicos para reforçar o respeito pelos direitos humanos. Deste modo, procurou-se ampliar a mensagem transmitida de forma a apelar não apenas a um público urbano, mas também rural.

Durante vinte e sete minutos a palavra ‘direitos’ foi referida setenta e quatro vezes, o termo ‘política’ apenas três, enquanto as palavras ‘participação’ e ‘mulher’ não foram mencionadas de todo ao longo do programa. No cômputo geral, o tempo de antena dado às mulheres foi de 23%.

Através desta análise de conteúdo foi possível demonstrar que a rádio é utilizada como instrumento pedagógico no que concerne ao entendimento dos direitos humanos: todos os programas adoptam um tom pedagógico ao abordar os temas definidos no âmbito da nossa amostra, nomeadamente a condição feminina, a participação política e o respeito pelos direitos humanos. Sem excepção, a perspectiva que enaltece um ideário ocidental dos direitos humanos perpassa nos programas alusivos a cada uma destas temáticas, o que nos leva a inferir da opinião generalizada relativamente à influência da rádio como veículo transmissor de valores ocidentais.

Mais à frente, a utilização da rádio como ferramenta pedagógica é reforçada na análise das entrevistas realizadas, estabelecendo-se uma correlação entre a conceptualização dos direitos humanos e a mobilização e participação política da mulher guineense.

Para além da análise dos conteúdos por programas, aprofundámos a comparação homóloga entre 2009 e 2012. A partir das grelhas que compilam os dados, é possível conferir e confirmar dados relevantes que respondem à questão inicialmente colocada.

Em todos os programas emitidos no ano de 2009 é possível constatar que a temática do género é pouco focada nos programas que estão orientados para a política ou direitos humanos. De qualquer modo, salienta-se o facto de as mulheres estarem sempre presentes em espaço de debate e de opinião, contribuindo para promover a participação feminina, atrair públicos mais diversificados, entre os quais grupos de mulheres.

Quantificando o total de participações nos três programas analisados em 2009, verifica-se um equilíbrio na presença de intervenientes, com cinco elementos femininos e cinco masculinos. O termo 'direitos' foi o mais citado no conjunto dos programas, totalizando as oitenta e uma referências, seguido da palavra 'mulher', codificada quarenta e duas vezes. 'Política' contabilizou vinte e oito menções e 'participação', treze, conforme reflectido na grelha de análise tipológica apresentada.

Tabela 1

Programas de rádio transmitidos em 2009

<i>Categorias</i>		<i>Dia da Mulher 2009</i>	<i>Direitos Humanos 2009</i>	<i>Período pré-eleitoral 2009</i>
<i>Temas</i>		<i>O Valor da Mulher</i>	<i>Respeito pelos DH nas eleições</i>	<i>Participação cívica</i>
<i>Perfil do apresentador/jornalista</i>	<i>Género</i>	<i>Feminino</i>	<i>Masculino</i>	<i>Masculino</i>
	<i>Classe social</i>	<i>Média</i>	<i>Média</i>	<i>Média</i>
	<i>Religião</i>	<i>Católica</i>	<i>Católica</i>	<i>Católica</i>
<i>Perspectiva adoptada</i>	<i>Direitos Humanos</i>	x	X	X
	<i>Religiosa</i>			

	<i>Institucional – ONU</i>			
<i>Tom jornalístico</i>	<i>Pedagógico</i>	x	X	X
	<i>Evangelizador</i>		x	
<i>Perfil dos convidados</i>	<i>Género</i>	<i>Feminino</i>	<i>M e F</i>	<i>M e F</i>
	<i>Classe social</i>	<i>Média-baixa</i>	<i>Média-alta</i>	<i>Alta</i>
	<i>Religião</i>	<i>Desconhecida</i>	<i>Desconhecida</i>	<i>Desconhecida</i>
<i>Quantificação das palavras referidas nos programas</i>	<i>Participação</i>	2	0	11
	<i>Direitos</i>	2	74	5
	<i>Mulher</i>	40	0	2
	<i>Política</i>	0	3	25
<i>Quantificação dos intervenientes nos programas</i>	<i>Mulher</i>	2	2	1
	<i>Homem</i>	0	3	2
<i>Tempo de antena dado às mulheres (%)</i>		100%	23%	27%
<i>Modo como se aborda a participação política da mulher na sociedade</i>	<i>Informal (quotidiano-trabalho)</i>	x	N/A	X
	<i>Informal-(sensibilização-transmissão de mensagens)</i>	x	N/A	X
	<i>Formal (participação na campanha)</i>	—	N/A	X
	<i>Formal (cargos políticos)</i>	—	N/A	—
<i>Público-alvo dos programas</i>	<i>Mulheres</i>	x	x	X
	<i>Homens</i>		x	X
	<i>Famílias</i>	x	x	
	<i>Políticos</i>		x	X
	<i>Público urbano</i>	x	x	X
	<i>Público Rural</i>	x		

A grelha seguinte permite fazer uma análise de conteúdo comparativa entre 2009 e 2012:

Tabela 2

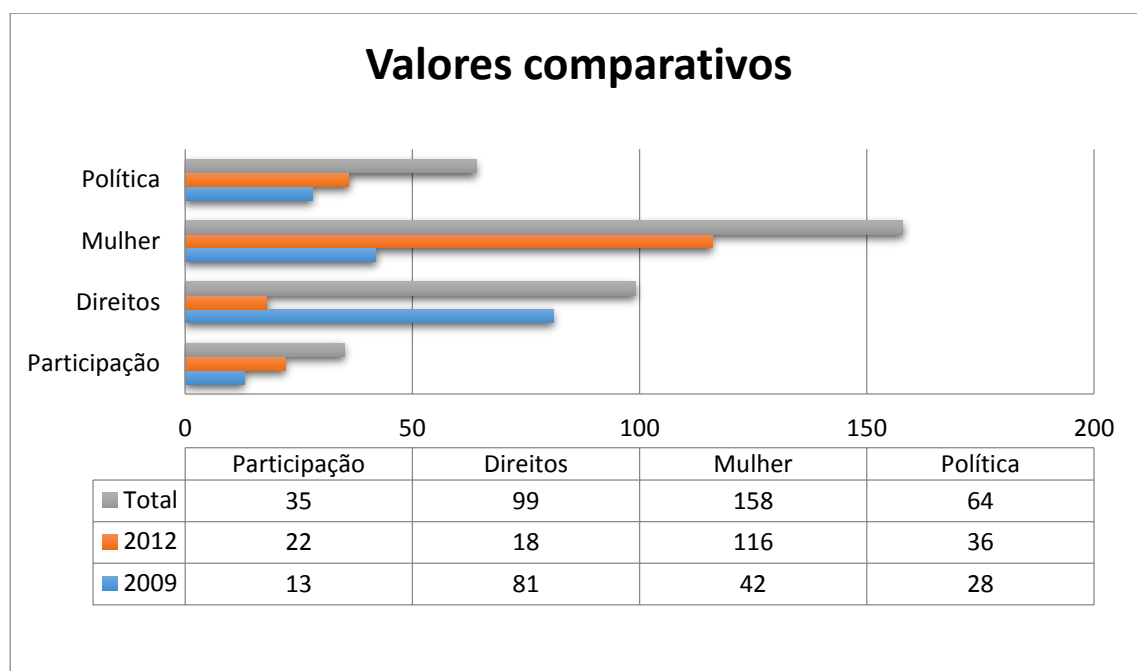
Programas de rádio transmitidos em 2012

Categorias		Dia da Mulher 2012	Período pré-eleitoral 2012
Temas		Casamento Forçado	Participação política das mulheres
Perfil do apresentador/jornalista	Género	Feminino	Masculino
	Classe social	Média	Média
	Religião	Católica	Católica
Perspectiva adoptada	Direitos Humanos	x	X
	Religiosa		
	Institucional – NU		
Tom jornalístico	Pedagógico	x	X
	Evangelizador	x	
Perfil dos convidados	Género	Feminino	M e F
	Classe social	Média-baixa	Média-alta
	Religião	Desconhecida	Desconhecida
Quantificação das palavras referidas nos programas	Participação	0	22
	Direitos	10	8
	Mulher	30	86
	Política	0	36
Quantificação dos intervenientes nos programas	Mulher	3	1
	Homem	0	2
Tempo de antena dado às mulheres (%)		100%	18%
Modo como se aborda a participação	Informal (quotidiano-trabalho)	—	X
	Informal-(sensibilização-trans. msg)	—	X

<i>política da mulher</i>	<i>Formal (participação na campanha)</i>	—	X
	<i>Formal (cargos políticos)</i>	—	X
<i>Público alvo dos programas</i>	<i>Mulheres</i>	x	X
	<i>Homens</i>	x	X
	<i>Famílias</i>	x	
	<i>Políticos</i>		X
	<i>Público urbano</i>	x	X
	<i>Público Rural</i>	x	X

Analisando as duas grelhas numa perspectiva comparativa, verifica-se um equilíbrio em termos de intervenientes masculinos e femininos, motivado pelos programas do dia da mulher que conferem tempo de antena integral ao sexo feminino; no entanto, poder-se-á afirmar que essa paridade de presença é artificial, na medida em que é natural que as mulheres estejam presentes em programas cujo enfoque é a condição feminina na Guiné Bissau. É de salientar que a perspectiva adoptada em grande parte dos programas de 2009 e 2012 se enquadra no âmbito de um ideário ocidental dos direitos humanos, acompanhado de um tom jornalístico exclusivamente pedagógico, ao qual se acresce nuances cristãs. Essa ubiquidade dos direitos humanos é visível no facto da temática dos direitos ser a que obtém noventa e nove referências, correspondendo ao Maior número de iterações nos programas de 2009 e 2012 em comparação com as outras temáticas analisadas. No entanto, mais uma vez, devemos enfatizar que estes dados podem ser acusados de estarem inflacionados, pois o Maior peso conferido aos direitos constata-se precisamente em programas sobre 'direitos humanos', tal como acontece com 'participação' e 'política' em programas sobre participação política. Julgamos, todavia, importante que se tenha registado cruzamentos sistemáticos destas quatro temáticas nalguns programas analisados, apontando para uma confluência dos mesmos, o que indicia um modo particular de encarar a mulher bem como a sua mobilização na sociedade civil na Guiné Bissau.

Gráfico 1

Valores comparativos dos termos citados nos programas de rádio

Analisando os programas sobre a mulher, foi possível constatar que a palavra ‘política’ se manteve ausente dos conteúdos radiofónicos, mas o termo ‘direitos’ aumentou de dois para dez, enquanto o vocábulo ‘mulher’ passou de quarenta para trinta. No entanto, o programa realizado no período pré-eleitoral de 2012 centrou-se de modo específico sobre o tema da participação política das mulheres, procurando incrementar essa acção participativa ao integrá-la no âmbito de um discurso sobre direitos humanos de cariz ‘ocidentalizado’ com contornos cristãos, o qual recorre à rádio como instrumento pedagógico para mobilizar o público alargado.

No contexto que antecedeu o último golpe de Estado de 12 de Abril de 2012, o substantivo comum ‘mulher’ foi citada oitenta e seis vezes em programas que não incidiam especificamente sobre a temática de género, sendo interessante conferir o realce das palavras ‘política’ e ‘participação’ num universo semântico dominado pela Mulher, no qual os direitos humanos servem como pano de fundo de sustentabilidade legal.

Entrevistas em perspectiva

Foi definida uma entrevista-tipo que permitisse analisar os diferentes conceitos de participação política, recorrendo a cinco grandes grupos. Procurou-se, assim, conhecer a

perspectiva das 1) mulheres guineenses envolvidas na política de forma activa; 2) mulheres comuns no sentido de avaliar o seu conhecimento e proximidade com o tema; 3) representantes de organizações não-governamentais guineenses que tencionam aprofundar estratégias de conhecimento e disseminação do tema, apurando as escolhas dos meios de comunicação utilizados para apelar à mobilização perante a análise sociopolítica e cultural do país; 4) representantes de organismos internacionais estabelecidos no país cujas abordagens e percepções do tema da participação das mulheres pode servir como ponto comparativo ao dos representantes de ONGs guineenses; e responsáveis por produções de programas radiofónicos no âmbito dos direitos humanos e da promoção da participação política da mulher.

As duas primeiras questões pretendem determinar e comparar as perspectivas dos diferentes entrevistados, representantes da sociedade civil e de organizações nacionais e internacionais sobre quer a definição de participação política, quer o actual nível de participação política da mulher e da sua influência no desenvolvimento do país.

Aqui, o nosso objectivo é o de contribuir para apurar as estratégias e abordagens utilizadas por diferentes organismos para incrementar a participação política das mulheres e a sensibilização sobre direitos humanos. Tenciona-se ainda identificar o meio de comunicação mais eficaz e abrangente para aumentar a participação política das mulheres e promover os direitos humanos.

Apesar do entendimento de participação política ser heterogéneo, entre o informal e formal, e com diferentes ramificações para cada uma das definições, as quais são dissecadas no capítulo V, o entendimento dos entrevistados sobre o nível de participação política da mulher na Guiné-Bissau é, de uma forma geral, unânime no que toca à necessidade de se incrementar essa participação, o que demonstra não só um reconhecimento da realidade sociológica do país, como também uma vontade de explorar novos caminhos de intercruzamento no âmbito do género e da política.

A terceira questão prende-se com a influência da participação cívica da mulher no desenvolvimento do país, especificando em concreto os sectores mais relacionadas com a sua actividade. Os resultados obtidos apontaram a existência de algum consenso em torno da importância do trabalho feminino como principal fonte de receita e de sustento familiar.

As abordagens à quarta questão sobre o que tem sido feito para incrementar a participação das mulheres e a promoção dos direitos humanos na Guiné-Bissau foi específica a cada grupo, tendo-se explorado a estratégia de cada organização, ou ligação política. A instabilidade política, fruto dos constantes golpes de Estado, foi focada por todos os entrevistados

à exceção do grupo de mulheres comuns. Momentos específicos da história da colonização, da luta pela independência e da adopção do multipartidarismo foram também alvo de atenção por parte da Maioria dos indivíduos da amostra.

A questão final da entrevista responde de forma concreta e sustentada à questão inicialmente colocada nesta dissertação, apontando a rádio como meio preferencial e estratégico para todas as organizações, sejam estas nacionais ou internacionais, de âmbito mais comunitário ou regional. Em boa verdade, a rádio pode simplesmente corresponder a uma mera escolha das mulheres comuns que optam por este meio enquanto fonte de informação acessível, credível e eficaz.

CAPITULO V

Conclusão

A análise das entrevistas a cinco grupos-chave determina de forma inequívoca a rádio como meio para atingir massas de forma transversal, eficaz e efectiva, permitindo responder claramente de modo afirmativo à questão inicial sobre o papel da rádio como plataforma para a mobilização e participação política da mulher guineense, no âmbito da disseminação mais alargada de um ideário de direitos humanos, que promove o alargamento democrático da esfera pública.

Por exemplo, no grupo das Organizações internacionais, a entrevistada que representava a Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres não hesitou em relação à escolha da rádio e às opções estratégicas do programa na mobilização da mulher:

“... as rádios e sobretudo as rádios comunitárias têm desempenhado um papel extremamente forte na constituição da opinião pública, na influencia dessa opinião e são um parceiro estratégico das Nações Unidas e particularmente da ONU Mulheres.” (Sara Negrão, Conselheira para a área da género da Missão das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau – UNIOGBIS, Março 2013)

A conselheira para a área de género da organização não-governamental holandesa Stichting Nederlandse Vrijwilligers (SNV) destaca a importância da rádio no plano actual, mas sublinha o seu potencial inexplorado enquanto ferramenta pedagógica a ser utilizada no futuro, uma questão pertinente a ser lançada nesta investigação no tocante ao papel da rádio no delineamento de estratégias futuras para fomentar a mobilização da mulher:

“A Guiné Bissau tem muitas rádios, sendo este o meio por excelência para fazer esta comunicação e penso que é o país da África Ocidental que tem mais rádios por habitante. Estas rádios que têm longo alcance juntam qualquer grupo cultural e satisfazem as necessidades de sensibilização. A rádio tem muito para fazer, até para alfabetizar, educar as crianças, os jovens; esse é o meio por excelência. Este meio ainda não foi utilizado a 100%, tem muita potencialidade, ainda há muita coisa a fazer. A educação e a mudança de comportamentos devem passar pela rádio.” (Ninive Baldé, Conselheira para a área de género da ONG SNV, Fevereiro, 2013)

Embora a eficácia da rádio na transposição de obstáculos educacionais, culturais e sociais tenha sido focada por autores como Bruce Girard e Jo van der Spek (2006), conforme já referido no âmbito desta dissertação, esta entrevistada enfatiza a importância da rádio ao nível da educação, sendo esta a área que mais pode contribuir para a sedimentação e consolidação de um ideário de direitos humanos, assente na disseminação através da pedagogia comunicacional.

Com base nas pesquisas bibliográficas realizadas, podemos constatar que esta dissertação consiste no único trabalho de campo feito na Guiné-Bissau, merecendo a pena salientar o facto de esta investigação contribuir para a compreensão e potencial do papel da rádio na incrementação da participação política da mulher guineense, como parte integrante de uma visão dos direitos humanos que promove a inclusão. Um país da África Subsaariana que tem na rádio um dos maiores disseminadores de notícias e informações do país, servindo como poderoso ‘catalisador de transformação social’ e de ‘emancipação política’, uma perspectiva defendida por Opoku-Mensah (2000) particularmente no que se refere à rádio comunitária, fornecendo uma sólida abordagem do clima social e político que rodeia a rádio na África Austral. De salientar que a obra mais vasta onde se insere este artigo, editada por Richard Fardon e Graham Furniss (2000), cobre a África Ocidental Francófona e a África do Sul Anglófona, deixando de parte a África Lusófona, cenário eleito para esta investigação.

A secundarização do papel da rádio por oposição a outros media no século XXI está longe de se concretizar em países com características como a Guiné-Bissau, denotando ainda uma vasta área de trabalho a realizar no que se refere ao papel relevante desse meio para a disseminação de um ideário de direitos humanos que incide muito particularmente na mobilização e participação política da mulher. O papel da comunicação na promoção da equidade de género foi realçado pela Iniciativa da Sociedade Africana de Informação (AISI), a qual teve origem a partir de uma resolução adoptada pela Comissão Económica Africana em 1996 (cf. ECA, 2008). Aqui, a possibilidade de se superar divisões de género é essencialmente abordado segundo a perspectiva das novas tecnologias da informação, analisando-se:

‘... os índices e ferramentas que têm sido desenvolvidos para medir as complexas ligações que ressaltam da interacção entre género, informação e tecnologias da informação.’ (Brimacombe & Skuse, 2013: 132)

Todavia, para efeitos do nosso estudo, enfatizamos a continuada importância de um meio proveniente dos media tradicionais, a rádio, pelas razões atrás aduzidas que nos permitem elegê-lo como meio de Maior alcance e mais eficaz no contexto nacional da Guiné-Bissau. O tema de género, no âmbito da hipótese de investigação inicialmente colocada, ganha assim um aprofundamento ao ser abordada numa perspectiva comunicacional e educativa que tem a rádio como pano de fundo. É nosso objectivo demonstrar, com base nas entrevistas realizadas, que este meio é o mais adequado à promoção da mobilização da mulher enquanto parte integrante de um ideário de direitos humanos que promove a participação política feminina.

Reiteramos aqui a ideia de que esta investigação propõe a rádio como instrumento para ultrapassar alguns desses obstáculos no contexto de um país em vias de desenvolvimento, conferindo poder à mulher ao promover a sua participação de modo activo e não passivo. Fará sentido então lembrarmo-nos da observação de Gallagher de que a investigação sobre as mulheres e os media tem vindo a desenvolver-se sob dois eixos: por um lado, “a crítica à forma como os conteúdos dos media projectam as mulheres enquanto objectos e não sujeitos activos” e, por outro lado, “a análise das estruturas institucionais e sociais de poder através das quais as mulheres são sistematicamente marginalizadas dentro das organizações dos media” (2001: 3).

Mediante a análise das entrevistas e dos programas radiofónicos podemos analisar de forma específica os conteúdos da rádio e a projecção da mulher enquanto sujeito activo, quer pelo protagonismo e presença efectiva das mulheres nos programas enquanto apresentadoras e convidadas, quer pelas estratégias de sensibilização de mobilização da mulher nos âmbitos nacional e internacional, as quais visam torná-la sujeito participante activo na vida pública. A Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH) demonstra o poder da rádio na disseminação de uma estratégia de valorização pública da mulher, nas palavras quer do presidente da organização, e simultaneamente produtor dos programas de rádio da LGDH:

“A liga tem 21 anos de vida, mas há mais de 15 anos que optou por concentrar as acções de sensibilização na rádio para mais eficazmente fazer chegar a sua mensagem. O nosso programa está virado para a recuperação da auto-estima da mulher, que a própria sociedade ajudou a descredibilizar. O trabalho de recuperação da auto-estima através de outras realidades e culturas onde a mulher se destaca, como a Índia e a Inglaterra onde as mulheres estiveram à frente do poder ou ainda a Libéria, para falar de África, que tem tido uma mulher de destaque à frente do país. Também a Guiné Bissau não deve fugir à regra. É fundamental que a mulher recupere a auto-estima para que se

sinta capaz de concorrer em igualdade de circunstâncias com os homens. Promover a consciência da igualdade e a luta pelos seus direitos é a nossa prioridade.” (Luís Vaz Martins, Presidente da Liga Guineense dos Direitos Humanos, Março, 2013)

A fraca participação política da mulher na Guiné-Bissau é um entendimento unânime a todos os participantes da amostra, salientando factos históricos, orientados cronologicamente num caminho descendente da afirmação, valorização e participação política das mulheres:

“Infelizmente a participação política das mulheres é muito fraca, apesar das muitas acções de sensibilização levadas a cabo por parte das organizações das mulheres. Senão vejamos no nosso parlamento: desde o golpe de estado de 12 de Abril de 2010, só temos 10 mulheres num universo de 100 deputados.” (Anabela Silva, produtora de rádio, Maio 2013)

Refere Luís Vaz Martins o seguinte: “Infelizmente o nível de participação actual é muito baixo, mesmo quando da independência havia mais mulheres em cargos de responsabilidade do que hoje em dia; houve um grande retrocesso. Até o Supremo Tribunal de Justiça que era uma excepção, liderado por uma mulher, agora voltou a estar nas mãos dos homens.” (Luís Vaz Martins, Presidente da Liga Guineense dos Direitos Humanos, Março, 2013)

A cronologia desde a luta da independência, valorizada também em termos de equidade de género, sofreu uma paragem durante o período posterior à independência, farto em acontecimentos históricos e políticos conducentes à reflexão social e cultural, estendendo-se até à adopção do multipartidarismo pela Guiné-Bissau.

“No período da luta da luta pela independência, Amílcar Cabral, na estratégia de mobilização, de formação de uma nova sociedade nas zonas libertadas, já tinha todo um sistema de equidade e paridade implementado no sistema de gestão e, ao mesmo tempo, também nas frentes de libertação havia senhoras nas frentes de combate, sem esquecer que a primeira Presidente da Assembleia após a independência foi uma senhora, Dona Carmen Pereira. Ao mesmo tempo, embora se tenha visto que no período pós-independência até ao da liberalização política, o índice de representação feminina estava em constante evolução positiva, também se notou que com a liberalização política, a

lógica de competição e de fragmentação da organização da sociedade, em torno de um único partido, dando lugar ao multipartidarismo, levou com que as mulheres não tivessem uma estrutura mais densa e compacta que permitisse ter uma frente comum de luta política. Essa desfragmentação levou a que essas mulheres dos quadros dos partidos políticos e sem uma cultura de educação ideológica e de género entrassem numa espécie de concorrência, onde a agenda feminina não estava em primeiro lugar mas sim a agenda do partido. Isso fez com que nas primeiras eleições multipartidárias, ao invés de conseguirmos aumentar o índice de representação feminina na Assembleia Nacional Popular, ela diminuísse”, explica Miguel de Barros, Director da ONG Tiniguena, (Abril, 2013) numa perspectiva de entendimento do processo evolutivo da representação de género no quadro político nacional.”

Esta redução de participação das mulheres e de mecanismos de representação de género na vida política e esferas de decisão guineenses, é vista pelos entrevistados como tendo influenciado negativamente o desenvolvimento o país. Efectivamente, todos os participantes no nosso estudo consideraram que a fraca participação tem vindo a aumentar como consequência directa da permanente instabilidade política, acrescendo-se-lhes ainda factores de ordem cultural e tradicionais fortemente enraizados.

“Estamos a falar de um país onde a mulher constitui a Maioria em termos populacionais, e o que se faz é neutralizar mais de metade da população por causa de preconceitos. A massa cinzenta que podia estar a produzir para o país está a ser travada, o que significa que o país está a andar a “meio gás”. É uma franja da sociedade que podia ser determinante no desenvolvimento do país.” (Luis Vaz Martins, Presidente da Liga Guineense dos Direitos Humanos, Março, 2013)

Uma perspectiva dita no masculino pela LGDH, que confirma o recuo no desenvolvimento social e económico, comprometendo todo o potencial de um país.

A perspectiva da sensibilização, consciencialização e entendimento dos direitos humanos sob o ponto de vista de mobilização das mulheres mostra-se intrinsecamente associado às relações de género com o poder e com a participação política. Uma definição que se mostra variada na forma e no contexto, mediante os grupos-chave, com conceitos de participação mais alargados para alguns indivíduos:

“A participação política das mulheres é vista pelo número de mulheres com representação nas esferas de decisão. Não só em termos de discussão nos partidos políticos, mas em todos os lugares onde se tomam as decisões para o país. As grandes decisões são tomadas pelos partidos e aqui na Guiné-Bissau para se chegar ao poder é preciso fazer parte de algum partido.” (Anabela Silva, produtora de rádio, Maio 2013)

Uma posição defendida pela produtora de rádio, numa perspectiva mais formal e com um papel mais efectivo e representativo de todo um grupo social nas esferas do poder. Essa definição de participação é reforçada por uma mulher que pertence a uma organização política, “quando a mulher é chamada como ministra, como membro parlamentar e como deputada, isso é que é participação política, para além da sua participação no processo eleitoral.” (Fátima Vieira Calvet de Magalhães Ferreira, membro da união das mulheres do PAIGC, Dezembro 2012)

No cômputo geral, e baseando-nos nas entrevistas realizadas, podemos afirmar que a participação política pode assumir diferentes formas, nacionais, regionais ou comunitárias desde que seja dada voz às mulheres, nos momentos de decisão do país.

“É uma oportunidade efectiva e um direito exercido o de dar opinião e decidir sobre questões essenciais da vida de um país. Considero que a participação política se dá a diferentes níveis e se manifesta igualmente a diferentes níveis. É um efectivo exercício de direito de participar, de opinar mas também de tomar decisões estratégicas.” (Vanilde Furtado, consultora ONU mulheres, Março 2013)

Esta definição de participação foi defendida quer pela consultora da ONU Mulheres na Guiné-Bissau, como também pela conselheira para a área de género da Missão das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné Bissau (UNIOGBIS), Sara Negrão.

“Nós entendemos que a participação política tem a ver com a participação das mulheres nas estruturas formais do governo, do parlamento, etc. E em todas as estruturas de tomada de decisão nacional mas também em questões como mecanismos de coordenação para a implementação da reforma do sector da segurança, reforma da administração pública. Significa a participação das mulheres em todos os processos de decisão nacionais e ainda a política activa, a participação das mulheres organizadas

normalmente enquanto alicerces da sociedade civil, para darem os seus pareceres os seus contributos, assegurarem que as suas realidades e necessidades são tidas em conta nesses mesmos processos.” (Sara Negrão, conselheira para a área da género da Missão das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau – UNIOGBIS, Março 2013)

Analisando por grupos, constata-se uma aproximação de definições entre as organizações internacionais, com excepção da SNV que se aproxima da abordagem das ONGs nacionais, no que concerne à abrangência da participação política a diferentes níveis e formas:

“Participação política é a intervenção da mulher em todas as áreas de desenvolvimento, não só nas áreas de acesso a lugares de decisão, não só no momento de campanha, não só no momento de eleições. A participação política da mulher deve ser em todas as áreas e todos os dias porque todos os dias temos que tomar decisões; dentro de cada casa é preciso tomar decisões diárias. Participação política para mim é uma coisa de dia a dia, é a mulher no seu trabalho, na sua casa, na sociedade, a mulher em todos os sectores de actividade, participando e contribuindo para as tomadas de decisão, não devendo ficar calada mas antes contribuir de uma maneira positiva para que os princípios que alicerçam a participação da mulher possam ser de maneira visível e que contribua para o desenvolvimento da sociedade.” (Ninive Baldé, conselheira para a área de género da ONG SNV, Fevereiro 2013)

A abordagem da SNV converge com a perspectiva da ONG nacional Tiniguena:

“A perspectiva que eu defendo vem mais numa perspectiva do direito à voz, da democratização da palavra, não ficar só confinada aos espaços institucionais, formalizados como a assembleia ou o momento eleitoral. Participação política é muito para além disso, desses espaços e ao mesmo tempo no contexto da Guiné-Bissau deve ser também reconhecida, legitimada, a participação cívica democrática em espaços não institucionalmente formalizados como as bancadas, as associações comunitárias, os grupos de interesse, agrupamentos tradicionais, onde as populações e os cidadãos terão possibilidade de manifestar aquilo que pensam.” (Miguel de Barros, Director da ONG Tiniguena, Abril 2013)

Segundo a única mulher entrevistada com cargos políticos no Partido de Renovação Social (PRS) na Assembleia Nacional Popular e na Assembleia Regional da CEDEAO, participação política é um dever indissociável da cidadania:

“... Cada um de nós tem o dever de ter participação política, não só pelo facto de eu pertencer a um partido político mas mesmo não participando numa formação política, cada cidadão tem o dever de dar o seu ponto de vista sobre qualquer situação para o bem da Nação, ou fazendo uma crítica quando as coisas não estão correndo bem. No seu todo deve ser obrigação de cada cidadão estar presente na política, seja num partido ou não.” (Martina Moniz, Presidente da Rede das Mulheres Parlamentares da Guiné-Bissau, deputada da Nação, 1ªVice Presidente do Parlamento da CEDEAO, Fevereiro 2013)

A definição de participação política não é estanque e evolui continuamente, quer em contextos com uma maturidade política mais enraizada, pautados pela receptividade a novas abordagens na área da comunicação, quer em contextos instáveis, subdesenvolvidos, com grandes desafios pela frente.

“A noção de participação é o cerne da democracia; que os cidadãos tomam parte, de várias formas, nas discussões e decisões que têm impacto sobre as suas vidas é axiomático. A democracia consiste numa ordem política complexa, oscilante e contestada, e os contextos e modos de participação variam muito; novas formas estão a evoluir continuamente.” (Dahlgren & Alvares, 2013: 48)

As noções de participação política podem ser questionadas pela ausência de barreiras entre o domínio de representação política formal e o domínio cívico informal, sendo que os meios de comunicação, nomeadamente os novos media, proporcionam uma fusão das duas esferas, com implicações ao nível da participação.

“Em primeiro lugar, a participação deve ser entendida como uma expressão de agenciamento num sentido político democrático – mesmo que nem sempre seja claro, hoje, onde a participação em actividades sociais e culturais alargadas, incluindo o consumo, termina, e onde começam a sociedade civil e a política. Esse problema, no

entanto, deriva, em última instância, do facto das características da política se encontrarem em fase de mudança, conforme se discute abaixo. Em segundo lugar, na linha de Carpentier (2011), podemos postular a importância de distinguir entre a participação e alguns termos que se lhe associam. Em particular, não deve ser confundida com o mero acesso aos media, nem com a interacção. Estes são ambos elementos necessários, mas insuficientes para a participação genuína. O que é que falta a estes dois termos? Basicamente, evitam a questão das relações de poder.” (Dahlgren & Alvares, 2013: 48)

Estas diferentes definições de participação política têm repercussões no entendimento de participação política da mulher, pois, nessa óptica, a intervenção participativa alastra-se ao lar e à gestão familiar, sendo necessário balizar os parâmetros ou então atender a especificidades socioculturais e geográficas contextuais na compreensão do termo.

“A ‘democracia’ existente não garante automaticamente uma extensa participação cívica, seja esta em contextos parlamentar ou extraparlamentar; sistemas democráticos oferecem variados padrões ou estruturas de oportunidade de participação. Há um número de factores que interfere na forma como a participação funciona de forma efectiva em qualquer ponto específico no tempo para qualquer grupo particular, nomeadamente máquinas partidárias fechadas, falta de representação de muitos grupos, inacessibilidade dos detentores do poder. O grau de participação cívica depende das iniciativas dos próprios cidadãos, mas um ponto analiticamente fundamental é o de que tal agenciamento está sempre dependente das circunstâncias.” (Dahlgren & Alvares, 2013: 49)

Perante a análise das entrevistas e da investigação bibliográfica realizada poderá dizer-se que a participação política é todo e qualquer acto que reflecta uma ideia, proposta ou acção com vista a contribuir de forma directa ou indirecta para as estratégias e tomadas de decisão no país desde o nível micro ao macro.

A análise de uma realidade específica, a de um país como a Guiné-Bissau, representativo de uma África Lusófona envolvida e influenciada pela francofonia geográfica e sociopolítica da costa ocidental, remete-nos para um contexto pouco explorado no âmbito da comunicação, que associa direitos humanos à mobilização e participação política da mulher.

A recolha de material, análise de entrevistas e investigação bibliográfica feitas no terreno ao longo de mais de um ano permitiu amadurecer conclusões e contribuir para outras investigações nesta área de estudo. A importância da rádio como disseminador de mensagens para as massas e instrumento pedagógico útil na mobilização e tentativa de mudar comportamentos, características essas apontadas por diversos autores referidos ao longo desta dissertação, é uma conclusão confirmada pelas amostras, análises e demonstração de resultados expostas no âmbito desta tese. A estratégia de disseminação dos direitos à participação da mulher, enquanto parte integrante de um ideário de direitos humanos mais alargado que assenta na valorização da própria participação enquanto sinónimo de cidadania, está presente em todos os discursos e conteúdos radiofónicos analisados. A comunicação através da rádio surge assim como meio de consciencialização e incremento da participação da mulher na esfera pública, na vida política e nas esferas de decisão. O conceito de participação é assim visto pelos programas radiofónicos que apelam à mobilização da mulher essencialmente como direito à representação e intervenção activas no domínio formal, por oposição ao informal, da política.

A participação política da mulher enquanto resultado de um percurso pedagógico de mudança de normas e convenções sociais e consequente tomada de conhecimento, valorização própria e capacidade de decisão tem contribuído para delinear a estratégia de mobilização em curso, com intervenção de diferentes actores e abordagens, que deixam margem para explorar outras formas de incrementar esta participação feminina, nomeadamente através de outros meios de comunicação ou de educação não-formal. Enfatizamos aqui o tema da estratégia de mobilização de modo a que possa ser alvo de possíveis explorações e abordagens futuras.

A mudança de normas e convenções sociais revela-se essencial e indispensável no que concerne ao entendimento dos direitos humanos e ao seu bom uso, fazendo-se reflectir em todos os sectores do país, reforçando o seu potencial inexplorado, aumentando a participação política das mulheres ao multiplicar as suas vozes e reivindicações e ao aplicar políticas de género num contributo de mobilização efectivo.

As estratégias de educação não formal já utilizadas para combater os estereótipos criados, bem como a ausência de formação e educação, são abordadas nesta investigação pelas entrevistadas como algo a ser explorado no âmbito da educação formal, considerando as características ímpares da rádio num país com um mosaico étnico e cultural, tradições seculares profundamente enraizadas que colocam a mulher fora das esferas de decisão,

Esta tese explora a rádio enquanto instrumento essencial para a mudança de normas e convenções sociais que caracterizam as culturas enraizadas da multiplicidade de etnias e

religiões guineenses. Devido ao seu longo alcance e fácil acesso, a rádio presta-se a abordagens pedagógicas tendo em vista a promoção da participação política da mulher enquanto parte integrante de um ideário de direitos humanos, de origem ocidental, que valoriza a representação pública e cidadania activa, assim potenciando o ‘empoderamento’ feminino de modo gradual.

Este trabalho aponta para pistas e caminhos a explorar em investigações futuras em áreas como a participação política da mulher, os direitos humanos e os estudos de género, bem como o papel da rádio enquanto instrumento de educação formal e não-formal em regiões carenciadas cujo contexto social, político e cultural é semelhante ao da Guiné-Bissau. Permite ainda explorar a elaboração de políticas públicas e estratégias pedagógicas que passam pela utilização dos media no âmbito das áreas estudadas, isto é os direitos humanos e a participação política da mulher, em países subdesenvolvidos.

Bibliografia

- Albuquerque, V. (2006) “As origens do processo de marginalização das mulheres na ciência: uma análise das influências culturais nas teorias que legitimaram uma educação desigual entre os sexos”, *Emancipação* 6(1):69-96
- Amâncio, L. (1998) “Género e Direitos Humanos”. In J. L. Alves (org.) *Ética e o Futuro da Democracia*. Lisboa: Colibri, pp. 497-504.
- Ansu-Kyeremeh, K. (1992) “Cultural aspects of constraints on village education by radio”, *Media, Culture and Society* 14: 111-128.
- Barros, M. & Costa Semedo, O. (2013) *A Participação Política das Mulheres na Política e na Tomada de Decisão na Guiné-Bissau – Da consciência à prática política*, UNIOGBIS: Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau
- Barros, M. & Costa Semedo, O. (2012) *Manual de Capacitação das Mulheres em Matéria de Participação Política com Base no Género na Guiné-Bissau*. UNIOGBIS: Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau, <http://uniogbis.unmissions.org/LinkClick.aspx?fileticket=FhTHMaI006Y%3D&tabid=10192&language=en-US>, acedido em 22 de Novembro de 2013.
- Bessire, A. (2004) “Book Review: African Broadcast Cultures: Radio in Transition”, *Journal of Asian and African Studies* 39(5): 490-492.
- Bonnot, V. & Croizet, J. C. (2007) “Stereotype Internalization and Women's Math Performance: The Role of Interference in Working Memory”. *Journal of Experimental Psychology*, 43(6): 857-86.
- Brimacombe, T. & Skuse, A. (2013) “Gender, ICTs, and Indicators: Measuring Inequality and Change”, *Gender Technology and Development* 17(2): 131–157.
- Brunetti, V. (2000) “The Development of Community Media in Latin America”, in S. T. Kwame Boafo (org.) *Promoting Community Media in Africa*, pp. 117-127, http://www.unesco.org/webworld/publications/community_media/pdf/chap7.pdf, acedida em 22 de Novembro de 2013.

Constituição da República da Guiné Bissau

Coyer, K. (2007) "What is Community Radio? A Comparative Snapshot of Community Radio"
Paper presented at the annual meeting of the International Communication Association,
San Francisco, CA, May 23, 2007.,
http://citation.allacademic.com/meta/p173413_index.html, acedido em 28 de Novembro
de 2013.

CPLP (2010) "Plano Estratégico para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres".

Dahlgren, P. & Alvares, C. (2013) "Political Participation in an Age of Mediatisation: Towards a
New Research Agenda", *Javnost – The Public* 20(2): 47-66.

Echchaibi, N. (2013) "Muslim Media Watch: Media activism and Muslim choreographies of social
change", *Journalism* 14(7): 852-867.

Economic Commission for Africa (2008) "The African Information Society Initiative (AISI) – a
decade's perspective." Addis Ababa: United Nations. ISBN: 978-92-1-125107-4,
[http://www.uneca.org/fr/publications/african-information-society-initiative-aisi-decades-](http://www.uneca.org/fr/publications/african-information-society-initiative-aisi-decades-perspective)
[perspective](http://www.uneca.org/fr/publications/african-information-society-initiative-aisi-decades-perspective), acedido a 12 de Maio de 2014

Fardon, R. & Furniss, G. (2000) *African Broadcast Cultures: Radio in Transition*. Oxford: James
Currey Publishers.

Fearon, J. D. (2003) "Ethnic and Cultural Diversity by Country", *Journal of Economic Growth* 8:
195-222.

Federação KAFO (2006) Política de Género, República da Guiné Bissau,
<http://kafobissau.org/wp-content/uploads/2011/10/PoliticaGeneroKAFO.pdf>, acedido em
27 de Novembro de 2013.

Fraser, N. (1992) "Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing
democracy". In: Calhoun, Craig (org.). Cambridge; London: MIT Press, pp.109-42.

Fraser, N. (1990) "Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing
Democracy", *Social Text* 25/26: 56-80.

- Gallagher, M. (2001) *Gender Setting: New Agendas for Media Monitoring and Advocacy*. London: Zed Books.
- Gillespie, D. & Melching, M. (2010) "The Transformative Power of Democracy and Human Rights in Nonformal Education: The Case of Tostan", *Adult Education Quarterly* 60(5): 477-498.
- Girard, B. & van der Spek, J. (2002) "The potential for community radio in Afghanistan", http://comunica.org/afghanistan/cr_afghan.pdf, acedido em 2 de Setembro de 2012.
- Gomes, J. (2009) "A Inserção de Cabo Verde na Cedeao – O Comércio e as Migrações", Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, <http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/EB013.pdf>, acedido em 2 Abril de 2014
- Guiné-Bissau. Ministério da Mulher, Família, Coesão Social e Luta contra a Pobreza (2012) Documento da Política Nacional para a Promoção da Igualdade e Equidade de Género (PNIEG) 2012-2015.
- Guiné-Bissau. Ministério da Economia do Plano e Integração Regional (MEPIR) (2011) "Segundo Documento de Estratégia Nacional e Redução da Pobreza" (DENARP II).
- Guiné-Bissau. Ministério da Economia do Plano e Integração Regional (MEPIR) / Instituto Nacional de Estatística (2010) "1º Inquérito Demográfico de Saúde Reprodutiva (IDSR)".
- Guiné-Bissau. Ministério da Economia do Plano e Integração Regional (MEPIR) / Instituto Nacional de Estatística (2010) "4º Inquérito por Amostragem aos Indicadores Múltiplos (MICS)".
- Guiné-Bissau. Instituto Nacional de Estatística (2013). http://www.stat-guineebissau.com/pais/index_quadro_fisico.htm, acedido a 12 de Abril de 2014.
- Guiné-Bissau. Instituto Nacional de Estatística (2010) "Recenseamento Geral da População e Habitação. Censos do Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau".
- Green, E. (2011) "Explaining African Ethnic Diversity", *LSE Working Paper Series* nº 122-11: 1-36.
- Hsieh, H. and Shannon, S. E. (2005) "Three Approaches to Qualitative Content Analysis", *Qualitative Health Research* 15(9): 1277-1288.

Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade do Género, “Contexto regional”, icieg, <http://www.icieg.cv/article/12>, acedido a 4 de Setembro de 2013.

Kivikuru, U. (2006) “Top-Down or Bottom-Up? Radio in the Service of Democracy: Experiences from South Africa and Namibia”, *The International Communication Gazette* 68(1): 5–31.

Lobo, P. & Cabecinhas, R. (2013) “Perspetivas de género no acesso ao espaço público mediatizado: refletindo sobre os conteúdos noticiosos do telejornal”, *Estudos em Comunicação* nº 13: 195-236, <http://www.ec.ubi.pt/ec/13/pdf/EC13-2013Junho-08.pdf>, acedido em 22 de Novembro de 2013.

McCombs, M. E. & Shaw, D. L. (1972), “The Agenda-setting Function of Mass Media”, *The Public Opinion Quarterly*, 36(2): 176-185.

Miguel, E. & Gugerty, M. K. (2005) “Ethnic diversity, social sanctions, and public goods in Kenya”, *Journal of Public Economics* 89 (11/12): 2325–2368.

Opoku-Mensah, A. (2004) “Twin Peaks: WSIS from Geneva to Tunis: Whither Africa in the Information Society”, *The International Communication Gazette* 66(3–4): 253–273.

Opoku-Mensah, A. (2000) “The Future of Community Radio in Africa: the case of Southern Africa”. In R. Fardon & G. Furniss (org.) *African Broadcast Cultures: Radio in Transition*. Oxford: James Currey Publishers, pp. 165-173.

Projecto de Apoio aos Ciclos Eleitorais dos PALop e Timor-Leste, “Seminário de Capacitação sobre Questões de Género e Empoderamento das Mulheres – handbook do participante”, Propalop-tl, <http://www.propalop-tl.org/phocadownload/handbook%20participante%20digital%20vf.pdf>, acedido a 12 Agosto de 2013.

Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) (2011) “Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011”. ISBN: 978-92-1-626010-1.

Razavi, M. F., Falk, L., Bjork A. & Wilhelmsson, S. (2011) “Experiences of the Swedish healthcare system: An interview study with refugees in need of long-term health care”, *Scandinavian Journal of Public Health* 39(3): 319-325.

Rennie, E. (2012) "Community Media and Direct Representation", Paper presented at the annual meeting of the International Communication Association, Dresden International Congress Centre, Dresden, Germany, http://www.allacademic.com/meta/p91817_index.html, acedido em 22 de Novembro de 2013.

Save the Children (2012) "State of the World's Mothers Report".

Stemler, S. (2001) "An overview of content analysis", *Practical Assessment, Research & Evaluation* 7(17), <http://PAREonline.net/getvn.asp?v=7&n=17>, acedido a 16 de Abril de 2014.

Titscher, S., Meyer, M., Wodak, R., & Vetter, E. (2000) 'Content Analysis'. In Titscher et al. (org.) *Methods of Text and Discourse Analysis*. Londres: Sage, pp. 55-73.

Tuchman, G. (1978). "Introduction: The symbolic annihilation of women by the mass media". In G. Tuchman, A. Daniels & J. Benet (orgs.) *Hearth and Home: images of women in the mass media*. Nova Iorque: Oxford University Press.

Young, A. J., Ofori-Boateng, T., Rodriguez, K. L., & Plowman, J. L. (2003) "Meaning and Agency in Discussing End-of-Life Care: A Study of Elderly Veterans' Values and Interpretations", *Qualitative Health Research* 13(8): 1039-1062.

Zito, G. V. (1975) *Methodology and Meanings: Varieties of Sociological Inquiry*. Nova Iorque: Praeger Publishers.

APÊNDICE

ANEXO 1

ENTREVISTAS

ENTREVISTA - GRUPO DE PRODUTORES DE RÁDIO

Anabela Silva

Produtora de rádio

O que entende por participação política?

A participação política das mulheres é visto pelo número de mulheres nas esferas de decisão. Não só em termos de discussão dos partidos políticos, mas em todos os lugares onde tomam as decisões para o país. As grandes decisões são tomadas pelos partidos e aqui na Guiné-Bissau para se chegar ao poder é preciso fazer parte de algum partido. As grandes decisões saem do partido que governa, que ganhou eleições. Então é preciso que as mulheres façam parte dos partidos políticos para que tomem parte das grandes decisões para o país

Qual o nível de participação política das mulheres na Guiné-Bissau?

Infelizmente, é muito fraco apesar das muitas sensibilizações, das organizações das mulheres. Senão vejamos no nosso Parlamento, antes do golpe de estado de 12 de Abril de 2012: só tínhamos 10 mulheres num universo de 100 deputados. Se é preciso tomar uma decisão, com apenas 10 mulheres, com a sensibilização feminina para assuntos relacionados com mulheres e crianças, vê-se que não têm expressão, perdem-se nesse universo de 90 homens. É muito inferior ao que desejamos.

Esta participação influencia o desenvolvimento do país? Em diferentes sectores?

Influencia. Vejamos, se tivéssemos um número igual entre homens e mulheres, estaríamos num nível de desenvolvimento mais equilibrado, por exemplo. No sector informal onde há mais mulheres, as coisas são melhor organizadas, visíveis, apesar de ser um sector informal. Noutros sectores que não têm muitas mulheres, o desenvolvimento não é visível, porque falta a mão feminina, a voz feminina, de dizer não a certas coisas, sim a certas coisas, de pensar no colectivo, que a mulher tem. Isso conta. Nos lugares onde se deve decidir pelo país, tem só homens, e vê-se como está o rumo do país. Onde há mulheres é diferente, porque a mulher não pensa só nela, pensa nos filhos que são homens e mulheres, e essa sensibilidade feminina tem outro reflexo. Se houvesse mais mulheres envolvidas, o país estaria melhor.

O que tem sido feito para incrementar a participação das mulheres e a promoção dos direitos humanos? Quais os meios?

Há muitas organizações que estão a trabalhar nisso, mas mantém-se o problema da falta de participação. Também temos o problema dos costumes antigos, que colocam a mulher em segundo plano. E continua a ter efeito, porque as mulheres são vítimas de um preconceito antigo. Está a fazer-se muitas sensibilizações no sentido de ultrapassar esses tabus, para mostrar que isso viola os direitos das mulheres. Aqui na rádio estamos a fazer muitos programas sobre os direitos humanos e os direitos da mulher, e mostrar que os homens violam esses direitos e que temos que mudar isso para ficarmos ao mesmo nível que os homens. Nos direitos humanos, não existe distinção de género para determinadas tarefas; juntos devem desenvolver-se.

Enquanto produtora de rádio como aborda estes temas?

Não desvalorizamos os costumes antigos, retirando a parte positiva dos mesmos e mostrando o que devemos ultrapassar nos costumes, para que as pessoas possam entender as mensagens. Procuramos mostrar que nem tudo o que vem de trás é errado mas muitos costumes precisam de ser alterados; não é só a mulher que tem que ficar em casa, cuidar da casa, cuidar dos filhos, e a mulher e o homem, se fazem filhos juntos, têm que educar os filhos juntos, para termos uma sociedade mais equilibrada. A mulher tem que participar. Participando pode trabalhar, levar dinheiro para casa, saber ler, escrever, saber medicar os filhos, cuidar dos filhos. Mostramos suavemente os benefícios para que possa ser entendido por toda a família que, se é para o benefício de todos, então vamos poder deixar a mulher ir ao encontro de outras pessoas e organizações e desenvolver-se ainda mais. No bairro onde vivo, em Bissau, há uma escola de alfabetização. No início as mulheres argumentavam que não podiam ir por causa dos filhos, dos maridos; a pouco e pouco, começaram a ter orgulho no que aprenderam e mediram pela diferença no dia-a-dia. Não só triplicaram as turmas, como já houve pedidos de homens, ainda que não se quisessem misturar. Isto é reflexo do trabalho feito através da rádio com as comunidades. Algumas já finalizaram a quarta classe e continuaram os estudos. É um avanço positivo e é um resultado prático do programa.

A instabilidade afecta de que forma a participação política da mulher?

Na altura da independência não havia programas dirigidos a esta temática, não havia sensibilização, mas as mulheres estavam presentes. Depois da luta pela independência e com a chegada da democracia, a mulher começou a ter que ficar em casa. No meu ponto de vista, os

homens começaram a sentir-se ameaçados com o potencial das mulheres e optaram por criar preconceitos que as remetessem para um papel doméstico; depois disso, a mulher baixou os níveis de participação. Depois do conflito de 7 de Junho 1998, a mulher revelou-se geralmente contra a guerra e decide não entrar; voltámos assim ao período das sensibilizações, mas as mulheres mantêm muitas reservas, nomeadamente em relação ao problema de golpes de estado permanentes, ficam inseguras sobre o que vai acontecer, e recolhem-se. As mulheres são pacificadoras natas e retiram-se desses problemas mas isso é negativo, porque as mulheres deixam de ter voz; não estamos presentes quando é preciso tomar decisões e quem mais sofre nos conflitos são as mulheres e as crianças.

Qual o meio mais eficaz e mais abrangente para aumentar a participação política das mulheres?

O mais eficaz é a rádio. O jornal é bom porque arquiva-se, mas é caro e só existe em Bissau, pouca gente lê. O nível de escolarização é muito baixo, sobretudo nas mulheres. Estamos a fazer sensibilização sobre a importância da escolarização das meninas, sobre a manutenção das meninas na escola, por causa das tradições dos casamentos arranjados e precoces. A maioria da população feminina não sabe ler. A televisão é um meio que não chega a quase ninguém. Se mesmo na capital temos tantos problemas de electricidade, imagine lá fora; há sectores que não têm electricidade há vinte anos; se alguém quiser ter electricidade tem que ter um gerador. A internet é outro problema; mesmo aqui na rádio temos as ligações mas passamos dias e dias sem rede. Por isso o único meio que chega para todo o mundo é a rádio. Mesmo aquela pessoa que não sabe ler nem escrever, escuta a rádio. Há pessoas que não percebem bem crioulo, mas entendem um pouco e ouvem. Também por isso fazemos a sensibilização nas línguas locais; isso ajuda muito. Considero que a rádio, sobretudo em países como a Guiné-Bissau, ajuda muito no processo de sensibilização, e não só as mulheres mas toda a sociedade. Se quisermos ter êxito em alguma abordagem, devemos utilizar a rádio como um meio de sensibilização de massas para chegar a toda a população. Sempre foi e, considerando a realidade do país, a rádio continuará a ser o meio de comunicação mais importante.

ENTREVISTA - GRUPO DE PRODUTORES DE RÁDIO

Welena da Silva

Produtor de Rádio - Coordenador da geração nova da Tiniguena

O que entende por participação política?

Participação política é um dos direitos fundamentais que o cidadão tem e, neste caso, os da Guiné-Bissau. Esse direito está consagrado na nossa constituição da república. É um direito que permite que todos os cidadãos guineenses possam de forma directa ou indirecta participar activamente nos assuntos políticos do país. É um direito que assegura que todos os cidadãos possam em algum momento, reunindo alguns requisitos previstos na constituição e nas demais leis, participar, tomar decisões, e governar se assim podemos dizer. Porque a Guiné-Bissau é um país que adoptou a democracia representativa, o povo através de eleições escolhe os seus representantes. Essa é uma forma de participação política, exercendo o voto. Portanto, com a democracia representativa, o poder está nas mãos do povo, ou devia estar nas mãos do povo. Mas há uma discussão tremenda sobre se esse poder está realmente nas mãos do povo. Devia estar porque formalmente na constituição da república da Guiné-Bissau e demais leis, nas convenções internacionais de que a Guiné-Bissau é parte, o povo devia ser o detentor do poder, para mudar e definir o rumo das coisas. Por isso, participação política é uma das coisas mais importantes e faz parte dos direitos fundamentais das sociedades actuais em que todos os cidadãos podem, através do voto e de outras formas, intervir directa ou indirectamente em assuntos do Estado.

Qual o nível de participação política das mulheres na Guiné-Bissau?

Bom, a geração nova da Guiné é juvenil. Nós trabalhamos essencialmente com jovens. Eu posso falar da participação política feminina no âmbito mais juvenil e de associativismo; disso posso falar melhor. A participação feminina tem sido fraca [pouco aceite] em relação aos rapazes e há quem diga que é por causa da educação de base, porque em muitas etnias, a educação que é dada a uma rapariga é diferente da que é dada a um rapaz. A rapariga tem que ajudar a mãe a cuidar da irmã ou do irmão, a rapariga tem que fazer os trabalhos domésticos em casa, e o rapaz tem que ir à escola. Mesmo quando a rapariga vai à escola, a rapariga volta e tem que ajudar a mãe na cozinha enquanto o rapaz vai jogar. E quando surge uma oportunidade de as raparigas participarem numa organização, há sempre aquele receio, sobretudo das mães e dos pais, de as

raparigas entrarem na delinquência e isso tem contribuído para uma participação negativa no nosso associativismo juvenil na Guiné-Bissau, que depois se reflecte ao nível do país.

Esta participação influencia o desenvolvimento do país? Em diferentes sectores?

Acho que vai afectar, porque a sociedade é constituída por homens e mulheres e devem, todos juntos, contribuir para o desenvolvimento da nossa sociedade. Agora, tendo uma sociedade machista como nós temos, em que a mulher é relegada para o segundo plano, do meu ponto de vista não ajuda no desenvolvimento, porque as mulheres são capazes de fazer o que os homens fazem, precisam é de oportunidade para frequentar a escola, ter igualdade de direitos na prática. Não sendo discriminadas, podem ajudar muito o país, até porque na nossa história, na luta de libertação nacional, nós lemos e ouvimos da parte dos nossos anciões que as mulheres desempenharam um papel fundamental; elas não tinham força física para entrarem no combate mas desempenharam um papel fundamental no transporte dos materiais, na cozinha, em muitos aspectos fundamentais para a Guiné-Bissau se conseguir libertar da colonização portuguesa. Acho que a sociedade precisa das mulheres. Eu costumo dizer aos meus colegas na faculdade que é preciso apostarmos nas dirigentes mulheres, quiçá um presidente da república mulher ou um primeiro-ministro mulher, ou até um chefe de Estado Maior mulher (risos); no Parlamento também, ter mulheres lá. Se temos 100 deputados porque é que não são 50-50 mulheres e homens. Há quem defenda que se deve estipular uma quota de representatividade das mulheres, mas eu não estou a favor disso, porque acho que as oportunidades estão a surgir e as mulheres devem conquistar esses lugares tal como os homens. Eu acho que o estado deve criar mecanismos e meios para punir qualquer discriminação relacionada com o género. As leis devem ser respeitadas; num concurso público não olhar se é homem ou mulher, vamos reunir os requisitos, quem reunir é quem vai ficar no lugar. Como é que alguém pode ficar cabeça de lista de um partido e representá-lo no Parlamento? Deve ser pelos requisitos.

O que tem sido feito para incrementar a participação das mulheres e a promoção dos direitos humanos? Quais os meios?

Nós temos muitas organizações que trabalham na promoção da igualdade de género e na defesa dos direitos humanos, como a liga Guineense dos Direitos Humanos, nós temos uma organização que trabalha sobre a mutilação genital feminina (MGF). Muitas organizações trabalham arduamente apesar das dificuldades na promoção da igualdade de género e na defesa dos direitos humanos na Guiné-Bissau. Portanto, essas organizações a pouco e pouco estão a

conseguir os seus objectivos; por exemplo, através de um esforço de vários anos, conseguimos ter uma lei que proíba a mutilação genital feminina; isso é fruto de um trabalho de vários anos de muitas organizações. Os políticos no Parlamento não queriam, mas depois conseguimos e acredito que daqui a alguns anos possamos erradicar a MGF da Guiné-Bissau. A Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH), também através dos relatórios denunciando casos de violação de direitos humanos e necessidade de proceder a sensibilizações, tem feito muito trabalho.

Enquanto produtor de rádio, como é que aborda estes temas?

O nosso programa é um programa de apelo ao exercício da cidadania de uma forma geral; abordamos diferentes temas – ambiente, cidadania, direitos humanos, género, mas essencialmente a cidadania. Nós enquanto cidadãos temos direitos e deveres. Como é que podemos exercer os nossos direitos sem pisar nos direitos dos outros e sempre lembrar que temos deveres para com a sociedade, porque também fazemos parte do Estado? Estado, colectividade, enquanto povo somos um dos elementos constitutivos do Estado e nessa relação nós também temos deveres para com a sociedade, e estas são mensagens que nós costumamos passar no nosso programa. Em relação a questões de género, costumamos sensibilizar a sociedade e sobretudo os pais a deixarem os filhos irem à escola, a tratarem de forma igual os rapazes e as raparigas, e em relação às meninas nós estimulamos que desenvolvam as suas capacidades, que não se submetam a qualquer tipo de actos por serem raparigas, a actos inferiores, porque não são inferiores. Por exemplo, no dia 8 de Março, saímos à rua e falámos com as raparigas sobre aquele dia. Falámos com elas sobre o que elas sentiam no dia da Mulher, porque alguns rapazes acham que a mulher só tem um dia que é o dia 8 de Março. Então fizemos uma pergunta provocatória – será que vocês só têm um dia e os outros dias são todos dos homens? E elas respondiam que aquilo é manifestação do machismo e que aquela data é uma reflexão sobre o papel da mulher na sociedade e as lutas que as mulheres têm levado a cabo. Fizemos também a pergunta à ex-presidente da associação de estudantes da faculdade. Numa instituição que tem 90% de rapazes, ela ganhou as eleições e nós convidámo-la para saber como é que ela conseguiu ultrapassar os obstáculos e liderar uma associação académica de uma faculdade Maioritariamente frequentada por rapazes; isso para alertar e mostrar que é possível com esforço.

No nosso programa, os apresentadores alternam entre rapaz e rapariga. No dia 8 de Março só as raparigas apresentaram o programa. Na nossa organização a igualdade funciona muito bem.

Qual o meio mais eficaz e mais abrangente para aumentar a participação política das mulheres?

Na Guiné-Bissau é a rádio, porque nem todos têm acesso à internet, nem todos têm acesso a TV, porque a energia não chega a todas as zonas da Guiné-Bissau. Mesmo em Bissau, há muitas zonas que não têm luz, muitas casas sem luz. Por isso a rádio é o principal meio de comunicação de massa, porque quase todo o mundo tem acesso à rádio. A rádio tem um papel muito importante na sensibilização; as mensagens difundidas nas rádios entram nas casas, há quem diga “sem pedir licença” e, portanto, os comunicadores devem ter isso em mente, a importância que têm na promoção da igualdade de género, dos direitos humanos e da democracia na Guiné-Bissau.

ENTREVISTA - GRUPO ORGANIZAÇÕES NACIONAIS e GRUPO DE PRODUTORES DE RÁDIO

Luis Vaz Martins

Presidente da Liga Guineense dos Direitos Humanos

O que entende por participação política?

Na nossa perspectiva a participação política da mulher implica envolver ou permitir que as mulheres façam parte dos órgãos de decisão, não só a nível nacional, mas também a nível das estruturas das tabancas, tudo começa aí. Não se pode esperar que as mulheres emanem o seu poder através dos órgãos nacionais sem estarem envolvidas nas bases e é nessa perspectiva que achamos que a participação política é fazer parte e tomar parte das decisões políticas que a comunidade irá seguir, participar nas tomadas de decisão que o país irá seguir.

Qual o nível de participação política das mulheres na Guiné-Bissau?

Infelizmente é muito baixo, mesmo aquando da independência havia mais mulheres em cargos de responsabilidade do que hoje em dia; houve um grande retrocesso. Até o Supremo Tribunal de Justiça que era uma excepção, liderado por uma mulher, agora voltou a estar nas mãos dos homens.

Esta participação influencia o desenvolvimento do país? Em diferentes sectores?

Estamos a falar de um país onde a mulher é a Maioria em termos populacionais, e o que se faz é neutralizar mais de metade da população por causa de preconceitos. A massa cinzenta que podia estar a produzir para o país está a ser travada, o que significa que o país está a andar a “meio gás”. É uma franja da sociedade que podia ser determinante no desenvolvimento do país. É como dizer que eu posso contribuir mas vou deixar de utilizar as minhas mãos e vou só utilizar os pés. Achamos que é isso e que o país perde muito em não permitir que a mulher ocupe lugares de destaque nesta sociedade.

O que tem sido feito para incrementar a participação das mulheres? Quais os meios?

É preciso criar uma cultura contra a discriminação da mulher, contra a cultura que põe a mulher num segundo patamar, num segundo plano. Ultimamente já há iniciativas mais precisas ligadas aos direitos humanos das mulheres. Tornou-se mais evidente até no nosso programa de

rádio que está cada vez mais virado para a promoção dos direitos humanos das mulheres, do qual faz parte temas como a participação da mulher. É um tema muito importante. Em 2011, no dia da celebração dos direitos humanos, dia 10 de Dezembro, organizámos uma série de programas para a mulher, fazendo um forte apelo ao poder político, no sentido da criação de uma quota para a presença das mulheres na Assembleia Nacional Popular e na altura foi bem acolhido. É um trabalho permanente, faz parte das orientações.

É fundamental ter mulheres nos centros de decisão para que efectivamente se possa mudar alguma mentalidade, inclusivamente chamamos a atenção para uma série de passos atrás que foram dados após o Golpe de Estado de 12 de Abril de 2012. Até lá havia mais mulheres no poder, mais mulheres a representar o país, agora temos uma única ministra e uma secretária de estado, ou seja, houve um retrocesso naquilo que é a democratização do país e mesmo nas localidades temos chamado a atenção para essa questão. Costumamos ter reuniões com líderes políticos para chamar a atenção para esta situação, a qual também é referida nos nossos programas radiofónicos. Faz parte da política da Liga dos Direitos do Humanos, porque tendo em conta o índice de violência que o país conheceu nos últimos tempos, acreditamos que tendo uma mulher à frente do poder, toda esta retórica de violência teria outros contornos, mas não foi assim.

Qual o meio mais eficaz e mais abrangente para aumentar a participação política das mulheres?

O meio de comunicação mais eficiente é a rádio, que lidera as audiências. A televisão é cara, o próprio aparelho não está acessível à Maioria dos guineenses, a electricidade também não. Os guineenses têm um hábito, provavelmente são os que mais gostam de ouvir rádio, qualquer analfabeto anda com um rádio na mão; por isso é o meio que deve ser privilegiado para levar as mensagens ao cidadão. É através da rádio que se pode contribuir para a mudança de cultura e para o desenvolvimento. A liga tem 21 anos de vida, mas há mais de 15 anos que optou por concentrar a sensibilização [para este tipo de questões] na rádio para mais eficazmente fazer chegar a sua mensagem. O nosso programa está virado para a recuperação da auto-estima da mulher que a própria sociedade ajudou a descredibilizar. O trabalho de recuperação da auto-estima através de outras realidades e culturas onde a mulher se destacou, como a Índia e a Inglaterra onde as mulheres estiveram à frente do poder. Também a Guiné-Bissau não deve fugir à regra; também a Libéria, para falar de Africa, tem tido uma mulher de destaque à frente do país. É fundamental que a mulher recupere a auto-estima para que se sinta capaz de concorrer em igualdade de circunstâncias com os homens. Promover a consciência da igualdade e a luta pelos

direitos. Temos consciência que nos locais mais remotos fazem referência aos nossos programas. Alguns dizem que nós estamos a criar problemas pondo a mulher em pé de igualdade. Explicamos que a evolução dos tempos confirmará que a mulher deve ocupar outros espaços; senão, viveremos atrás [recuados] dos tempos.

ENTREVISTA - GRUPO ORGANIZAÇÕES NACIONAIS

Miguel de Barros

Director da Tiniguena

O que entende por participação política?

A perspectiva que eu defendo vem mais numa perspectiva do direito à voz, da democratização da palavra não ficar só confinada aos espaços institucionais formalizados como a assembleia ou o momento eleitoral. Vai muito para além disso, desses espaços e ao mesmo tempo, no contexto da Guiné-Bissau, deve ser também reconhecida, legitimada, a participação cívica democrática em espaços não institucionalmente formalizados como as bancadas, as associações comunitárias, os grupos de interesses, agrupamentos tradicionais, onde as populações e os cidadãos terão possibilidade de manifestar aquilo que pensam, o seu olhar crítico alternativo, construtor, visionário em relação aos seus direitos e deveres e, ao mesmo tempo, poderem de alguma forma reconhecerem-se no próprio processo em que estão inscritos. Isso quer dizer que a própria democracia eleitoral actualmente é algo que também defendo, está muito aquém daquilo que são as reais possibilidades, alcances da democracia efectiva. Quando ela for mais rica sendo participativa e inclusiva, quando ela também permitir que as diferentes camadas e franjas sociais possam manifestar-se e influenciar decisões, e essas decisões não precisam de ser a um nível máximo, por exemplo de Estado, mas apenas que possam ser praticadas e ensaiadas nas escolas, nos bairros, na gestão da vida quotidiana ... tal pode permitir de algum modo que as decisões que são tomadas ao nível das estruturas centrais ou superiores no Estado ou no país possam ser emanadas a partir daquilo que é uma manifestação do simples cidadão, desde o simples espaço público comunitário, até à esfera política como, por exemplo, as assembleias e momentos eleitorais.

Qual o nível de participação política das mulheres na Guiné-Bissau?

Quando falamos da participação política das mulheres corremos o risco de ver essa questão de uma forma somente institucionalizada e confiná-la a uma mera representação em termos de lugares das mulheres na assembleia, ou no Governo da república. A minha visão é que há um elevado nível de participação política das mulheres na Guiné-Bissau. Essa participação revela-se de várias formas, desde o espaço doméstico tradicional, na forma como a mulher se mobiliza, como ela é conhecida e reconhecida dentro daquilo que são as dinâmicas locais em vários agrupamentos étnicos, até na forma como as mulheres se manifestam através de lógicas

organizacionais, como também através da sua implicação em grupos político-partidários e, no caso da Guiné-Bissau, vimos que de facto essa lógica não emana propriamente da luta de libertação. É um paradoxo que existe, que foi criado, por uma corrente ideológica histórica, que defende que a história da Guiné começou com o colonialismo. Outros defendem que foi com a libertação nacional, mas de acordo com o conhecimento que se tem hoje da história da Guiné-Bissau, mesmo no período pre colonial ou escravocrata, as lógicas de organização de gestão do espaço e da própria actividade comercial, tinham um grande protagonismo das mulheres. Quando olhamos, por exemplo, para o papel das mulheres no império de Gabu, vemos lógicas e influencias de decisão quer na própria estrutura dos Mansa, como a influência na educação da própria família, depois quando olhamos para o período pré-colonial ou escravocrata, as dinâmicas que foram desencadeadas pelas mulheres como a D. Liliana Vaz em Cacheu, que, para além de ser uma das grandes protagonistas na gestão do comércio, conseguiu liderar uma grande revolta contra as companhias escravocratas no sentido de não criarem monopólios de transacção e ao mesmo tempo fazer reconhecer os direitos que alguns tinham à livre escolha das entidades com quem negociavam as actividades comerciais. Depois, quando olhamos para o período colonial, há alguns protagonismos que aparecem: o mais conhecido no caso da Guiné e de Bissau era a Dona Sambu que procurava implementar lógicas de mobilização das mulheres de agrupamentos culturais para terem uma outra perspectiva de afirmação no espaço público. Mesmo que os nacionalistas fizessem alguma oposição, reconheceu-se que estávamos perante uma pessoa que se conseguiu distanciar dos homens e, ao mesmo tempo, afirmar uma perspectiva ideológica que mobilizou muitos jovens para a esfera cultural, política e educativa.

Hoje em dia é um bocado fruto desse processo. Ainda para não queimar etapas, no período da luta da independência, Amílcar Cabral foi importante na estratégia de mobilização, de formação de uma nova sociedade nas zonas libertadas. Já havia todo um sistema de equidade e paridade no sistema de gestão e, ao mesmo tempo, também nas frentes de libertação havia senhoras nas frentes de combate, sem esquecer que a primeira Presidente da Assembleia após a independência foi uma senhora, a Dona Carmen Pereira. Ao mesmo tempo viu-se que, na pós-independência até à liberalização política, o índice de representação feminina estava em constante evolução positiva. Mas notou-se que com a liberalização política, a lógica de competição e de desfragmentação da organização da sociedade de um único partido, convertida para o multipartidarismo, levou com que as mulheres não tivessem uma estrutura mais densa e compacta que permitisse ter uma frente comum de luta política. Essa desfragmentação levou com que essas mulheres que, estavam no quadro dos partidos políticos mas sem uma cultura de

educação ideológica e de género, entrassem numa espécie de concorrência onde a agenda feminina não era a que estava em primeira lugar mas sim a do partido, e isso levou com que nas primeiras eleições multipartidárias, ao invés de conseguirmos aumentar o índice de representação feminina na AR, ela tivesse diminuído. Não obstante, ao nível do Governo começámos a verificar uma certa lógica de aumento da participação das mulheres.

Quando é que foi o momento decisivo?

No meu ponto de vista, foi o interromper desse processo com um golpe de estado, com uma acção violenta, no 27 de Junho que fez emergir de uma forma muito mais objectiva a lógica do “macho guineense”, como nós chamamos machonidade, onde não é o mais competente, nem o mais capaz a pessoa que reúne todos os requisitos para se fazer representar numa sociedade moderna enquanto protagonista político, mas sim aquela pessoa que tem mais força, cuja valentia vem da sua própria força. Se essa força permitir conservar, mesmo que de uma forma violenta, o próprio poder e fazê-lo ficar num estado de captura, e ao mesmo tempo estar num espaço público, num confronto violento, que não é muito digno do que é a preservação dos valores, da identidade da uma mulher no caso da sociedade guineense, isso fez com que o espaço político tivesse ficado mais confinado a conjuntos de actores que são os militares e os civis políticos recrutados pelos militares para o cumprimento de algumas responsabilidades de gestão política e nunca decisão política, por um lado; por outro lado, leva a outra aliança muito forte que é o controlo do capital financeiro, com presença de actores do sector privado, corroborando a questão do baixo nível de escolaridade, que se viu com o devido impacto na defesa do ajustamento do próprio sistema educativo ou do desinvestimento na educação por parte do Estado, eu diria até do desengajamento por parte do Estado pela educação, e ao mesmo tempo as famílias a privilegiarem os filhos machos em vez da fêmea (como dizemos aqui), para entrar no sistema educativo, juntando a própria fraqueza económica que se começou a ter no tecido social do espaço público a essa tendência musculada de controlo do poder. Claro que teve um efeito muito negativo naquilo que podia ser uma evolução normal e positiva, que é a presença das mulheres junto das esferas de decisão.

Os golpes de Estado sucessivos têm sido grandes responsáveis pelo retrocesso, porque os golpes de estado não podem ser vistos apenas e só como um evento de interrupção do poder, os golpes de Estado têm que ser vistos como um processo violento, com traumas, e que faz com que no pós-golpe haja toda uma dificuldade de fazer vingar políticas públicas e que beneficiam pequenos grupos mais desfavorecidos. E se virmos no contexto da Guiné-Bissau, se olharmos

para o Orçamento de Estado, o Maior bolo vai para as forças armadas, mas será que as forças armadas são o grupo mais desfavorecido da Guiné-Bissau?! E se formos descortinar o valor do orçamento de estado que vai para as forças armadas, é tudo para o consumo; não há nada que vá para uma lógica de investimento na capacitação, na profissionalização, para tornar estas forças armadas numa forças armadas educadas, civilizadas, republicanas que estão ao serviço das estruturas e das instituições democráticas. Se fosse assim, podíamos ver de facto um outro tipo de protagonismo na sociedade política, também na sociedade civil, onde de facto as mulheres pudessem emergir como Maioria da população guineense, de outra forma [diferente da actual] quer de acção enquanto figuras singulares, quer enquanto actores colectivos.

O retrocesso vem de todos os golpes de Estado e destaco três eventos: em primeiro lugar, a libertação económica coincide com o momento da aplicação das receitas do FMI para medidas de ajustamento estrutural; quando nós chegamos à libertação política, não foi fruto de um consenso amplo e de algo projectado, mas sim consequência da própria libertação económica, ao chegar com o tecido económico privado fraco, e ao mesmo tempo uma depressão política com um sistema de ensino altamente debilitado, sem que houvesse nem educação para as pessoas, no sentido mais estreito, como também a educação cívica e política, esses dois elementos, fizeram com que o nível de protagonismo que a sociedade civil e, em particular, as mulheres pudessem ter, não só tivesse diminuído, como tivesse depois um rombo enorme com o próprio conflito político-militar de 1998. Então, o momento de libertação económica, o momento de liberalização política e o momento do conflito político militar de 7 de Junho que durou 11 meses e, até agora, mais de 10 anos depois, estamos ainda a sofrer exactamente o impacto daquilo que foi o 7 de Junho. Esses anos foram do meu ponto de vista extremamente decisivos no desmantelamento do Estado social da Guiné-Bissau e, ao mesmo tempo, no enfraquecimento do envolvimento e do investimento do Estado, no caso de alguns grupos concretos como as mulheres e jovens. Podia-se ter mudado? Sim, mas desde então não conseguimos ter uma legislatura até ao fim, houve sempre sucessivos golpes de Estado. Portanto, o último de golpe de Estado também é produto de todo este processo.

Esta participação influencia o desenvolvimento do país? Em diferentes sectores?

Influencia na medida em que temos um Estado muito fragilizado em todos os sectores. Olhe o sistema educativo, o sistema da administração pública, as instituições democráticas, o Parlamento que temos, o sistema de justiça, como funcionam? O sector produtivo? Que investimento é que é feito neste sector? Automaticamente, não se consegue ter uma visão

articulada de como todos esses sectores podem projectar o país e consequentemente os actores neles envolvidos. Temos que ver se ao nível do Parlamento há um défice de participação feminina. Quando olhamos para organizações da sociedade civil, e quando vemos que em sectores como a saúde, educação, serviço social, há uma dinâmica extremamente boa, quer de lideranças femininas, como também de organizações e redes temáticas femininas, do meu ponto de vista pode-se ter elementos para ensaiar algo que permita depois alguma modernização no futuro.

O que tem sido feito para incrementar a participação das mulheres e a promoção dos direitos humanos? Quais os meios?

Há varias iniciativas locais de organização civis e nacionais, mesmo na linha de acordos de cooperação bilaterais há programas que já vêm com directrizes muito bem orientadas para investimento na questão da salvaguarda dos direitos humanos das mulheres e, ao mesmo tempo, no aumento do protagonismo feminino. Ao nível da cooperação bilateral, mesmo nos dois últimos documentos da estratégia nacional do combate à pobreza, há eixos que olham com alguma exclusividade para essa componente de empoderamento feminino. Aquilo que eu acho é que nós temos dois ou três *handicaps*: como é que projectamos isso, não só através de um contexto específico, mas a médio e longo prazo. Muitas das vezes aquilo que me parece é que esses esforços acabam por ficar confinados em projectos de curta duração e de impacto imediato, quando esses projectos têm que estar enquadrados numa lógica de processo a médio e longo prazo onde a capacitação tem que ser muito holística, permitindo que em vários sectores as mulheres possam de alguma forma emergir não só através de uma espécie de discriminação positiva, mas ao mesmo tempo mediante a integração dentro de uma visão com metas, com indicadores, nos quais podemos ter elementos que nos permitam monitorizar esse processo e ver se facto estamos no bom sentido ou não. Um outro elemento que eu acho extremamente importante é o facto de ser quase impossível falarmos hoje de investimento em qualquer sector na Guiné-Bissau, se nós não conseguirmos investir no sector educativo e ao mesmo tempo no sector produtivo e económico, para que as pessoas, para além das competências, possam ganhar ao nível da educação. Mas há que pôr essas competências ao serviço da sociedade de uma forma autónoma, e ao mesmo tempo como qualquer cidadão, ganhar dinheiro, fruto do seu trabalho porque tem competência para tal e não ao contrário. Fala-se nas reformas das forças armadas, na reforma da justiça, são importantes mas se nós não conseguirmos fazer a reforma do sistema educativo e do sistema produtivo e económico, nós nunca vamos ter elementos que depois nos permitam dar o salto, porque depois as pessoas ficam sem possibilidades de ter uma

educação, ficam sem possibilidades de ter um emprego ou um trabalho, através do qual possam subsistir. Qual será a outra estratégia? Eu posso ir para as forças armadas e ter outras lógicas de ter um rendimento, ou então através da própria captura do poder político, mas isso não forma. Por isso é que temos que reformular as nossas perspectivas e as prioridades que nós temos, e ao mesmo tempo também essa reformulação tem que se enquadrar nessa capacitação, na capacidade do próprio Estado, e como o Estado é frágil, nos próprios actores que estão na cena da cooperação a colaborar com o Estado na satisfação das necessidades básicas. E a satisfação das necessidades básicas, em particular das mulheres e jovens que são a Maioria da população guineense, contempla a educação, a capacidade de pôr essa educação ao serviço do bem comum. Se nós não conseguimos fazer isso, será muito difícil de facto dar o salto em termos da participação política feminina de uma forma qualitativa.

Qual o meio mais eficaz e mais abrangente para aumentar a participação política das mulheres?

Eu defendo uma lógica não minimalista da comunicação social, hoje em dia. Eu venho mais da corrente da educação popular e comunitária, que passa não só por salvaguardar os meios de comunicação de massa, no nosso caso devido ao próprio contexto de oralidade, e baixo nível de alfabetização, e, muito particularmente, a questão da Rádio. Mas também inventar outros mecanismos que permitam apanhar também outras franjas, as rádios comunitárias, as televisões comunitárias, o cinema popular, o teatro popular, os sistemas, por exemplo, de mobilização e sensibilização online com os jovens que estão muito mais sensíveis à comunicação cibernética. Portanto, é importante sermos capazes de articular os vários usos dos diferentes meios de comunicação para estar ao serviço dessas comunidades, como também ir ao encontro dessas comunidades que trabalham, que também produzem as possibilidades de comunicação, para levarem os seus conteúdos aos próprios meios de comunicação e para que outros actores da esfera de decisão possam beber dessa informação. Se conseguirmos fazer isso, [e se ancorarmos] as questões ligadas aos direitos humanos em programas educativos, vamos conseguir ter uma outra perspectiva em relação à democracia e participação política das mulheres.

Na Vossa ONG, Tiniguena, qual o é meio de comunicação usada para implementar as vossas estratégias?

Nós neste momento estamos a utilizar, não diria tudo mas temos vários públicos com quem trabalhamos, por exemplo, ao nível local; trabalhamos muito com teatro popular, trabalhamos muito a questão da produção dos conteúdos nas rádios comunitárias com as redes das rádios comunitárias, mas com os protagonistas dos próprios locais onde estamos a intervir; trabalhamos muito a questão de visitas de estudo, de intercâmbio entre escolas nos sítios de património natural e cultural, boletins informativos, já para um nível mais intermédio e técnico. Estudos que são feitos e disseminados, animação de site, documentários ... ainda hoje estivemos a visualizar um documento que produzimos sobre a capitalização de toda a experiência de governação partilhada na área da marinha protegida. Portanto, são para nós mais que instrumentos; são antes pedagogias que permitem veicular todos esses momentos, todas essas aprendizagens e capacidades que estão a ser geradas e, ao mesmo tempo, também reformular novas sínteses de intervenção.

O mais eficaz e abrangente meio é, é claro, as rádios comunitárias; em termos de alcance na Guiné-Bissau, o protagonismo das rádios comunitárias, ao nível da capacidade de mobilização, tem uma grande dimensão. Eu acho que, na Guiné-Bissau, o meio de comunicação social mais coxo é a televisão, não só pelas dificuldades energéticas que o país tem, mas pela capacidade de inovação, e ao mesmo tempo de penetração naquilo que é a 'idiossincrasia' do próprio guineense, e a televisão está muito aquém. A televisão da Guiné-Bissau está muito confinada a ser porta-voz da estrutura política que está no poder, mas hoje em dia mesmo ao nível da imprensa escrita conseguiu-se dar um passo que a TV não deu, apesar de a TV ter sido durante muito tempo um parente mais rico do que a imprensa escrita. Agora, porque é que isso não acontece? Não acontece exactamente porque há uma tendência para olhar para esses meios de comunicação como instrumentos que devem ser usados ao serviço de quem está a governar, o que é mau. E é aí que as rádios comunitárias conseguem ter uma lufada de ar fresco porque não dependem da estrutura que está no poder. Agora, não obstante a isso, as rádios privadas também jogaram um papel extremamente importante no processo de democratização da palavra. Eu hoje, quando vejo as dinâmicas que acontecem em relação a participação política juvenil através da música *rap*, foram as rádios privadas que deram tempo de antena para difusão dessas mensagens de contestação e protesto e que a rádio pública fez por arrasto. Mas se não tivesse havido toda essa dinâmica, acho que a experiência da Guiné-Bissau na dinâmica da comunicação social para o serviço do bem comum seria uma coisa muito mais fragilizada.

ENTREVISTA - GRUPO ORGANIZAÇÕES NACIONAIS

Rosa Gomez

Coordenadora da KAFO - ONG Nacional

O que entende por participação política?

Para a Kafo, participação política é a participação em todas as esferas que não tem a ver só com participação de partidos, tem a ver com a participação comunitária, com a vida nas tabancas, tem a ver com as decisões políticas que se estão a tomar a nível sectorial, regional e de Estado. Mas para uma estrutura dentro da sociedade civil, é uma participação política que tem mais a ver com o desenvolvimento da sociedade através de uma participação activa na criação de políticas públicas, na criação de serviços básicos e começa sempre nas tabancas, na base. Porque é nas tabancas que constituímos os comités de gestão, lutamos para que haja uma participação por parte das mulheres nas tomadas de decisões na vida do dia-a-dia. E para que estejam conscientes que aquelas decisões têm um porquê, tenham um onde, um como e um quando, e que a partir daquela base [o processo de tomadas de decisão] vai ter repercussões desde o nível micro ao nível macro. No momento estamos ao nível da tabanca e ao nível sectorial, onde as mulheres têm tido uma actividade muito forte quer ao nível da participação e de reivindicação.

Qual o nível de participação política das mulheres na Guiné-Bissau?

Complicado. Para mim e para a Kafo, deveria haver cotas que poderiam ser pelo número de população que a Guiné-Bissau tem, uma participação elevada. Eu pessoalmente considero que o nível de participação quantitativa é elevado, mas ao nível qualitativo falta; falta uma estratégia comum para a participação das mulheres guineenses, para que possam ter uma presença real na vida política, económica e social.

Por um lado há uma análise que faço com as minhas colegas, que aponta aponta uma divisão desde a guerra da independência até à Guerra de 98, que assinala o momento a partir do qual as mulheres tiveram representação na participação política, mas há um grande grupo de mulheres que está do outro lado e que não sente que [as mulheres] estejam [a agir] juntas. Acho que nos últimos anos tem havido mulheres muito competentes na vida política do país, mas têm passado muito despercebido o seu valor, o seu papel na vida política do país. E acho que nos últimos tempos, onde há uma grande tensão política entre poderes, entre militares com poderes económicos e políticos que controlam, [quem exerce poder] são homens.

O que tem sido feito para incrementar a participação das mulheres e a promoção dos direitos humanos? Quais os meios?

Na Kafo, antes de 2006, foi aprovada uma política estratégica de género. Para ser aprovado, houve um processo de trabalho com as mulheres camponesas que faziam parte dos níveis de administração, de equipas de trabalho, mais numa função técnica dentro da Kafo. Fizemos formações; tem havido múltiplas formações sobre género e igualdade, sobre direitos reprodutivos, políticos, sociais, alfabetização e, através de muitas daquelas formações foram feitas actividades proporcionando rendimento económico, actividades de formação de comités de gestão, de enquadramento no marco de um projecto, e de garantia de que na altura do crédito, o crédito é para ti para que possas ter um tempo, para te dedicares a coisas que no dia-a-dia não tens tempo, e 80% ou 90% do tempo é para os outros. A Kafo dentro da sua estrutura tem uma responsável de género, tem uma responsável de formação feminina, depois tem uma responsável de género e comunicação que cumpre uma função mais abrangente. Mas todas que foram enquadradas desde 2006 até agora sempre tiveram uma componente de formação de enquadramento, numa lógica de desenvolvimento de igualdade entre homens e mulheres, de trabalhar estereótipos, os direitos usais e direitos reprodutivos, temas de violência, casamento forçado, mutilação genital feminina, todos esses componentes foram trabalhados através de formações, de sensibilização das equipas que são constituídas por pessoas que saíram das tabancas mas que hoje alcançaram um nível de formação informal e que têm a capacidade de fazer animação, sensibilização, acompanhamento, seguimento e apoio para as diferentes actividades que estamos a levar a cabo nas tabancas.

Qual o meio mais eficaz e mais abrangente para aumentar a participação política das mulheres?

A rádio e a confiança nos animadores e animadoras que a Kafo tem, porque são eles e elas que estão nas tabancas, que transmitem a informação, e que foram escolhidos pela tabanca para estarem naquele lugar. Uns são animadores da tabanca e outros são de projecto.

Estrategicamente, a rádio é o meio de comunicação que tem mais difusão na Guiné, porque a mobilidade é muito limitada, porque não há acesso a outros meios de comunicação e a rádio é a forma que nós temos de nós podermos comunicar e da população comunicar connosco. Ligam para as rádios para dar informações e mesmo nas programações diárias, há espaços que são abertos ao ouvinte e aí a população também coloca questões, esclarecem-se duvidas. Para nós a rádio é estratégica, completamente estratégica; é uma componente fundamental para o

desenvolvimento da Kafo. Sem a rádio ha muitas informações que não conseguiríamos atingir. Temos animadores mas não podem estar todos os dias e em todo o lado. Com a elevada taxa de analfabetismo, os conteúdos que transmitimos só são assimilados se forem disseminados constantemente e a rádio permite isso, uma passagem constante da informação e dos conteúdos.

A Kafo tem uma rádio. Dentro da grelha de programas temos diferentes actividades conforme as actividades de cada projecto que a Kafo está a implementar, porque cada um tem o seu espaço na rádio, depois temos programação que tem a ver com conteúdos mais estratégicos da Kafo, então cada um trabalha com diferentes temáticas. Comunicados fazemos sempre, para informar sobre todas as actividades, programas de debates e intercâmbios, novela radiofónica. A Rádio Djalicunda é uma rádio comunitária que já teve mais alcance mas hoje existem mais rádios na região com mais alcance, e nós também não temos muitos recursos para ampliar o sinal e depois, também, porque a Kafo ampliou a sua zona de intervenção para outras regiões, então, para além da nossa rádio, trabalhamos também com rádios comunitárias de outras regiões onde temos projectos, Bafatá e Cacheu fundamentalmente. Entregamos programas que gravamos na nossa rádio e entregamos para que sejam difundidas noutras rádios.

Consideramos a rádio tão importante que adquirimos a rádio com o apoio da cooperação Suíça.

ENTREVISTA - GRUPO ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Ninive Balde

Conselheira de género da SNV

O que entende por participação política?

Para mim participação política é a intervenção da mulher em todas as áreas de desenvolvimento, não só nas áreas de acesso a lugares de decisão, não só no momento de campanha, não só no momento de eleições; a participação política da mulher deve ser em todas as áreas, e todos os dias porque todos os dias temos que tomar decisões, dentro de cada casa é preciso tomar decisões diárias. Se está a gerir uma família, está a partilhar com o marido a gestão da família. Todos os dias toma decisões. Então tem uma política que está alicerçada em princípios e esses princípios têm que pôr em prática e controlar e verificar se aquele princípio está a ser posto em prática devidamente. Participação política para mim é uma coisa de dia a dia, é a mulher no seu trabalho, na sua casa, na sociedade, a mulher em todos os sectores de actividade, participando e contribuindo para as tomadas de decisão; não deve ficar calada deve contribuir de uma maneira positiva, para que os princípios que alicerçam a participação da mulher possam sê-lo de maneira visível e que contribuam para o desenvolvimento da sociedade.

Qual o nível de participação política das mulheres na Guiné-Bissau?

O nível está muito limitado e reduzido, não posso quantificar porque ainda não temos o diagnóstico da participação política da mulher mas para mim, para a minha experiência, de todo o tempo que tenho trabalhado, está muito limitado, porque as mulheres não são ouvidas mas também fazem pouco esforço para serem ouvidas, mesmo no lar e mantêm-se muito passivas. Nesse sentido, ao nível da família, a mulher é muito conformada. Só quando há problemas é que ela toma alguma atitude. No dia-a-dia, não toma decisões e diz “djito ká tem” (não há nada a fazer) e acomoda-se à situação. Por isso, a participação política é muito passiva e muito pobre. O primeiro passo é a organização, mas só fazem isso no período das eleições, mas mesmo nesse período não fazem uma preparação para se poderem capacitar e estarem preparadas para tomarem decisões. A mulher não vai conseguir tomar o poder com este processo de passividade. A sociedade tem que confiar que ela é capaz. O reconhecimento, por parte da sociedade não é de um dia, nem de uma campanha, para outra. É um processo tendo em conta que culturalmente a mulher tem uma diferença muito grande em relação ao homem; o reconhecimento da sociedade para com o homem é Maior do que para com a mulher. A mulher está relegada aos filhos, a cuidar

da casa, mas se a mulher se esforçar para ser capacitada, para cada dia ter acesso aos recursos mínimos que lhe darão possibilidade de chegar ao poder, poderá participar plenamente nos meios de decisão. Mas enquanto isso não acontecer um problema muito grande é o da alfabetização, para haver mudança de comportamento. As mulheres trabalham muito, incansavelmente. Desde as 4h da manhã até às 23h, elas trabalham. Se chegar a qualquer tabanca, encontra sempre mulheres prontas para trabalhar, mas não conseguem rentabilizar a sua energia; é um assunto relacionado com o seu auto-crescimento, elas trabalham sempre para os outros.

Com os últimos acontecimentos do golpe de Estado houve alterações neste processo?

Houve um retrocesso sem sombras de dúvida. Nas eleições de 2004, as mulheres chegaram a um bom entendimento, houve um bom trabalho feito pelo instituto da mulher e da criança, em 2004 e 2008, onde as mulheres se sentaram para reflectir sobre a sua situação e ver qual as estratégias a adoptar para melhorar a sua performance. Dentro dos partidos políticos, conseguiram alguns resultados, conseguiram aumentar a sua participação ao nível de lista, ao nível de círculos eleitorais, ao nível de ministérios, do Parlamento e foram até 12% na sua representatividade. Mas depois do momento da campanha, não conseguem muito mais do que isso por dois factores. Primeiro, refira-se o problema que está associado ao multipartidarismo, que aniquilou a força da mulher porque quando estavam todas juntas conseguiam suportar e ter mais força, mas quando estão distribuídas por partidos não conseguem ter mais aquela solidariedade necessária que é preciso para fazer vencer o voto, pelo menos de 1, 2 ou 3 para os mais altos cargos da Nação. Segundo, há o problema social, o problema da pobreza; quando se trata da subsistência, tem que se priorizar alguma coisa, e neste momento de conflito e situação de instabilidade e de debilidade económica, a mulher está focada fundamentalmente na garantia de subsistência da família e não tem muita margem para ir a reuniões, etc. Também tem a ver com o facto de as mulheres terem conseguido algum reconhecimento na altura da guerra da libertação, mas não conseguiram mantê-lo não só a nível literal, mas em coisas concretas de sustentabilidade porque o país continua com os ciclos permanentes de problemas, de instabilidade. Isto faz com que os maridos morram, emigrem e a mulher fica com uma sobrecarga redobrada, e não há nenhuma medida política eficaz que consiga sustentavelmente resolver o problema de crédito para melhorar a situação da mulher. Fizeram-se várias coisas, nomeadamente a formação das raparigas, alfabetização, o que é muito positivo, mas sem estabilidade não se consegue e sem sensibilizar os homens também não se consegue. Porque

eles reclamam o seu lugar e fazem-no a qualquer preço. Tem que haver sensibilização sobre género para os homens para que se consigam resultados. Já tivemos essa experiência, em Mansoa, tivemos melhores resultados quando a sensibilização é feita em conjunto com os homens, mas quando só é feita com mulheres a violência agudiza-se. Eles fazem parte da sociedade, têm que ser sensibilizados. Têm que haver oportunidades para que a sua força física seja usada da melhor maneira possível, para o desenvolvimento, porque senão tornam-se violentos. Há um grande problema, que aqui não gostam muito de falar e que tem a ver com os traumas de guerra, são muitos, são prolongados. Este trabalho tem que ser feito em conjunto.

Esta participação influencia o desenvolvimento do país? Em diferentes sectores?

Influencia negativamente porque há interesses estratégicos da mulher que devem ser atendidos, assim como os dos homens, e que a sociedade guineense deve ter em atenção. Não podemos só falar de pobreza, quando a pobreza está dentro das nossas cabeças; não é porque Bissau não é rico, porque também tem muitas potencialidades, mas se o homem não utiliza essas potencialidades, será pobre por muitas gerações. No caso da mulher o assunto estratégico é a sua capacitação, e deve ser feito todo um trabalho para que a mulher participe, que vá à escola. A Maioria das escolas, direcções regionais é uma massa de homens, não tem mulheres, equipas técnicas só de homens; desta forma como é que se pode influenciar, como é que sem uma única mulher se consegue sensibilizar quando se chega à área da saúde tem-se o mesmo problema, na saúde da mulher e do homem. Há necessidade de implementar um Maior equilíbrio de género nas equipas técnicas e à mulher deve ser dada a oportunidade de entrar nestes sectores-chave, mas outro sector prioritário é o da agricultura, aliás onde está a nossa alimentação. Chega-se ao ministério e a Maioria dos técnicos são homens; as mulheres estão na horta e os homens estão nos gabinetes.

Falando de política chegamos a outro problema. A contribuição da mulher deve ser vista a todos os níveis em todas as áreas e o país perde 52% de massa crítica feminina, com grande capacidade de trabalho, na guerra e na paz, a grande Maioria que garante a família. É importante que a mulher esteja lá, para que os recursos sejam melhor utilizados.

O que tem sido feito para incrementar a participação das mulheres e a promoção dos direitos humanos? Quais os meios?

Há um desenvolvimento muito grande na sociedade civil e isso é uma mais-valia, porque a mulher organiza-se em pequenas organizações de base. Elas têm mostrado que quando

querem são capazes; elas já mostraram que são melhores gestoras, que têm vergonha de cair financeiramente. Outro assunto importante é a capacitação dentro do quadro desta associação, a criação de plataformas, políticas, de redes, e as suas capacitações é um avanço. Ao nível do Governo, a lei que está a ser aprovada é positiva; através das Nações Unidas, das organizações internacionais, a coordenação de toda esta assistência e a coordenação com o Governo tem que ser reforçada. Porque trabalhando isoladamente, os resultados são pouco visíveis. Mas se toda a comunidade internacional que apoia a Guiné-Bissau, apoiar essas medidas para ter resultados concretos e retirar a mulher do lugar onde está para poder contribuir para estancar os focos de violentos e de instabilidade, seria muito bom. A Guiné-Bissau precisa de parar para toda a gente reflectir sobre as consequências desta instabilidade e poder encontrar as causas que estão na base deste problema, para poderem perdoar, porque se não perdoarem o ciclo de violência vai continuar. Reflectir no que todos podem fazer e contribuir para melhorar esta condição da mulher, aprovar a lei de equidade da mulher.

O plano da resolução das Nações Unidas sobre Paz e Segurança foi feito com a participação do Governo, da SNV e de outras entidades, para poder pacificar o país. Foi ainda criada uma plataforma de implementação à volta desta resolução e penso que neste momento é necessário trazer esses documentos que são importantes e fazer uma revisão dos mesmos para poderem enquadrar a questão e operacionalizá-la. Nós temos outra preocupação que é a forma como podemos trabalhar com estes grandes documentos, porque são documentos do Governo onde o Governo tem grande envolvimento. Penso que as Nações Unidas e outros organismos internacionais devem sentar-se e reflectir sobre qual o mecanismo que vão utilizar para poder realmente operacionalizar, porque se por exemplo queremos trabalhar com o Governo, com o instituto da Mulher e da Criança, com todas as limitações que existem neste momento, é preciso operacionalizar este grande pacote de leis, de documentos. Como vamos envolver os técnicos, os quadros e mesmo os políticos neste processo? Isto não é um assunto individual de cada agência, é um assunto conjunto para podermos dar um passo e não sermos meramente contempladores, cada um com sua posição.

Qual o meio mais eficaz e mais abrangente para aumentar a participação política das mulheres?

A Guiné-Bissau tem muitas rádios, é o meio por excelência para fazer esta comunicação e penso que é o país da África Ocidental que tem mais rádios por habitante.

A rádio sem sombra de dúvida é o [meio] mais eficaz; depois há outros meios eficazes como os grupos comunitários. Grupos de teatro e tradicionais nas regiões também são meios muito eficazes para fazer sensibilização. Mas estas rádios que têm longo alcance, juntam qualquer grupo cultural e satisfazem as necessidades de sensibilização.

É o meio que mais utilizamos. O jornalista e a comunidade vão à rádio, reproduzem o que ouvem. O comunicador é um facilitador; por isso deve estar bem capacitado. Por exemplo, se ele vai tratar do tema da excisão feminina, longamente tratado na Guiné-Bissau, já temos uma lei, mas não podemos só contar com a lei, senão podemos regredir. Agora, temos que continuar a capacitar os jornalistas para estarem dentro das questões técnicas dos assuntos; assim podem, através da rádio, fazer a sensibilização sem tocar em aspectos culturais que podem fazer regredir o processo [de consciencialização], aí tem que se ser rigoroso. É um elemento poderoso.

A rádio é um processo de organização que nunca podemos prescindir; temos rádios comunitárias, o Governo tem leis que regulam o seu funcionamento, e é preciso acompanhar, ver se estão a cumprir, porque a rádio é um meio por excelência para sensibilizar [os indivíduos].

A rádio tem muito para fazer, até para alfabetizar, educar as crianças, os jovens; esse é o meio por excelência. Este meio ainda não foi utilizado a 100%, tem muita potencialidade, ainda há muita coisa a fazer. A educação, a mudança de comportamentos, deve passar pela rádio.

A televisão também é um bom meio, mas chega a poucas pessoas. Televisões comunitárias seriam uma boa aposta, sobretudo para determinados projectos; a televisão na tabanca pode tratar a alfabetização, saúde, pode ser multiplicador.

ENTREVISTA - GRUPO ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Sara Negrão

Conselheira para a área de Género da Missão da Organização das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS)

O que entende por participação política?

Nós entendemos que a participação política tem a ver com a participação das mulheres nas estruturas formais, do Governo, do Parlamento etc. E em todas as estruturas de tomada de decisão nacional mas também em questões como mecanismos de coordenação para a implementação da reforma do sector da segurança, reforma da administração pública; significa a participação das mulheres em todos os processos de decisão nacionais e a política activa que é a participação das mulheres organizadas, normalmente enquanto estruturas da sociedade civil, para darem os seus pareceres os seus contributos, assegurarem que as suas realidades e necessidades são tidas em conta nesses mesmos processos.

Qual o nível de participação política das mulheres na Guiné-Bissau?

É muito baixo a um certo nível. Finalizámos agora um estudo sobre a participação política das mulheres precisamente porque não há consenso entre elas sobre o que querem alcançar e como querem alcançar. E como a Guiné-Bissau já teve momentos [de mais elevada participação feminina], como por exemplo na luta de libertação nacional, e depois nas estruturas de decisão nomeadamente do PAIGC, nota-se que há bastantes mulheres e mulheres de peso que têm algum poder dentro do partido, mas tudo isso tem diminuído. Com a abertura ao multipartidarismo, diminuiu a participação das mulheres na política, o que é estranho porque o multipartidarismo deveria trazer processos mais democráticos; no entanto, para as mulheres tem significado um decréscimo. Por isso, para entendermos melhor essas tendências, fizemos um levantamento de necessidades, um estudo sobre a participação política das mulheres, também para perceber o que é para elas a participação política.

Maioritariamente, elas entendem-na como uma participação na política formal, dentro dos partidos, em liderança dos partidos, no Governo, enquanto ministras, secretárias de Estado, etc.

Acho que uma das dificuldades que nós temos é uma falta de organização por parte das organizações de mulheres para terem uma Maior participação na política activa, para influenciarem processos, sobretudo processos dos quais elas poderiam beneficiar até através de

uma Maior participação nas estruturas formais. Mas existe muito pouca, ou seja, a sensação que eu tenho é que sempre que haja um processo deste género, seja o DENARP, seja a revisão de uma lei, como a lei eleitoral, seja o que for, há sempre uma necessidade de nós irmos e puxarmos para uma Maior participação e nós organizamos uma reunião com elas, para ver como podem participar e o que querem dizer, organizamos ateliers sobre determinados aspectos para conseguirmos essa coesão e esse esforço conjunto, e acho que isso continua a ser um desafio. Esse desafio também está ligado ao facto de, na Guiné-Bissau, eu não vir nenhuma organização de mulheres que seja de facto uma organização de mulheres com uma perspectiva feminista e que tenha um programa coerente, sistemático, contínuo e forte para o empoderamento das mulheres, seja a nível económico, seja a nível de saúde, de política, seja o que for. Existe uma série de redes e de organizações que vão surgindo e que têm o seu momento áureo, mas que normalmente acabam por definhar ao longo do tempo. E uma das coisas que no estudo também olhámos foi para a questão da participação na política formal mas também para a sociedade civil e enquanto se verifica a presença de mulheres muito fortes na liderança de organizações da sociedade civil, essas normalmente não são organizações de mulheres, são organizações para o desenvolvimento, e também as mulheres que acabam por entrar na política e ter uma Maior liderança raramente assumem essa agenda para defender os direitos das mulheres. Por outro lado, há muito pouco esforço por parte das organizações de mulheres em ligarem-se a essas mulheres que estão no poder de forma a fortalecerem essa sua agenda e poderem ter um Maior impacto naquilo que fazem.

Na sua opinião porque é que isso acontece?

Uma das coisas que sobressai muitas vezes, e que elas discutem varias vezes, é a questão da falta de coesão. Por vezes essa falta de coesão prende-se com questões de competição, de visibilidade, de ambições políticas e de cada uma querer os seus ganhos com um determinado protagonismo. Isto foi levantado por elas em várias situações. Quando se juntam e discutimos essas questões, há muitas ideias e muito respeito umas pelas outras mesmo que sejam de partidos diferentes e que tenham visões opostas. Ao contrário daquilo que eu acho que acontece com os homens, elas acabam por ouvir e dar espaço e também por conseguirem ultrapassar essas questões e pensarem sobre o que querem para a Paz do país e aquilo que as une enquanto mulheres, com base na discriminação que as mulheres sofrem nos partidos políticos etc. Mas é preciso algum trabalho antes de lá chegar.

De que forma é que os sucessivos golpes de Estado influenciaram esta participação?

Obviamente que as instabilidades políticas têm contribuído para isto, por varias razoes, pelo facto de que as organizações das mulheres da sociedade civil serem encabeçadas na Maioria das vezes por mulheres que também têm interesses políticos e que, de acordo com o Governo que chega ao poder, elas assumirem funções de liderança no Governo. [Nesses casos], elas passam então para o Governo e deixam de fazer parte da sociedade civil, passam a ter só um papel, diferente [da situação anterior]. Essas organizações ficam um pouco desfalcadas porque elas normalmente só existem em torno de uma personalidade. Por outro lado, o facto das sucessivas instabilidades também fazerem com que não haja continuidade na implementação de políticas públicas nas políticas do Governo, etc. Isso tem um impacto muito forte ao nível de programas que se possam implementar sobre a igualdade de género e empoderamento das mulheres a todos os níveis. A questão da desigualdade de género está também ligada a questões de saúde, de saúde reprodutiva, de uma elevada taxa de fertilidade, de falta de acesso à educação, de práticas nefastas, de uma discriminação que é justificada em parte pela cultura, pela tradição, por elevados índices de violência domestica, de violência sexual. Portanto tudo isso e o facto de não existirem programas contínuos, sistemáticos e aprofundados para isto, obviamente que também têm um efeito ao nível da desestruturação de tudo isso e também do apoio que possa haver para as organizações de mulheres e, depois, o facto de essas organizações de mulheres existirem e serem normalmente encabeçadas por essas personalidades cujas posições variam de acordo com quem está no poder nesse momento; mas também outro factor agravante é que as instabilidades fazem com que os doadores estejam cada vez menos interessados na Guiné-Bissau. Obviamente que muitas dessas organizações vivem dos doadores; muitas delas estão muito ligadas a nós, mas nós, UNIOGBIS, não implementamos programas nem projectos. Nas Nações Unidas não há um programa de género propriamente; existe a ONU Mulheres mas que tem uma presença muito reduzida, que nem sequer tem a participação e staff nacionais, o que quer dizer existe apenas uma pessoa. Portanto, é muito difícil fazer com apenas uma pessoa. Também estamos a ver se conseguimos mais apoio para isso, mas com todo este declínio, com toda esta instabilidade, os doadores desinteressam-se, não dão apoios e é um bocado difícil dar continuidade assim. Depois também há alguma incapacidade e alguma inércia, ao que parece; há organizações como a Tiniguena e a organização não-governamental Ação para o Desenvolvimento (AD) que se desenvolvem e que não têm fundos das Nações Unidas, mas que têm estratégias de mobilização de recursos muito eficazes e que

nos procuram e que têm um trabalho muito sério e sistemático, enquanto eu não vejo nenhuma organização de mulheres com esse tipo de capacidade e com esse tipo de orientação. Vivem dos pequenos fundos, das pequenas actividades e já se fizeram varias formações, nomeadamente para mobilização de recursos, mas não vejo resultados, nem continuidade. Há sempre um grande entusiasmo quando fazemos as coisas, mas depois não há continuidade. Claro que há excepções, mas mesmo essas excepções estão muito dependentes dos financiamentos da ONU e aqui são muito poucos em relação às necessidades que existem. Uma das excepções é o Comité para o Abandono das Práticas Nefastas à Mulher e Criança, que tem feito um trabalho notável na área da mutilação genital feminina, mas tem muito a ver com as lideranças; o comité começa a ter Maior visibilidade e um grande arranque quando a Fatumata Balde fica como presidente e ela tem uma capacidade enorme de liderança de mobilização de recursos, estratégias de advocacia, e ela mexe com tudo e todos e consegue o que ela quer. São excepções que mais uma vez são construídas em torno de uma personalidade; a questão mais uma vez é que a Fatumata agora é conselheira do Presidente da República e continua presidente do comité. Há muita confusão em como apoiar; estamos a apoiar o Governo. Com toda essa indefinição daquilo que era a posição das Nações Unidas em relação a isso, torna-se um pouco difícil de dar esse apoios continuamente. Por tudo isso, sim, a instabilidade tem uma enorme influencia nisto.

Esta participação influencia o desenvolvimento do país? Em diferentes sectores?

Eu acho que se formos ver a pobreza, é muito feminina e em grande parte são as mulheres que sustentam os lares, a economia e agricultura de subsistência etc., e acho que se fossem dadas melhores condições a essas mulheres as coisas arrancavam assim com todo os esforços que fazem. Com os poucos meios que têm e o que alcançam, é fantástico; não só isso mas também as condições em que vivem, as discriminações a que estão sujeitas. O facto de o nível de educação, também dos homens obviamente, mas o das mulheres ser muito mais baixo do que o dos homens, faz com que se perca uma grande força de trabalho qualificado no país que podia ajudar a desenvolver grandemente a Guiné-Bissau. Depois há todas as questões ligadas à saúde, à saúde reprodutiva, que por exemplo diminuiu em muito a capacidade das mulheres; a taxa de fertilidade é elevadíssima, o que significa que as mulheres estão recorrentemente grávidas com complicações por causa disso, e isso diminuiu muito a capacidade de resposta e de estarem mais activas e fazerem melhor.

Não gosto de dizer que as mulheres são inerentemente pacificas e que se fossem as mulheres a governar o país que as coisas seriam diferentes; não, não acho que isso esteja

provado em lado nenhum. Temos muito que aprender com exemplos de mulheres que também levaram países à guerra, portanto não é por aí; mas acho que falta muito a franqueza com que as mulheres falam e a emoção com que elas falam. Eu noto isso porque quando nós convidamos algumas dessas mulheres líderes para participarem num evento, seja sobre a reforma do sector da segurança, ou mesmo quando nós as convidamos a falar com a liderança da Missão, elas falam sobre a situação do país de uma forma extremamente informada, elas têm muita informação, têm uma capacidade de análise muito boa, e elas têm a coragem de dizer o que os homens não dizem, coragem ou interesse. Acho que têm muito mais, talvez pela posição que ocupam no país, quer de contexto ou circunstância, mas elas têm essa capacidade de colocar na mesa o que querem dizer sem rodeios e acho que isso é muito importante, mas muitas vezes a ideia que me dá, e já falei com elas sobre isso, principalmente as que eu vejo que têm mais coragem para falar e que falam e que interpelam mesmo a liderança sobre algumas situações, mesmo quando há crises no país, elas dizem, “nós somos mulheres, somos só mulheres, podemos dizer o que quisermos porque eles não nos ligam” e parece que há um pouco essa posição; talvez por isso também se sintam mais à vontade para dizerem determinadas coisas.

Por exemplo, há pouco tempo organizámos uma missão de avaliação e convidámos algumas mulheres líderes. Então tínhamos mulheres do PAIGC, académicas, do actual Governo, do PRS, neutras, líderes da sociedade civil, todas mulheres muito fortes, e foi muito interessante porque todas elas falaram totalmente à vontade, nenhuma teve problema algum que estivesse lá outra com uma posição diferente, nenhuma se inibiu de dizer o que pensava. E não só disseram qual era a perspectiva que tinham sobre a situação do país, sobre o que tinha causado esta situação, o que é que achavam que seria a solução para a crise e falavam disto muito abertamente, muitas vezes a contraporem afirmações que outras tinham feito, mas nunca interrompiam enquanto as outras estavam a falar. Só houve um momento em que uma disse “que este Governo e este golpe de Estado tinha sido totalmente pacífico e que não tinha acontecido nada”, e as outras todas começaram a rir e contrapor factos, as mortes e as perseguições. Foi o único momento. De resto todas falaram, todas deram espaço para cada uma dar a sua opinião. O que foi muito interessante também porque talvez tivessem a esperança de que de facto fossem ouvidas, e que o que estavam a dizer tivesse algum efeito. Mas também porque parece haver uma falta de medo desse tipo de confronto. Havia pessoas que estavam a ser perseguidas e isso não foi impedimento de falarem, mesmo tendo na mesma mesa pessoas que estavam do outro lado. Isso faz-me pensar que há um grande potencial nas mulheres em geral e nestas em particular, que têm um nível de educação Maioritariamente elevado, uma grande capacidade de

intervenção e coragem. E a questão é que as mulheres para terem coragem, para conseguirem chegar a certo nível, têm que ter uma coragem e uma capacidade muito Maior do que muitos homens e isso nota-se nestas mulheres que obviamente são muito fortes e inabaláveis. Não quer dizer que não sejam abaladas pelas coisas, mas elas levantam-se e vão em frente.

O que tem sido feito para incrementar a participação da mulheres e a promoção dos direitos humanos? Quais os meios?

A Maioria das violações dos direitos humanos das mulheres são específicas das mulheres, mutilação genital feminina, casamento precoce, casamento forçado, violação sexual, violência doméstica. Fazemos algumas formações nessa área e todas são justificadas com base na cultura e tradição; por exemplo, em relação à violência doméstica dizem que é uma coisa entre famílias, que nós não temos o direito de intervir e muitas vezes são resolvidas ao nível da comunidade e da família, entre as famílias do marido e da mulher. Depois, o tipo de acordos a que se chega é através do poder tradicional. É um acordo de famílias, onde muitas vezes as mulheres nem sequer estão presentes. Nós temos estado a defender que se considere a defesa específica dos Direitos Humanos das Mulheres, e este é um conceito que já vem de longe, quando se começou a perceber que a Carta Universal dos Direitos Humanos, apesar de ser suposto abranger todos os seres humanos, em algumas culturas não abrangia a violação dos direitos humanos das mulheres porque eram práticas culturais e tradicionais e assim justificadas. E aqui temos esse mesmo problema e às vezes até com colegas dos Direitos Humanos tenho que ter grandes discussões para que aceitem esta condição dos Direitos Humanos das Mulheres, porque os Direitos Humanos são Universais, indivisíveis, etc. A situação da mulher continua a ser esquecida, as coisas pouco avançam e isso assusta-me um pouco.

Aquilo que nós fazemos é participar nas missões de monitorização de Direitos Humanos organizados por essa secção, e nós contribuímos com a parte de género. Assim asseguramos que as questões de género sejam tidas em conta da forma mais apropriada; isso tem melhorado bastante. Tentamos ver que se faça uma análise mais aprofundada das situações. Nas formações que são feitas ao nível dos militares, da polícia, etc., nós também contribuímos com sessões de género, falamos muito com os formadores para que incluam, mencionem as questões de género naquilo que fazem, para que seja mais visível, para que seja integrado em todas as questões de modo a que as pessoas estejam mais atentas a isso e tentamos dar voz a todos aqueles que possam ter mais influência, para que essas questões sejam levantadas constantemente.

Estabelecemos comités intersectoriais nas forças de defesa e segurança e ex-combatentes. A ideia era melhorar a situação das mulheres nessas instituições, mas também dar resposta às questões de género por parte dessas instituições. O trabalho com esses comités tem sido um desafio constante, também por questões de disputas internas, lideranças dos comités.

Foi também criada em 2008 uma plataforma política das mulheres que assumiu um papel muito importante nas eleições seguintes, em 2009, porque elas fizeram grandes reuniões com mulheres de todos os partidos políticos, discutiam a participação das mulheres durante as eleições. Fizeram planos de acções, educação mais vocacionada para o eleitor, para o recenseamento e depois fizeram uma declaração política das mulheres sobre aquilo que elas esperavam durante as eleições, mas também sobre o novo Governo, depois monitorizaram todas as eleições de acordo com aquela declaração, iam fazendo declarações públicas. Na altura foi muito bom e teve bastante visibilidade. Desde essa altura que a plataforma tem vindo a enfraquecer, e noutras eleições eu penso que não teve a mesma visibilidade. Mais uma vez há muitas rivalidades e competição; num determinado momento a plataforma é acusada de ser do PAIGC, noutro momento é acusada de ser do Governo de transição, ou golpista, é instável.

Agora estamos a apoiar um processo de reflexão da plataforma de reconstituição, ou antes de formalização, para desenvolver os seus próprios estatutos e assegurar que estejam nos estatutos todas estas questões de representatividade dos vários partidos políticos e do papel da mesma enquanto plataforma para a participação política das mulheres numa lógica de política formal mas também de política activa.

Apesar de eu não achar que a plataforma tenha que ser uma estrutura formal – acho que a plataforma poderia ser uma estrutura informal e fazer uma série de coisas que já fizeram – parece que o contexto e as críticas que tem sofrido exigiu que se formalizasse e agora estamos neste processo. A plataforma é constituída por um grupo muito restrito que faz outras coisa e acaba por não ter tempo para se dedicar [tanto quanto devia], mas se quiserem que a plataforma exista, tem que ter outro tipo de atitude e envolver outras pessoas de uma forma mais forte.

Fizemos uma formação no ano passado, no contexto do estudo sobre a participação política das mulheres, numa altura em que havia uma grande divisão, e achamos que seria uma forma de ficarem mais coesas e utilizar esse momento para recolher informação para o estudo; então realizamos a formação durante dois meses e foi muito bom. Convidámos mulheres dos partidos políticos, dos sindicatos dos jornalistas e organizações de mulheres. Pensaram em conjunto sobre a situação do país e sobre a possibilidade de influenciar e fortalecer as organizações de mulheres e também, mais propriamente enquanto mulheres, sobre as redes de

mulheres na política não a influenciar a favor da paz mas essencialmente a questão da igualdade de género e participação política das mulheres.

Fizemos formação com algumas mulheres, e elas vão às regiões para identificar eventuais líderes nas regiões e dar formação a essas mulheres com base num manual que produzimos e com o apoio de formadores que já tínhamos formado no ano passado.

Com tudo isto, estamos a tentar fazer um mapeamento das organizações de mulheres no país e das mulheres líderes nas regiões para podermos ter os contactos e uma rede Maior de organizações e mulheres-recurso nas varias regiões, para depois podermos desenvolver um programa mais abrangente sobre a participação política das mulheres. A ideia é, com a finalização do estudo, fazer um encontro com todas elas, todas as organizações para pensar em conjunto como melhorar a programação para a igualdade de género na Guiné-Bissau, como melhorar a participação política das mulheres, como influenciar questões como processos eleitorais, a legislação, revisão da lei eleitoral, etc.

Há outras estruturas que estamos a apoiar e a tentar criar uma interacção entre estas líderes. Elas estão localizadas em instituições- chave e se tiverem uma ligação entre elas, e dando força umas às outras, podem influenciar os processos de decisão nacionais através dos locais onde estão. Há uma mulher militar com alta patente, há uma mulher no Conselho de Estado, há mulheres na liderança de organizações da sociedade civil, portanto há uma série de mulheres com capacidade de influência que em conjunto poderão fazer a diferença e, se estiverem concertadas, a ideia é ir por aí.

Uma das coisas que fizemos foi uma campanha de sensibilização com a ONU mulheres sobre os 'direitos humanos das mulheres', onde temos facilitadores que vão às comunidades falar com as populações; nem todos estão muito bem preparados, mas é um trabalho muito válido que tem de ser continuado e trabalhado.

Temos que fazer intervenções de fundo. O que estamos a fazer essencialmente é iniciar processos, mas têm que ser continuados de uma forma aprofundada e com meios, e com continuidade senão fica tudo perdido.

Já houve muitos processos iniciados pelos Governos, por outras organizações que foram interrompidos, gera uma frustração de descontinuidade permanente.

Fizemos ainda um programa de empoderamento económico, não só formar no sentido de gestão e como montar um negócio, mas também para [os indivíduos] conhecerem os seus direitos, os limites do corpo, e claro que é difícil.

Qual o meio mais eficaz e mais abrangente para aumentar a participação política das mulheres?

A rádio. Mas temos uma serie de problemas nos meios de comunicação. Há muitas rádios que promovem programas sobre mulheres mas a enfatizar o papel tradicional das mulheres, o que é contraproducente. Ao mesmo tempo, há outros programas e debates muito positivos.

Mas no contexto da Guiné-Bissau, utilizamos também os encontros informais com a comunidade, designados na Guiné-Bissau por djumbais que são formas tradicionais de passar a mensagem incluindo música tradicional e ações culturais e se formos às tabancas constatamos essa interacção em alguns momentos. Há que aproveitar esse tipo de práticas e dinâmicas a nível comunitário,

Em todo o país existem associações locais em torno de determinadas actividades económicas, e são veículos importantes para passar comunicação.

ENTREVISTA - GRUPO ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Vanilde Furtado

ONU Mulheres

O que entende por participação política?

É uma oportunidade efectiva e um direito exercido de dar opinião e decidir sobre questões essenciais da vida de um país. Considero que a participação política se dá a diferentes níveis e manifesta-se igualmente a diferentes níveis. Esse efectivo exercício de um direito de participar, de opinar mas também para tomar decisões estratégicas. Uma participação cívica mas também a tomada de medidas e acções concretas que mexem com vida de um país.

Qual o nível de participação política das mulheres na Guiné-Bissau?

Para já, dizer que se trata de uma das áreas estratégicas da ONU mulheres direccionada ao empoderamento das mulheres, mas a nível do país – e esforços têm sido feitos para aumentar a participação política das mulheres neste país – o enfoque é na esfera política. Nos tempos da luta e logo após a independência, havia uma participação mais evidente, mais numérica e mais expressiva das mulheres no Governo, no Parlamento, nas organizações comunitárias; hoje não podemos falar de uma evolução positiva dessa realidade. Tínhamos cerca de 22% de mulheres no Parlamento, na primeira constituição do Parlamento; agora, estamos com cerca de 10% de representatividade. Realmente na Guiné-Bissau não se verificou uma evolução positiva, quer a nível cívico, quer a nível de participação do elenco governamental. Também no quadro de instabilidade que o país vive se pode justificar, pode-se por aí ver as razões inerentes a isso; também as relações estruturais tem a ver com as relações no país; a participação política na Guiné-Bissau não é algo que se entende que diga respeito às mulheres. A participação é débil, e estamos a lutar para que as mulheres consigam desenvolver e demonstrar ainda mais as suas capacidades de liderança e entrarem em esferas de decisão e darem o seu contributo mais visível que ao mesmo tempo mais valorizará o desenvolvimento do país.

Esta participação influencia o desenvolvimento do país? Em diferentes sectores?

As mulheres já por si contribuem imensamente para a economia do país, as mulheres estão mais presentes no que respeita ao sector económico, em espaços onde os rendimentos são mais baixos no sector privado/informal e na agricultura, mas mais ligada à subsistência. Ainda verificamos uma participação com números expressivos mas sempre em áreas onde o

rendimento é mais baixo. Paralelamente a isso, se estamos a falar em esferas que tomam decisões políticas e sectoriais, planificações estratégicas e medidas legislativas, todo o quadro que mexe com o processo de desenvolvimento do país; se as mulheres, que representam mais de metade da população do país, se elas estivessem representadas nesses lugares, seguramente terão em conta questões e preocupações que atendam a essa camada, as decisões que são tomadas têm Maior probabilidade de levar em conta essas necessidades específicas e particulares que muitas vezes não são tidas em conta por se considerarem assuntos de mulheres, por serem preocupações menores. Portanto para além de uma questão de justiça ser uma questão de direito, verifica-se uma oportunidade de desenvolvimento e crescimento económico. Também por isso temos vindo a lutar para um aumento da participação das mulheres nessas esferas.

O que tem sido feito para incrementar a participação das mulheres? Quais os meios?

Para já a avaliação da situação, através de provisão de dados concretos, da realização de estudos para conhecer o impacto dessa não participação, o porquê dessa não participação, e que mecanismos podem ser accionadas para alterar isso. Ao mesmo tempo, o fortalecimento das organizações da sociedade civil, igualmente organizações que trabalham nesta área, da promoção e participação política das mulheres; um apoio técnico e contínuo a essas organizações para que consigam chegar a todas as regiões do país e a todas as mulheres, idealmente vamos conseguindo atingir todas as mulheres guineenses. Promovemos também formações quer em termos de género, participação política, liderança entre as mulheres. A base da estratégia de trabalho é a articulação continua e alargada com o Governo, com o Parlamento, com organizações da sociedade civil, para ver se juntos fazemos esse esforço e damos um passo favorável; por outro lado, os parceiros também têm que ter essa sensibilidade, mas é um trabalho demorado, exige essencialmente uma mudança de comportamento, das bases, dos paradigmas, que estão na base dessas relações de iguais e dessa fraca participação política. Temos que mexer com estruturas da lógica, do estar, do pensar, a lógica das relações e mexer com questões institucionais inclusivamente. Há questões do quadro legal, enfim um manancial de coisas.

Para a ONU mulheres continua a ser uma prioridade e um interesse contínuo e para o Governo também, mas há evidências após o golpe de Estado, a disponibilidade, a priorização, à partida deixou de existir um ministério que tratava essencialmente destas questões politicamente; perdemos um interlocutor, pese embora continuemos com um instituto da mulher e da criança.

Justificado com arranjos institucionais, aboliu-se o ministério da mulher e da criança e colocou-se o assunto sobre um chapéu Maior que é um ministério da saúde e da solidariedade social, peses embora essa questão continue, por parte do Governo, enquadrada e valorizada, mas não houve quadro institucional. Tínhamos processos em andamento, nomeadamente a aprovação de uma lei contra a violência doméstica que também, por conta da situação de instabilidade, teve que ser suspensa porque lidava directamente com o Parlamento e a comissão especializada do Parlamento para assuntos da mulher e da criança. Houve um interregno no Parlamento mas já retomaram e estamos a retomar também este trabalho agora, no sentido de apresentar e aprovar este diploma. Mas também outros processos, como a validação do documento político para a igualdade e equidade de género. Este tipo de situação acaba sempre por influenciar negativamente, mas vamos continuando e a estratégia montada é trabalhar mais a nível técnico e canalizar e potenciar mais as actividades e os projectos que tínhamos com a sociedade civil organizada. Portanto, há a descentralizam dos programas e projectos; temos podido também reforçar esse resultado que sempre tínhamos desenhado que é a capacidade de actuação das próprias organizações da sociedade civil. Acho que fomos felizes em manter o ritmo de algumas acções e projectos.

Qual o meio mais eficaz e mais abrangente para aumentar a participação política das mulheres?

Eu costumo dizer a palavra, seguramente é a coisa mais ouvida, mas aqui pelo que podemos constatar, as rádios e sobretudo as rádios comunitárias têm desempenhado um papel extremamente forte na constituição da opinião pública, na influência dessa opinião e é um parceiro estratégico das Nações Unidas e particularmente da ONU mulheres. Actualmente estamos a desenvolver uma campanha sobre direitos humanos das mulheres a nível de 5 regiões e a utilização de rádios comunitárias para passar mensagens, testemunhos, histórias de caso, mas também debates. Têm sido efectivamente rádios comunitárias; as pessoas ouvem e fazem sessões de djumbais com base nos programas de rádio. Acredito que é efectivamente aqui, e em todo o lado, um instrumento muito poderoso; qualquer pessoa desempenhando qualquer tarefa pode estar ao mesmo tempo ouvindo rádio. É um momento de aprendizagem, de dúvidas, de inquietações, de reflexões e contamos com as rádios.

Qual a perspectiva no que concerne aos direitos humanos e participação política das mulheres?

Para termos uma Maior número considerável de mulheres que foram capacitadas neste âmbito, que se mostram disponíveis para participar activamente nas próximas eleições que vierem a ter lugar. Há um engajamento cada vez Maior da parte da comissão especializada parlamentar para uma forte advocacia junto a diferentes actores e decisores. Já temos tido manifestações de engajamento por parte de algumas tutelas ministeriais e do próprio Presidente da República de transição. Portanto, chefias, lideranças, mas também partidos políticos, sectores e organizações da sociedade civil. Já temos uma mobilização que nos permite ter uma esperança de muito proximamente se conseguir esse avanço e também esta questão da lei. Estão em curso e esperamos vir a conseguir até ao final deste ano. Propõe-se que a violência domestica passe a ser um crime público, propõem um trabalho intersectorial ao nível da saúde, educação, justiça, segurança, administração interna. Portanto, todos com papéis bem claros e definidos sobre as suas actuações no quadro do crime, e temos um plano para aprovar em seis meses e para fazer a divulgação massiva dessa proposta e respectiva sensibilização deste problema que é enorme, e que envolve grandemente os meios de comunicação social.

ENTREVISTA - GRUPO MULHERES LIGADAS A ORGANISMOS POLÍTICOS

Martina Moniz

Presidente da Rede das Mulheres Parlamentares da Guiné-Bissau

Deputada da Nação

1ª Vice-Presidente do Parlamento da CEDEAO

Médica Veterinária (sem exercer)

O que entende por participação política?

Participação no seu todo é um dever de qualquer cidadão, porque muitas vezes ouve-se dizer “eu não tenho interferência política”, mas deve ser preocupação de cada um de nós de saber o que é que devo fazer e dar para o bem-estar da nação a que eu pertenço ou da comunidade a que pertenço. Cada um de nós tem o dever de participar politicamente, não só pelo facto de eu pertencer a um partido político mas, mesmo não participando, numa formação política cada cidadão tem o dever de dar o seu ponto de vista de qualquer situação para o bem da Nação, ou fazendo uma crítica quando as coisas não estão correndo bem. No seu todo deve ser obrigação de cada cidadão estar presente na política, esteja num partido ou não.

Qual o nível de participação política das mulheres na Guiné-Bissau?

É um pouco fraco nas instâncias de decisão. As mulheres participam nos momentos das campanhas, quando o país vai para as eleições, e uma vez que as mulheres representam a Maioria das populações, os partidos precisam das mulheres para fazer campanha e precisam dos votos das mulheres. Mas depois das eleições, aquelas mulheres são esquecidas e são postas de lado e nos postos de decisão as mulheres não são chamadas. Eu tenho um exemplo: aqui, no Parlamento, a percentagem de mulheres é de apenas 10%, é muito fraca. E na altura das campanhas, as sedes dos partidos estão cheias de mulheres, e quando o partido ganha, esquecemos as mulheres. Esta é a primeira questão e a segunda é que mesmo nos partidos políticos as mulheres não estão nos cargos com poder de decisão porque, por exemplo, se eu estiver no posto de decisão do meu partido defendendo o meu partido e a ideologia do meu partido, mas sou uma mulher, ao lado preciso de ter muitas mulheres, o que significa que dentro do meu partido eu vou defender as mulheres. Mas como as mulheres não têm o poder de decisão, então não é muito defender-nos como precisamos. Precisávamos de ter uma percentagem muito superior de mulheres nos lugares de decisão. Eu tenho um papel mas estou em minoria, e preciso de mais mulheres para reforçar o nosso papel e a nossa participação.

Esta participação influencia o desenvolvimento do país? Em diferentes sectores?

Com certeza, como dizem, sem a participação política das mulheres temos um desenvolvimento comprometido. É verdade porque a sensibilidade que a mulher tem é diferente da dos homens. Não entendo que as mulheres devam ter uma área específica para o desenvolvimento, estamos inseridos num mundo que todos nós podemos fazer. A única coisa que é diferente entre a mulher e o homem é o sexo. Porque é que a mulher não pode ser ministra? Primeira-Ministra? Ou Presidente da República? Não há nada que impeça! Por isso é que uma mulher, para desempenhar bem a sua função, pode e consegue fazer bem a qualquer uma.

O que tem sido feito para incrementar a participação da mulher? Quais os meios?

Várias reuniões, vários encontros, agora já temos a plataforma política das mulheres e todos estes instrumentos e estas organizações têm o mesmo objectivo, mas ainda por concretizar a meta. Temos a rede das mulheres, associações das mulheres das organizações políticas, mas depois chegamos a um ponto que continua a faltar. O estrangulamento é também a falta de formação, precisamos de mais mulheres formadas, e as que temos podem ocupar esses cargos e podem ser o exemplo, mas precisamos de mais. Numa das reuniões que tivemos, deixei uma recomendação de que deveríamos fazer um trabalho muito sério no Ministério da Educação, para consciencializarmos as raparigas, as nossas filhas no momento da escola e da formação. Não podemos ir apenas para as áreas sociais, devem especializar-se também em áreas que dizem ser dos homens; devemos influenciar as nossas raparigas para verem a possibilidade, não através da imposição, mas aconselhar outras especialidades que dizem ser para os homens; não há nenhuma diferença, devemos misturarmo-nos, devemos estar todos juntos na escolha das áreas profissionais.

Qual o meio mais eficaz e mais abrangente para aumentar a participação política das mulheres?

É a rádio! Porque os auditórios são Maiores, temos uma grande camada da população analfabeta, não são todos que têm interesse em ler os jornais e também [estes] não chegam a todo o lado; a televisão é para uma ínfima camada por causa dos meios económicos. Qualquer família tem em casa um pequeno rádio e já serve para todos porque as mensagens estão a passar, podem continuar as tarefas e continuam a ouvir a informação. Eu acho que a rádio é o meio mais viável para fazer passar a mensagem. Devemos fazer formações com as jornalistas porque tudo o que fazemos tem que chegar à comunicação social, senão é nulo, são os meios

que multiplicam [a ressonância da mensagem]. Mas por isso também devem ser formados, senão a mensagem pode ser distorcida. Devem ser formados em liderança, em género e na participação política das mulheres, assim estarão mais aptas a fazer passar a mensagem. E isso tem que ser feito às jornalistas e aos jornalistas porque precisamos de todos, e a informação será passada através da rádio.

ENTREVISTA - GRUPO DE MULHERES LIGADAS A ORGANISMOS POLÍTICOS

Fátima Vieira Calvet de Magalhães Ferreira

Empresária

Membro da UDEMU – União das Mulheres do PAIGC

O que entende por participação política?

Ser activista, ou seja, não é só um cartão. Eu entro nas tabancas, falo com as pessoas, digo quais os prós e contras, sou bastante activa. Várias vezes me pediram para ser deputada, mas sou empresária, comerciante e prefiro estar na sombra. Onde eu estou, o meu partido ganha. Eu entro no mato, discuto falo com a minha população.

No geral, muitas mulheres nem sabem o que é a participação política, não as deixam. Quando a mulher é chamada como ministra, como membro parlamentar e como deputada: para mim é isso, para além da sua participação no processo eleitoral.

Agora há muitas organizações, associações de diversos sectores - reúnem-se, pedem apoios, fazem-se seminários, sempre divulgados através da rádio.

Qual o nível de participação política das mulheres na Guiné-Bissau?

O nível não é muito alto, mesmo na UDEMU, é pouco; quando há um congresso do partido vão para bater palmas mas quando temos encontros, a adesão é baixa. Mesmo assim, desde os tempos da luta da independência a participação aumentou. A mulher começou quando os maridos estavam a participar. Hoje em dia já se vêem mais mulheres a participar, mais jovens, mais organizações.

Esta participação influencia o desenvolvimento do país? Em diferentes sectores?

Influencia muito, desde pequenas, porque se forem alfabetizadas terão mais consciência quando forem mulheres, senão nem sabem porque votar, como votar. Hoje há muito mais mulheres envolvidas em tudo; já há deputadas, comerciantes, mulheres que estudaram. E há muito mais interesse. A cultura ajuda à evolução das mulheres e do país. Agora há muitas organizações, associações de diversos sectores, reúnem-se pedem apoios, fazem-se seminários, sempre divulgados através da rádio.

O que tem sido feito para incrementar a participação das mulheres? Quais os meios?

Pelo meu partido, vêm as deputadas, fazem as reuniões com as mulheres, os temas podem ser variados como a agricultura, mas há alguma politização, sensibilização para o voto. Depois as mulheres fazem as suas próprias reuniões para discutirem temas diversos; por isso, houve uma evolução. Há muita gente muito simples, que quando votam, votam pela pessoa, sem saberem sequer de que partido.

Qual o meio mais eficaz e mais abrangente para aumentar a participação política das mulheres?

Rádios! E muito as rádios comunitárias! Na Guiné-Bissau podem não ter muitas coisas, mas um aparelho de rádio toda a gente tem, porque sabem que é através da rádio que vão ter alguma informação. Ouvem-se muitos boatos, mas para a população é a rádio que dá a informação real, em tempo real. Mesmo quando há conflitos, ou em períodos de campanha, é a rádio que mobiliza as pessoas para ir votar.

A rádio é o único meio e a única possibilidade que temos de comunicar, as rádios comunitárias que abrangem o país todo. Comunicam coisas importantes, reuniões, encontros, informações. E toda a gente se reúne.

A isso acrescem as reuniões no terreno, que se deslocam às tabancas. No PAIGC tínhamos uma deputada que entrava nas tabancas e falava tanto com homens como com mulheres, e o facto de ser uma mulher incentivava as outras. De há 20 anos a esta parte há muito mais mulheres envolvidas e jovens interessadas.

A mulher é muito importante aqui em África mas foi sempre a penalizada; é para procriar, estar calada e ir trabalhar para o campo.

Há uma grande analfabetização, e na zona de Varela preferem ir fumar o peixe do que ir para à escola e ninguém pode criticar isso. Eu, por exemplo, tenho uma creche e tenho muitas meninas.

ENTREVISTA - GRUPO DE MULHERES LIGADAS A ORGANISMOS POLÍTICOS

Fatumata Djau Balde

Presidente do Comité Nacional para o Abandono das Práticas Nefastas à Saúde da Mulher e da Criança

Conselheira para a Protecção Social e Direitos Humanos da Presidência da República de Transição da Guiné-Bissau

O que entende por participação política?

É todo um conjunto de acções que congregam em promover uma actividade política de forma a promover e inserir a mulher num cenário político.

Qual o nível de participação política das mulheres na Guiné-Bissau?

Muito baixo, não porque elas não queiram, no sentido de estarem no poder, mas no que concerne a acções que levam os políticos ao poder, elas são as Maioritárias; porque, na realidade, se acompanharem todas as acções levadas a cabo no período de campanha eleitoral, são as mulheres que fazem parte [daquelas]. No momento de formação de listas de candidaturas elas são postas de lado, como elas quase não estão representadas nos órgãos de decisão do interior do partido, são as direcções do partido que decidem quem fica como cabeças de listas, sobretudo nas zonas onde o partido tem mais probabilidade de poder eleger. Nessas zonas, colocam os homens; nas zonas onde têm menos probabilidades, colocam as mulheres. Na realidade, para fazer todo o trabalho e para fazer campanha, a mulher está em Maior número; mas em termos de representatividade, nas listas de candidatura ficam em último lugar.

Da última legislatura para a actual, a representação das mulheres no Parlamento diminuiu de 20% para 10%. Neste momento está a ser feito um trabalho na Plataforma Política das Mulheres no sentido de sensibilizar os partidos para aumentar o número de candidaturas femininas nas zonas onde os partidos têm mais probabilidade de vencer. Na última campanha, a plataforma política das mulheres fez um trabalho junto dos partidos e como consequência aumentou o número de mulheres nessas listas partidárias; mas se formos analisar, estão em lugares e zonas elegíveis. E neste momento estamos a preparar um conjunto de trabalhos para apresentar aos partidos políticos, num momento difícil: que se ponham as mulheres em círculos que tenham mais probabilidades de vencer e serem eleitas, fazendo trocas alternadas entre homem e mulher. Há quem diga que as mulheres não podem fazer o seu trabalho devidamente, que não podem ser dadas quotas; uma série de coisas que as mulheres têm que conquistar. Eu

pergunto: Como é que se conquista? Se você se levantar de madrugada quem é que vê na rua? As mulheres! Se for ao porto logo de manhã? Quantas mulheres estão lá?! As mulheres são as primeiras a levantar e as últimas a deitar, e ainda dizem que a mulher tem que conquistar! Já pedi várias vezes para me mostrarem como é que os homens conquistaram. Usando força?! São homens, têm força, é esse tipo de conquista?! Esse tipo de conquista pela força, a mulher não poderá fazer. A força da mulher é dar a sua contribuição, como tem dado, em diferentes domínios do país e, como não são reconhecidas politicamente, então que se definam os sistemas de quotas e esses sistemas de quotas, ao serem definidos, equivale a dizerem ao partido: 'não é aceitar 40% e colocar as mulheres em zonas onde não serão elegidas'. É colocar em diferentes zonas elegíveis; assim iríamos estar em pé de igualdade. Não sendo esse o caso, a mulher ainda vai ficar para trás.

Esta participação influencia o desenvolvimento do país? Em diferentes sectores?

Penso que sim, grandemente, porque se formos ver em relação à administração pública onde as mulheres não têm poder, qual é o número de guineenses que beneficia do salário da administração pública? É muito reduzido! Mas existe uma Maioria que fica lá fora e que vive em situações como esta que estamos a viver, em que o país está quase vedado ao apoio internacional, está a funcionar com os recursos internos, e quem está a aguentar este país? São as mulheres com as diferentes actividades que elas fazem em todo lado, é pagar as escolas das crianças, é o hospital até a própria alimentação das famílias, são elas que garantem tudo isso. Porque a administração pública paga, mas paga o mínimo e para uma minoria. Todos os outros que estão fora da administração pública precisam de viver e quem está a suportar isso? As mulheres! Por outro lado, influencia porque as mulheres não fazem parte dos elencos que estão lá na chefia e que negociam certas coisas para a Guiné-Bissau. Quando são os homens, negociam sozinhos cada um para seu lado, a tentar mostrar que têm orgulho em ser homens e, como tal, não posso deixar, não posso ceder, enquanto se fossem mulheres, tendo em conta o nosso espírito, iriam jogar mais alto. Realmente acho que teriam a sensibilidade de ver não a força, pensando antes que se ceder na minha posição vou fracassar. Deviam ver o interesse de todos os guineenses e os homens não são capazes de ver, existe uma grande diferença, e isso já foi provado a nível mundial, que os grupos de negociações liderados por mulheres têm trazido melhores resultados do que grupos liderados por homens. Infelizmente, esses resultados têm sido aproveitados por diferentes Estados que têm problemas para inserirem as mulheres nesses grupos e negociar. Porque quando vão escolher pessoas para um grupo negocial, a pessoa tem

que ter uma posição alta a nível do país; como na Guiné a mulher não está nessas posições, não integra estes grupos. Daí que nós pensamos que é preciso fazer todo um trabalho desde a base dos partidos políticos para a mulher subir, para ser eleita como deputada, ser membro do Governo para poder participar nos sítios onde as decisões são tomadas, dando a sua contribuição, podendo ser ouvida, mesmo se for uma ou duas entre cinco ou seis homens, jogará no espírito deles. É preciso saírem da base e irem para o topo participar nos processos de decisão do país.

O que tem sido feito para incrementar a participação das mulheres? Quais os meios?

Na verdade, para promover a participação política da mulher há um grande caminho a percorrer que deve ser feito. Primeiro de tudo a mulher deve ser alfabetizada, escolarizada e, até agora, é [tem-se feito] muito pouco. Porque uma mulher escolarizada não irá aceitar seguir um homem só porque é um homem. Ela teria a sua forma de fazer a sua análise, questionar-se porquê? Porque este homem reúne as condições que um líder do meu país deve reunir. Segundo, é preciso que ela ao ser escolarizada tenha a própria noção do que é a participação política, saber que ela tem direito de participar na vida política como um homem e não aceitar qualquer pessoa que é submetida no seu círculo. Conhecemos pessoas de Bissau que são postas em círculos eleitorais como cabeças de lista no interior e que nunca pisaram aquele sítio. Mas só porque o partido quer que ele seja eleito como deputado ele é posto naquele círculo, e são as mulheres que mais votam nessa pessoa. Nem têm a informação de que precisam de conhecer as pessoas que fazem parte da lista de candidatura dos círculos delas, para saberem se as pessoas convêm ou não convêm, e se têm alguma coisa a ver com o círculo deles. A escolarização tem um papel muito importante nesse sentido! Depois temos a pobreza que também não favorece a participação política da mulher. Como a pobreza recai fundamentalmente sobre elas, os poucos meios que são utilizados na campanha são utilizados para atrair votos e apoios das mulheres. O foco principal é a escolarização para inverter esta situação. A mulher escolarizada saberá que ela é casada não para o homem lhe dar de comer e à sua família, mas porque enquanto mulher, nasceu, tem necessidades biológicas e nasceu para viverem juntos. Aliás todas as religiões dizem uni-vos e multiplicai-vos; por isso é que nós nos casamos com os homens e por isso é que os homens se casam connosco, mas para tomarmos conta de nós mesmos, para sobrevivermos teríamos possibilidade de o fazermos sem os homens. Mas é preciso ainda introduzir isso na consciência das mulheres; elas precisam sobretudo de ser escolarizadas, porque esse nível na Guiné-Bissau é muito baixo. Mas está a melhorar, pouco a

pouco, cada vez estão a aumentar mais o nível de organizações na sociedade civil, nos próprios partidos políticos. Já se vai às comunidades, ouve-se falar as mulheres e fica-se satisfeito com essas intervenções; o problema é que não dadas oportunidades às mulheres para estarem onde um homem está. Se houvesse possibilidade de fazer concursos, iríamos concorrer com eles. Como não há concursos, fazem indigitações, nomeações, então não sei como a mulher poderá conquistar. Se fizerem concursos e as mulheres não conseguirem, e dissermos que os homens têm mais conhecimentos e que as mulheres precisam de reforçar as suas capacidades, muito bem! Mas não é o caso! Assim sendo, tem que ser dada a quota de igual por igual senão será muito difícil!

Qual o meio mais eficaz e mais abrangente para aumentar a participação política das mulheres?

Relacionado com trabalho que fazemos no dia-a-dia, já fizemos um levantamento sobre essa questão. Apesar de não terem muito tempo para ouvirem rádio, lerem o jornal muito menos porque nem sabem ler, ou para verem televisão, a Maioria nem tem electricidade. Então o meio mais eficaz é a Rádio! É através da rádio que poderemos dar várias informações de diferentes níveis no sentido de sensibilizar e formar as mulheres. Existem alguns programas de informações e divulgação, encontros informais com a população nas suas aldeias “djumbais” que as organizações da sociedade civil fazem junto das comunidades, mas isso também depende da disponibilidade delas e também não cobre todo o território nacional. Daí que o único meio que poderá passar todas essas mensagens chegando às mulheres é a Rádio!

ENTREVISTA - GRUPO MULHERES COMUNS

Maria Ansua

Cozinheira de Hotel em Bissau

O que entende por Participação Política?

Não entendo nada de política, gosto de coisas simples, cada um no seu trabalho.

Qual o nível de participação política das mulheres na Guiné-Bissau?

Não sei nada sobre isso.

Esta participação influencia o desenvolvimento do país? Em diferentes sectores?

Temos é que trabalhar para tirar o país do sítio onde está.

O que tem sido feito para incrementar a participação das mulheres? Quais os meios?

Isso é trabalho para outros fazerem.

Qual o meio mais eficaz e mais abrangente para aumentar a participação política das mulheres?

Não sei.

Qual é o meio de comunicação que ouve mais?

A rádio.

ENTREVISTA - GRUPO MULHERES COMUNS

Dulcineia

Economista em ONG Nacional - Tiniguena

O que entende por participação política?

A participação política é um conceito; aqui na Guiné-Bissau podemos dizer que é uma forma de incrementar políticas.

Temos diferentes políticas; há políticas ambientais, governamentais e outro tipo de políticas. A participação política é quando alguém está a fazer alguma coisa que está a agradar à sociedade. Como nós (ONG), nós estamos a trabalhar no domínio do ambiente, a nossa participação política de ambiente é conservar o meio ambiente.

Mas cada indivíduo tem uma [forma de participar politicamente]. Para mim, é a participação institucional, de diferentes instituições. Tem também a participação política de cada indivíduo, porque todos nós contribuimos para a sociedade, seja através da política ou sem a política, participamos directa ou indirectamente na política.

Qual o nível de participação política das mulheres na Guiné-Bissau?

É de 50%, não é de 100% porque as mulheres não estão em igualdade nas esferas de tomadas de decisão como os homens; então é de 50% e não de 100%.

Esta participação influencia o desenvolvimento do país? Em diferentes sectores?

Influencia muito; por exemplo, tivemos um encontro no interior e falámos da participação política das mulheres. As mulheres têm mais dinâmica na tomada de decisão. Então se tivermos 100% de mulheres envolvidas nas tomadas de decisão, influenciaria muito no desenvolvimento da Guiné-Bissau. Não é que os homens não sejam dinâmicos, mas as mulheres são mais dinâmicas na política. Esta participação influencia os sectores económicos, agrícolas, de serviços, enfim todos os sectores.

O que tem sido feito para incrementar a participação das mulheres e a promoção dos direitos humanos? Quais os meios?

Foram feitos vários *lobbies* para incrementar a participação política das mulheres e os direitos humanos, mas há muitos entraves e muitos preconceitos aqui na Guiné-Bissau, onde dizem que a mulher não pode estar em pé de igualdade com os homens porque as mulheres são

os pontos mais fracos. Às vezes há mulheres que dizem que não vão a determinado encontro porque vão estar lá homens, acham que elas próprias não são capazes de estar de igual forma ao pé dos homens, sentem-se inferiores aos homens. Mas temos mulheres aqui na Guiné-Bissau com muita capacidade, não digo superiores aos homens, mas quase igual.

Há organizações que estão a ser feitas como a Rede das Mulheres, projectos que contemplam uma parte de género, o Comité, o Instituto da Mulher e da Criança e as próprias mulheres que estão no Parlamento a representar as mulheres, e ainda outras organizações que estão a proliferar para que as mulheres estejam em pé de igualdade com os homens. Há um plano de acção e para implementar é preciso recursos, essas organizações trabalham com recursos vindos de fora. Sem esses apoios externos não vale a pena ter plano porque não se conseguem executar.

Qual o meio mais eficaz e mais abrangente para aumentar a participação política das mulheres?

As rádios, a TV e o teatro. O mais eficaz é a televisão porque se vê a pessoa. Mas aqui não chega a muita gente porque não há energia. Por isso são as rádios comunitárias que estão nas zonas mais longínquas para poder atingir as pessoas que estão nas comunidades.